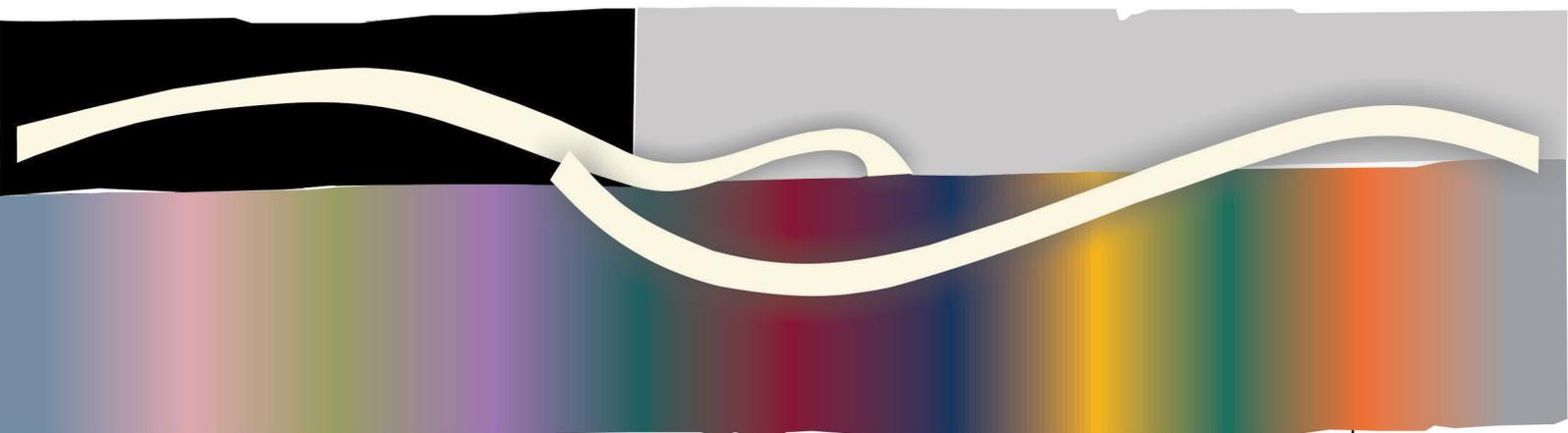


*lig*

revista de psicanálise

10  
anos



20

Nº1 · 2022



ISSN 2238-9083

VERSÃO IMPRESSA

ISSN 2316-6010

VERSÃO ONLINE



revista de psicanálise

ANO 11, Nº 1, JAN-JUN/2022 - PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

SIG REVISTA DE PSICANÁLISE

REVISTA SEMESTRAL DA SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

ANO 11, NÚMERO 1, JAN-JUN/2022

ISSN 2238-9083 VERSÃO IMPRESSA

ISSN 2316-6010 VERSÃO ONLINE

SIG Revista de Psicanálise é uma publicação semestral da Sigmund Freud Associação Psicanalítica e tem como objetivo publicar artigos teóricos e teórico-clínicos, resenhas e entrevistas no campo psicanalítico.

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados pertencem a SIG Revista de Psicanálise.

A reprodução total dos artigos desta revista em outras publicações, ou para qualquer outra utilidade, por quaisquer meios, requer autorização por escrito do editor. Reproduções parciais de artigos (resumo, abstract, mais de 500 palavras do texto, tabelas, figuras e outras ilustrações) deverão ter permissão por escrito do editor e dos autores.

As normas para a publicação e instruções para submissão de artigos estão disponíveis em:

<http://sig.org.br/revista-sig>

VERSÃO ONLINE DA REVISTA EM: <http://sig.org.br/revista-sig>

TIRAGEM: 140 EXEMPLARES | IMPRESSÃO: OUTUBRO DE 2022

S574 Sig: revista de psicanálise / Sigmund Freud Associação  
Psicanalítica. - Vol. 11, n. 20 (jan./jun.2022). - Porto Alegre:  
Sigmund Freud Associação Psicanalítica, 2012-

Semestral  
ISSN 2238-9083

1. Psicanálise - Periódicos. I. Sigmund Freud Associação  
Psicanalítica.

CDU 159.964.2(05)

Bibliotecária responsável: Clarice da Luz Rodrigues, CRB 10/1333.



revista de psicanálise

REVISTA DE PSICANÁLISE  
PUBLICADA POR SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

PORTO ALEGRE, RS - BRASIL

2022

**SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA**

**GESTÃO 2020/2022**

**Presidente:** Sissi Vigil Castiel

**Diretora Administrativa:** Martina Dall'Igna de Oliveira

**Diretora de Ensino:** Elenara Vaz Faviero

**Diretora Científica:** Débora Marcondes Farinati

**Diretora da Clínica Psicanalítica:** Luciana Rechden da Rocha

**Diretora de Comunicação:** Renata Aspar Lima

**Secretária do Conselho Deliberativo e Fiscal:** Fernanda Dornelles Hoff

**SIG REVISTA DE PSICANÁLISE**

**Editora Responsável:** Eneida Cardoso Braga

**CORPO EDITORIAL:**

|                              |                              |                                 |
|------------------------------|------------------------------|---------------------------------|
| Adela Stoppel de Gueller     | Edson Luiz André de Souza    | Miriam Chnaiderman              |
| Almerindo Boff               | Eneida Cardoso Braga         | Mônica Medeiros K. Macedo       |
| Ana Lúcia W. dos Santos      | Ernani Pinheiro Chaves       | Nelson da Silva Júnior          |
| Bárbara de Souza Conte       | Eurema Gallo de Moraes       | Patrícia Alkolombre             |
| Bianca Savietto              | Gabriela Xavier de Araújo    | Patrícia Porchat P. S. Knudsen  |
| Carolina N. de Barros Falcão | Julio Bernardes              | Paulo Cesar de Carvalho Ribeiro |
| Charles Elias Lang           | Karin Wondracek              | Paulo Endo                      |
| Cláudia Perrone              | Luciana Maccari Lara         | Rafael Marucco                  |
| Clarice Moreira da Silva     | Luís Claudio Figueiredo      | Roberta Araujo Monteiro         |
| Cristina L. Saint Martin     | Magda Mello                  | Sérgio de Gouveia Franco        |
| Christian Ingo Lenz Dunker   | Maria Cristina Poli          | Sidnei Goldberg                 |
| Daniel Kupermann             | Marília Etienne Arreguy      | Simone Perelson                 |
| Débora Farinati              | Marina Lucia Tambelli Bangel | Sissi Vigil Castiel             |
| Denise Costa Hausen          | Marta Rezende Cardoso        | Vera Blondina Zimmermann        |

**COMISSÃO EXECUTIVA:**

Andréa Bandeira Cadeira  
Mongeló

Cristina Gudolle Herbstrith

Luiza Tolardo Dal Conte

**PROJETO GRÁFICO:**

Débora Dutra

\*Capa: arte sobre fragmento  
da obra de Henri Matisse  
(reprodução), Litografia para  
a Verve, 1937.

**DIAGRAMAÇÃO:**

Marconbrasil  
Comunicação Direta

# SUMÁRIO SUMMARY

EDITORIAL/CONTENTS.....7

## ARTIGOS/ARTICLES

DE 22 A 22: DE LÁ PRA CÁ, MOVIMENTO PARADOXAL .....9

From 22 to 22: since then, paradoxical movement

- *Felipe Canterji Gerchman*

- *Gustavo Sada da Silva*

- *Liza Sanvito Andreazza Corso*

DE OLHOS BEM FECHADOS: A POTÊNCIA DO OLHAR CINEMATOGRAFÍCO .....15

Eyes wide shut: the power of the cinematographic gaze

- *Marina Gomes Kirst*

- *Amadeu de Oliveira Weinmann*

O CONTROLE QUÍMICO-SOCIAL: A MEDICALIZAÇÃO DA VIDA NA DIREÇÃO DO PHARMAGGEDON .....27

Chemical-social control: the medicalization of life in the direction of pharmagedon

- *Augusto Jobim do Amaral*

- *Camila de Oliveira Angel*

SIG INTERVENÇÕES PSICANALÍTICAS: PROBLEMATIZAÇÕES TEÓRICAS E CLÍNICA .....41

Sig intervenciones psicoanalíticas: problematizaciones teóricas y clínica

- *Bárbara de Souza Conte*

- *Eurema Gallo de Moraes*

- *Marilena Deschamps Silveira*

## EM PAUTA/ON THE AGENDA

A TRANSMISSÃO E FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE: IMPASSES NA CULTURA.....49

Transmission and training in psychoanalysis: relations with culture

- *Cláudia Maria Perrone*

- *Eduardo Bayon Britz*

PARAGEM E MOVIMENTO: DESDOBRAMENTOS DO PESQUISAR EM PSICANÁLISE.....55

Stoppage and movement: developments of research in psychoanalysis

- *Mônica Medeiros Kother Macedo*

FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE, TRANSMISSÃO DA PSICANÁLISE: REAL, TRAUMA, RITO ....63

Training in psychoanalysis, transmission of psychoanalysis: real, trauma, rite

- *Gabriel Inticher Binkowski*

## SUMÁRIO

### **CONVIDADO/GUEST**

A TRANSMISSÃO DA PSICANÁLISE E OS GRUPOS ..... 73

The transmission of psychoanalysis and the groups

- *Emília Estivalet Broide*

### **ENTREVISTA/INTERVIEW**

ENTREVISTA COM EX-EDITORAS DA SIG REVISTA DE PSICANÁLISE ..... 83

Interview with former editors of SIG Revista de Psicanálise

### **RESENHAS/REVIEW**

PSICANÁLISE E HIBRIDEZ: POR UM RESGATE DE UMA PSICANÁLISE  
TRANSFORMADORA ..... 91

Psychoanalysis and hybridity: rescue of a transformative psychoanalysis

- *Ana Carolina Mello Pechansky*

ESTAR PARA VIR A SER ..... 93

To be as to become

- *Gabriel Teitelbaum*

Caros leitores,

Há muito que comemorar. Aos poucos voltamos ao nosso convívio presencial, que agora valorizamos ainda mais. Aprendemos muito com os desafios e dificuldades que enfrentamos, crescemos e ficamos mais fortes. Além disso, a SIG Revista, editada regularmente desde 2012, completa seus 10 anos. Como forma de homenageá-la e comemorar essa data, pensamos em uma edição que abordasse o tema da transmissão em psicanálise, suas possibilidades e impossibilidades.

A psicanalista Emília Estivalet Broide recebeu essa nossa consigna e assina a seção *Artigo Convidado* em uma preciosa interlocução entre Lacan e Pichón-Rivière, na qual ressalta a importância dos grupos como locus de produção de saber, fundamentais à transmissão da psicanálise: enlaces potentes em um consistente percorrido teórico que permitem aos leitores refletir sobre esse “impossível ofício do psicanalista”, se utilizamos as palavras de Freud.

A seção *Em Pauta* nos brinda três excelentes textos que nos oportunizam refletir profunda e corajosamente sobre o tema que propusemos. Cláudia Maria Perrone e Eduardo Bayon Britz, em “*A transmissão e formação em psicanálise: impasses na cultura*”, contemplam fenômenos atuais preocupantes, como as novas institucionalizações da psicanálise operadas por formas culturais regressivas. Os autores analisam esses modelos e também as situações de controle e legislação nas formações analíticas, que precisariam ser tanto mais livres quanto possíveis, como forma de preservar a própria função da transmissão. Já Mônica Medeiros Kother Macedo, em “*Paragem e movimento: desdobramentos do pesquisar em psicanálise*”,

ressalta a importância da relação do psicanalista com o legado freudiano e com o exercício de escuta para fundamentar a pesquisa acadêmica como prática investigativa vinculada à contínua formação do psicanalista. Gabriel Inticher Binkowski em “*Formação em psicanálise, transmissão da psicanálise: real, trauma, rito*” propõe, nestas experiências, modalidades de tratamento do encontro com o real e o traumático da experiência analítica, com conseqüências importantes para pensar a história e as possibilidades de que o discurso analítico possa traduzir efeitos a partir do sujeito da modernidade. São textos que dialogam entre si, tensionando a questão proposta e nos convocando a seguir refletindo e compartilhando essas inquietações.

Na seção *Entrevista*, reunimos as ex-editoras da SIG Revista, Sissi Vigil Castiel, Eurema Gallo de Moraes, Débora Marcondes Farinati, Clarice Moreira da Silva e Lísia da Luz Refosco em uma agradável conversa que historiza e relembra experiências, desafios e conquistas desde a sua criação.

Iniciando a seção *Artigos*, o texto “*De 22 a 22: de lá para cá, movimento paradoxal*”, de Felipe Canterji Gerchman, Gustavo Sada da Silva e Liza Sanvito Andrezza Corso, de forma muito bela nos presenteia com uma retomada da história da arte, de seus importantes movimentos e, a partir disto, trabalha alguns dos paradoxos do movimento modernista no Brasil e suas questões para a psicanálise, a partir da abertura de possibilidades criativas e do infinito trabalho de resignificação e simbolização.

Em uma proposta semelhante, Marina Gomes Kirst e Amadeu de Oliveira Weinmann, de forma sensível e instigante, nos convidam a ex-

plorar a questão do olhar a partir do contexto cinematográfico. Através da análise do filme *“De olhos bem fechados”*, de Stanley Kubrick, os autores aprofundam os conceitos de fantasia, semblante e enigma, ressaltando a possibilidade de encontro e desencontro de olhares como fundamentais para a desconstrução de uma posição totalitária e narcísica.

Augusto Jobim do Amaral e Camila de Oliveira Angel, em *“O controle químico-social: a medicalização da vida na direção do pharmagge-don”*, nos convocam a olhar para as consequências do exagero na medicalização praticada pela psiquiatria e pela indústria farmacêutica, questionando a existência de uma prática de mercantilização e de controle social e o reforço uma cultura de alto desempenho, ignorando os riscos desse consumo exagerado à saúde. Uma questão pertinente e urgente, da qual os psicanalistas não podem se furtar à discussão.

Finalizando a seção *Artigos*, em *“SIG Intervenções Psicanalíticas: problematizações teóricas e clínica”*, as autoras Bárbara de Souza Conte, Eurema Gallo de Moraes e Marilena Deschamps Silveira analisam os lugares possíveis e impossíveis de transmissão da psicanálise a partir dos muitos anos de experiência no trabalho coletivo com grupos e indivíduos em situações traumáticas e de angústia diante da violência. Um belo relato que historiciza o trabalho realizado e marca a importância do testemunho como possibilidade de recomposição simbólica e transformação.

A seção *Resenha* nos convida a conhecer duas obras novas e fundamentais. Em *“Psicanálise e hibridez: por um resgate de uma psicanálise transformadora”*, Ana Carolina Mello Pechansky nos apresenta o livro de Thamy Ayouch, *Psicanálise e Hibridez: gênero, colonialidade e subjetivações*. Já a resenha *“Estar para vir a ser”* é o convite de Gabriel Teitelbaum para a leitura de *“A psicanálise do vir a ser”*, de Claudio Castelo Filho.

No encerramento desse trabalho como editora, agradeço à comissão editorial – Andrea Mongeló, Cristina Herbstrith e Luiza Dal Conte - que com muita dedicação, criatividade e entusiasmo foi incansável na busca da melhor qualidade possível das edições que lançamos. Das ideias iniciais, convites, revisões até a diagramação e impressão, muitas mãos trabalham para que o desafio da transmissão impossível se faça possível. À diretoria da SIG, em especial à diretora de comunicação, Renata Lima, agradeço pela confiança do convite e respaldo em todo o trabalho realizado.

Por fim, espero que todos tenham uma leitura tão fecunda e aprazível quanto foi o trabalho de edição. Parabéns e vida longa à SIG Revista!

*Eneida Cardoso Braga*

*Editora Responsável*

*SIG Revista de Psicanálise*

## DE 22 A 22: DE LÁ PRA CÁ, MOVIMENTO PARADOXAL

FROM 22 TO 22: SINCE THEN, PARADOXICAL MOVEMENT

Felipe Canterji Gerchman<sup>1</sup>

Gustavo Sada da Silva<sup>2</sup>

Liza Sanvito Andreazza Corso<sup>3</sup>

**Resumo:** Este escrito visa a apresentar alguns dos paradoxos do movimento modernista no Brasil, bem como suas questões para a psicanálise. Partindo de uma revisão histórica, faz-se trabalhar o tema de modo a expor uma amostra dos interessantes pontos de observação que se podem obter, ao visar a tal marco da cultura nacional, em *après-coup*, no qual cada volta através de suas complexidades e de seus paradoxos permite uma nova associação.

**Palavras-chave:** Arte. Cultura. Psicanálise.

*Abstract: This paper aims to present some of the paradoxes of the modernist movement in Brazil, as well as its issues for psychoanalysis. Starting from a historical review, the theme is studied in order to expose a sample of interesting observation points that can be obtained, when aiming at this national cultural landmark, in après-coup, revealing throughout each turn a new association due to its complexities and paradoxes.*

**Keywords:** Art. Culture. Psychoanalysis.

### I

Frente ao centenário da Semana de Arte Moderna, este artigo visa a trabalhar alguns dos paradoxos do movimento modernista no Brasil, bem como suas questões para a psicanálise, a partir da atividade realizada pela Sigmund Freud Associação Psicanalítica no Porto Verão Alegre 2022. Entendemos que para chegar ao acontecimento de 1922 e seus desdobramentos, é importante realizar uma retomada histórica através da história da arte. Muitos foram os movimentos que influenciaram o pensamento modernista brasileiro e, dentre eles, selecionamos alguns marcos que consideramos importantes para sua contextualização.

### II

Em meados de 1860, a França passava por mudanças significativas no que tange à organização social, fazendo eco na vida cotidiana. Com a revolução industrial, as tarefas manuais são substituídas pela máquina, colocando o trabalho manual e artesanal em segundo plano. Pensando na arte como expressão de rupturas, encontramos aí o movimento impressionista que denunciava a

<sup>1</sup>Membro efetivo da SIG e membro do grupo de investigação Arte e Psicanálise.

E-mail:

fcgerchman@gmail.com

<sup>2</sup>Membro associado da SIG e membro do grupo de investigação Arte e Psicanálise.

E-mail:

gustavogssilva@gmail.com

<sup>3</sup> Membro associado da SIG e membro do grupo de investigação Arte e Psicanálise.

E-mail:

lizacorso@outlook.com

superficialidade, artificialidade e rigidez dos retratos da natureza pintados dentro de ateliês. A fotografia ganhava lugar, e a pintura perdia espaço. O “real” e a rigidez tornavam-se norma e as regras acadêmicas ditavam o ritmo. E por onde andava a profundidade do olhar, da captura de momentos? – perguntavam-se os artistas.

No ensejo de marcar a diferença, artistas como Monet e Manet passam a pintar a impressão, saindo dos ateliês e colocando-se na experiência, ocupando espaços externos. Como ato disruptivo, encaram a academia e quebram a rigidez que distanciava o sentir, dizendo “melhor confiar nos olhos do que nas regras da academia”. Nesse sentido, trazem para perto a complexidade do que é singular. Nada mais único do que a impressão que cada um constrói acerca das coisas.

Como reação ao movimento impressionista, no início do século XX, nasce o expressionismo na Alemanha. Van Gogh é considerado o precursor do movimento trazendo consigo, para além da impressão capturada pelo olhar, os sentimentos na obra. É nesse sentido que Munch afirma que a natureza não é apenas o que é visível ao olho, mas que ela também inclui as imagens interiores da alma, e é nesta melodia que os expressionistas entoam ao que vieram. Se antes a singularidade da impressão se colocava, agora a busca é pela expressão da alma. Muitos foram os grupos advindos do movimento como efeito da angústia frente à modernidade, em uma proposta que nos remete à frase de Nietzsche, em *Assim falou Zaratustra*, quando diz: “o importante no homem é que ele é uma ponte e não um fim” (2011, p. 16). Aqui já conseguimos compreender o caminho que a arte vai tomando, no sentido de colocar em cena aquilo que é do sujeito que pinta. À medida que a *expressão da existência* ganha lugar, o considerado feio aparece. Evita-se “qualquer detalhe que sequer sugerisse boniteza e polimento”, escreve Ernst Gombrich (1999, p. 566).

Com Picasso e Braque, influenciados por Cézanne, cria-se o movimento cubista que, agora, prega a multiplicidade dos pontos de vista sobre um mesmo objeto. Diferente do movimento até então vigente, o cubismo aparece como uma ruptura ao estado das coisas, introduzindo a bidimensionalidade na tela. O objeto é visto desde várias perspectivas, quebrando o padrão de imagem. Segundo Gombrich (1999, p. 573), Picasso afirma que “se pensarmos num objeto, digamos um violino, ele não se apresenta ao olho da nossa mente tal como o vemos com os olhos do nosso corpo”.

Em 1909, o escritor italiano Marinette publica o Manifesto Futurista a partir do qual deixa sua marca pelo menosprezo ao passado e a exaltação de tudo que é novo. O homem e a máquina são retratados de forma fusionada e confundida. Felippo Marinette glorifica a guerra e se posiciona abertamente a favor do fascismo.

No ano de 1914 eclode a primeira grande guerra, artistas marcados pelo horror das desumanidades deste acontecimento formam o movimento dadá. O dadá é contra tudo, inclusive contra a arte. Duchamp é considerado o pai do dadá – por mais que Salvador Dalí conteste. Com o urinol, questiona totalmente a ideia de arte.

Mais tarde, em 1920, o surrealismo diferencia-se das demais escolas contemporâneas por distinguir-se das tradições da expressão artística, tendo como figuras representativas do prelúdio do movimento André Breton, Max Ernest e Salvador Dalí. Este movimento tinha por meta deslindar o simbolismo, a desintegração do intelecto ou razão, desconsiderando o visível e o substituindo,

especialmente, pela vida mental. O objetivo dos surrealistas não se constitui em acessar o inconsciente para expressá-lo de maneira descritiva ou realista, sequer construir um mundo à parte da fantasia através do inconsciente, mas sim romper as barreiras, não só físicas, mas também psíquicas, entre o consciente e o inconsciente, a fim de criar super-realidades em que se encontrem e se misturem, dominando o conjunto da vida, o real e o irreal. André Breton, autor do Manifesto Surrealista de 1924 (Breton, 2001), definiu o surrealismo como puro automatismo psíquico, isto é, processo pelo qual manifesta-se o mecanismo real do pensamento, livre de qualquer controle da razão, sem censura e repressão, associando livremente. E é através deste meio de expressão inconsciente, livre de censuras, que encontramos a influência da obra freudiana no movimento surrealista abrindo espaço para o trânsito do ilógico e atemporal.

### III

Pensando nas quebras propostas e construções de possibilidades criadas pelas vanguardas europeias, chegamos a 1922. Em terras brasileiras, passava-se por modificações políticas, econômicas e sociais. O país era dominado pelas oligarquias cafeeiras, o que era conhecido como “política café com leite”. Nesse cenário, em que imperava o parnasianismo e o academicismo, nasce o movimento modernista brasileiro como forma de resistência e protesto. Influenciados pelos movimentos vanguardistas, propõem uma transformação no padrão estético, abrindo uma brecha para o sentir, sem medo da informalidade. Neste contexto, chegam ao Brasil – através de Prado, cafeeiro da elite brasileira – as obras de Sigmund Freud, mais especificamente *Totem e tabu* (1996), sobre as quais Oswald de Andrade passa a ter conhecimento. Oswald repassa a Mário, que repassa ao conhecido “grupo dos cinco”. Atravessados pela proposta freudiana, constrói-se a base ideológica do movimento antropofágico.

Em 1917, Anita Malfatti, recém-chegada dos EUA, expôs em São Paulo suas obras como *O homem amarelo* e *O japonês*, recebendo duras críticas do escritor Monteiro Lobato. O autor escreve que as obras de Malfatti representavam a falta de habilidade, comparando o traço de Anita a uma brincadeira infantil. Como efeito das críticas, Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Menotti Del Picchia, num ato de reconhecimento, decidem por marcar e introduzir a modernidade na arte brasileira, idealizando o que mais tarde chamaríamos de Semana de Arte Moderna ou Semana de 22. Não por acaso, acontece justo no centenário da Independência, reivindicando aí independência artística.

Financiada pela elite cafeeira de São Paulo, a semana acontece nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro, no Theatro Municipal – espaço vinculado à aristocracia paulista tradicional. Apontavam para a libertação da forma acadêmica em prol da espontaneidade, por uma escrita informal que fugisse do padrão da norma culta, aproximando a linguagem das ruas. Instigados pelas vanguardas europeias, aventavam pela absorção dos movimentos culturais do exterior no Brasil. A semana construía-se como um ensaio do que estava por vir. Calcados na reformulação da linguagem, na suplementação do naturalismo nas obras e na crítica ao modo burguês – mesmo sendo um evento elitista em relação à classe dominante –, edificavam o movimento. Neste sentido, propomos pensar nos paradoxos postos.

Entendendo a arte como possibilidade e lugar na e da cultura, bem como reconhecendo a importância da quebra e ruptura na promessa modernista para o país, abrimos espaço para a crítica. No mesmo sentido, dado por Oswald e Tarsila, de beber (ou comer) daquilo que a história nos entrega e, como efeito,

fazer um movimento crítico e original sem destituir o construído, nos interrogamos acerca das contradições que 22 traz na sua semana. Não é novidade que a pauliceia corria desvairada entre os integrantes do movimento e que, com isso, deixava marcas, mas o encontro se dava através da fome de transgressão. Transgredir o tradicional, o conservadorismo, transgredir o conceito de beleza e aproximar o considerado “feio”, que não tinha vez. Descolonizar a linguagem – aproximando quem fica à margem – e a busca feroz pelo destaque da brasilidade e do primitivismo de origem.

Entretanto, por onde andavam os sujeitos à margem em meio aos sapos? Nos perguntamos. Compreendemos que o movimento de descolonização da linguagem culta é um ato político na medida em que faz um giro na visão de sociedade, como ato subversivo e inclusivo, mas quem de fato fez parte desta fala comum? Comum a quem? Nos interrogamos. Pensando no arco de cem anos, chegamos à inquietante indagação: e hoje?

#### IV

Cem anos depois, entendemos que a controversa Semana de Arte Moderna pode render ainda interessantes reflexões. Com isto, no início deste ano pudemos realizar, em projeto conjunto do grupo de investigação Arte e Psicanálise com a comissão científica da SIG e com o Porto Verão Alegre, duas noites de debates sobre o centenário da Semana de 22 e seus desdobramentos. Dentre as interessantes falas proferidas neste evento, uma chamou atenção por se opor ao interesse pelo tema proposto, alegando que a semana foi irrelevante e que, em vez de discutirmos seus desdobramentos, deveríamos investir nosso tempo em outros estudos. Tal fala, proferida por uma representante da academia, finalizou sua participação com o dito “recomendo Machado de Assis!”.

De nossa parte, não julgamos haver qualquer problema na fala crítica à Semana de Arte Moderna. Inclusive, entendemos que a presença de uma posição contrária ao valor do Movimento de 22 contempla justamente a controvérsia daquele, e abre para o debate quanto aos paradoxos presentes no movimento, conforme supracitado. Entretanto, entendemos que há um ponto importante a ser levado em consideração, e que não foi contemplado pela dita fala. A psicanálise ensina, a partir da leitura de Freud realizada pelo psicanalista francês Jean Laplanche, que um processo de simbolização não implica somente o deslocamento de sentido de uma representação a outra, mas também um entretempos, momento crítico no qual verdadeiramente se encontra a fertilidade de tal processo. Sobre isso, diz Laplanche: “na simbolização, o que é verdadeiramente interessante, mais do que a relação terminal entre a representação de partida e a representação de chegada, é o próprio processo, o momento de trabalho da simbolização” (1989, p. 6).

Ou seja, desde uma perspectiva psicanalítica, não olhamos para a Semana de Arte Moderna somente a partir da ótica de seus produtos, mas do trabalho (ou, no mínimo, da tentativa de trabalho) de simbolização empreendida ali. Como afirma Laplanche (1989), o trabalho de simbolização implica momentos de dessimbolização, nos quais ligações são desfeitas abrindo a possibilidade para que novas ligações possam advir. Com isso, compreende-se que os paradoxos e as controvérsias indicam não a irrelevância, mas justamente a potência criativa e elaborativa da Semana de Arte Moderna.

Esta posição não implica negar as contradições dos modernistas, muito menos avaliar como positivas todas as suas produções. Isto porque acompanhamos Freud em suas contribuições sobre a *Nachträglichkeit*, e assim entendemos

## ARTIGO

que os resultados de um acontecimento não se medem dentro dos limites temporais do acontecimento propriamente dito, mas em todas as ressignificações a posteriori impulsionadas por este. Neste sentido, pode-se constatar a influência das ideias modernistas em diversas frentes, desde o movimento antropofágico, passando pela tropicália e chegando aos estudos de questões contemporâneas como a decolonialidade.

Podemos observar, então, como os ecos da Semana de Arte Moderna proporcionaram a abertura de possibilidades criativas e a busca por uma via alternativa à submissão aos padrões instituídos. Se acompanhamos Winnicott, podemos perceber que este é um movimento importante para a capacidade de aproveitar a vida:

Mais do que qualquer outra coisa, é a apreciação criativa que faz o indivíduo sentir que vale a pena viver. Em contraste direto com essa forma de lidar com a realidade externa está um relacionamento de submissão que reconhece o mundo e seus detalhes, mas apenas como algo a que se deve adequar ou que exige adaptação. A submissão traz ao indivíduo um sentimento de futilidade associado à ideia de que nada importa e de que a vida não é digna de ser vivida (2019, p. 108).

Em 1967, duas obras retomam, a nosso ver, o acontecimento de 22. A artista Lygia Clark apresenta uma obra-performance que se desenvolve em conjunto chamada *Baba Antropofágica*. O grupo se senta em uma roda, sendo um dos participantes designado a deitar no centro. Cada participante que compõe a roda é contemplado com um fio de linha de uma cor individual, que coloca na boca. De lábios cerrados, a fim de que este fio seja lentamente puxado para fora com os dedos, inicia uma tecedura conjunta. Cada comprimento de barbante sai da boca aglutinando saliva, baba que é conduzida pelo destino do fio e deita sobre o corpo ao centro, passando a integrar uma composição única – uma imagem de um processo grupal cujo movimento é de dentro para fora e se materializa num produto final cuja moldura é o próprio corpo. Ao término das linhas, o participante deitado se levanta e deixa somente a obra como monumento e índice de uma síntese conjunta, mistura da baba de cada um, compondo uma organicidade que confere à obra final uma corporalidade autônoma e singular, derivada da mistura. Observamos que esse corpo-obra é fruto de uma mistura e de um tecer conjunto. As múltiplas cores sugerem uma narrativa de composição; a origem do volume advindo de enlaces múltiplos de singularidades, o corpo como construto de agentes múltiplos em interconexão. A baba arranca da linha a definição de sua individualidade, até sua solidez física, e a transforma em potencial mistura e contaminação, em objeto fluido. A obra final toma corpo num processo de homogeneização com outro corpo, o próprio corpo do participante. É também um homomorfismo que permite à obra adquirir suas próprias pernas. Diante do corpo que se erige, buscamos o espaço, o tempo e a sensorialidade que o amparam. Pensa-se esse corpo a partir de uma complexa rede de relações. Aqui se coloca a obra de Hélio Oiticica, chamada *Tropicália*. É um ambiente virtual materializado numa sala de exposição. Se apresenta um espaço tropical, quase labiríntico, composto por elementos da cultura nacional como plantas, areia, araras, poemas-objetos, capas de Parangolé e até um aparelho de televisão. O próprio Hélio define (apud Ávila, 2019):

O ambiente criado era obviamente tropical, como num fundo de chácara e, o mais importante, havia a sensação de que se estaria de novo pisando na terra. Esta sensação sentira eu anteriormente ao caminhar pelos morros,

pela favela, e mesmo o percurso de entrar, sair, dobrar pelas “quebradas” de tropicália, lembra muito as caminhadas pelo morro.

Interessante jogo entre ruas e vielas, contraste entre a civilidade das grandes avenidas e a marginalidade das quebradas da favela. Não poderíamos aí buscar o que há por entre essas quebradas, ousar a interioridade de uma viela, ousar adentrar um espaço fora da visibilidade comum? Hélio Oiticica parece fazer uma espécie de remontagem das entranhas da brasilidade como espaço sensorial e sensível.

## V

Não nos cabe – e nem imaginamos a possibilidade de um espaço que comportasse tal empreendimento – esgotar as diversas discussões proporcionadas pela conversa entre psicanálise e as contribuições provindas da Semana de Arte Moderna. Neste breve escrito, nossa tentativa foi a de proporcionar ao leitor uma amostra dos interessantes pontos de observação que se podem obter, ao nos voltarmos para o dito marco da cultura nacional, em *après-coup*, no qual cada volta através de suas complexidades e de seus paradoxos permite uma nova associação, uma nova mirada, lembrando a famosa frase proustiana de que “a única viagem verdadeira ... seria, não partir em busca de novas paragens, mas ter outros olhos” (Proust, 2014, p. 298).

Um exemplo disto foi a Semana de Arte Moderna da Periferia, promovida pelo poeta Sérgio Vaz, em 2007. Finalizamos este texto com um trecho do seu manifesto antropofágico periférico:

Contra os carrascos e as vítimas do sistema. Contra os covardes eruditos de aquário. Contra o artista serviçal escravo da vaidade. Contra os vampiros das verbas públicas e arte privada. A Arte que liberta não pode vir da mão que escraviza. Por uma Periferia que nos une pelo amor, pela dor e pela cor.

## REFERÊNCIAS

- Ávila, C. (2019). Oiticica – nasce a Tropicália. **Escuta Só**. Recuperado de <https://medium.com/@escutasompb/oiticica-nasce-a-tropic%C3%A1lia-94d52a494e45>
- Breton, A. (2001). Manifesto surrealista. In A. Breton, **Manifestos do surrealismo**. São Paulo: Nau.
- Freud, S. (1996). **Totem e tabu** (Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, v. 13). Rio de Janeiro: Imago.
- Gombrich, E. (1999). **A história da arte**. Rio de Janeiro: LTC.
- Laplanche, J. (1989). **Problemáticas III: A sublimação**. São Paulo: Martins Fontes.
- Nietzsche, F. (2001). **Assim falou Zaratustra: Um livro para todos e para ninguém**. São Paulo: Companhia das Letras.
- Proust, M. (2014). **Em busca do tempo perdido: A prisioneira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Winnicott, D. W. (2019). **O brincar e a realidade**. São Paulo: Ubu Editora.

# DE OLHOS BEM FECHADOS: A POTÊNCIA DO OLHAR CINEMATOGRAFICO

## EYES WIDE SHUT: THE POWER OF THE CINEMATOGRAPHIC GAZE

Marina Gomes Kirst<sup>1</sup>

Amadeu de Oliveira Weinmann<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo assinala a potência do olhar na experiência cinematográfica, buscando contribuir para a tradição da análise fílmica. O filme *De olhos bem fechados* (1999), de Stanley Kubrick, serve como fio condutor e objeto de estudo. Usamos o método da análise fílmica psicanalítica, em conjunto com uma revisão bibliográfica da literatura de conceitos lacanianos como o olhar e o semblante, para explorar a questão: em *De olhos bem fechados*, como o olhar irrompe na tela? Nossa hipótese é de que, onde a fantasia fílmica falha, a verdade sobre o semblante é revelada e o olhar cinematográfico surge como potência libertadora.

**Palavras-chave:** Psicanálise. Cinema. Análise Fílmica. Olhar. Semblante.

*Abstract:* The article highlights the power of the gaze in the cinematographic experience, seeking to contribute to the tradition of film analysis. Stanley Kubrick's film *Eyes wide shut* (1999) serves as the guiding thread and object of study. We used the method of psychoanalytic film analysis, together with a bibliographic review of the literature regarding Lacanian concepts such as the gaze and the semblance, to explore the question: In *Eyes wide shut*, how does the gaze break out on the screen? Our hypothesis is that, where filmic fantasy fails, the truth about the semblance is revealed and the cinematic gaze emerges as a liberating power.

**Keywords:** Psychoanalysis. Cinema. Film Analysis. Gaze. Semblance.

### INTRODUÇÃO

O que vemos só vale – só vive – em nossos olhos pelo que nos olha (Didi-Huberman, 2010, p. 29).

O filme *De olhos bem fechados* (1999) – último longa-metragem dirigido por Stanley Kubrick, inspirado no romance *Traumnovelle* (*Breve romance de sonho*, lançado em 1926), de Arthur Schnitzler – suscita reflexões sobre ver e ser olhado. O presente trabalho utiliza o método da análise fílmica psicanalítica (Weinmann, 2017) e realiza uma revisão bibliográfica da literatura a respeito da complexidade da pulsão escópica e da dinâmica do semblante na relação intersubjetiva. Interessa-nos enfrentar a seguinte questão: em *De olhos bem fechados*, como o olhar irrompe na tela?

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia/UFRGS. E-mail: marina.kirst@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor do PPG em Psicanálise: Clínica e Cultura/UFRGS. E-mail: weinmann.amadeu@gmail.com

Analisar um filme é uma tarefa que reduz, irremediavelmente, imagens em palavras. Nessa operação, algo sempre falta – o próprio gozo visual das imagens em movimento. No entanto, reconhecemos o cinema como fonte de conhecimento sobre o sujeito e sua relação com a imagem. Afinal, “somos sujeitos cinematográficos” (Rivera, 2008, p. 10). Na obra em questão, Kubrick leva o espectador a uma jornada onírica onde, expostos a um dar a ver contínuo, sentimos que estamos indo longe demais ao percorrer o campo visual.

A análise fílmica, conforme teorizada por Raymond Bellour (2000), utiliza a análise de operações formais do cinema – “alternâncias, rupturas de alternâncias, condensações, deslocamentos, oposições, similaridades, diferenças, repetições, resoluções, etc.” (p. 14) – como ferramentas de uma análise interminável, que não visa a uma compreensão total de seu objeto. Vanoye e Goliot-Lété (2008), inspirados por Bellour, escrevem que a análise fílmica transpõe e transcodifica o que pertence ao visual (descrição dos objetos filmados, cores, movimentos, luz, etc.), ao sonoro (músicas, ruídos, grãos, tons, tonalidade das vozes) e ao audiovisual (relação entre imagens e sons). Nesse sentido, a análise fílmica psicanalítica propõe que escutemos o cinema como uma linguagem singular, pondo em relevo sua composição formal e interpretando a linguagem cinematográfica como parte do discurso do Outro (Weinmann, 2017). Neste artigo, buscamos contribuir para a teoria fílmica ao sustentar o conceito de olhar como um possível foco da análise fílmica e do entendimento do sujeito cinematográfico.

## O OLHAR CINEMATOGRAFICO

Em *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan (2008) teoriza sobre a esquizo entre o olho e o olhar. Se, por um lado, o olho estaria relacionado ao registro do imaginário, pois o sujeito autorreflexivo vê o mundo como um espelho pacificador de si mesmo, por outro, o olhar seria o objeto da pulsão escópica, capaz de nadificar o sujeito quando este se torna foco de um olhar Outro. Trata-se de um objeto invisível no campo visual, mas que incita a ver. O olhar como objeto *a*, objeto causa do desejo, pode gerar um misto de prazer e angústia no sujeito, isto é: gozo. Somos olhados e gozados pelo olhar, que é o avesso da visão.

McGowan (2007) critica o entendimento do conceito de olhar proposto por teóricos do cinema identificados com a psicanálise nos anos 1970 (Christian Metz, Jean-Louis Baudry, Laura Mulvey, etc.). Para eles, o olhar seria o olhar do espectador, ou seja, olhar do sujeito em direção ao objeto fílmico. Essa concepção servia de base para ideias acerca do cinema como aparato ideológico capaz de envolver o espectador em uma relação de identificação, isto é, como mecanismo simbólico capaz de promover efeitos imaginários.

Metz (1983) compara o cinema com um espelho que tudo pode refletir, menos a imagem do espectador. Este já conhece a experiência primária de identificação com a imagem especular e consegue conceber um mundo de objetos sem precisar ver a si mesmo dentro dele. Assim, o espectador torna-se aquele que tudo percebe, como um sujeito transcendente, cujo olhar está identificado com a perspectiva e os movimentos da câmera. Laura Mulvey (1975), por sua vez, descrevia o olhar cinematográfico como masculino, ou *male gaze*, promovendo a identificação entre espectador e protagonista e a objetificação generalizada da mulher (atriz, personagem e espectadora). Para a autora, o cinema não apenas mostra a mulher, mas também a forma pela qual ela deve ser olhada no contexto do espetáculo. Baudry (1974) considerava o cinema como um aparato

## ARTIGO

ideológico em que a perspectiva da câmera fixaria um ponto de onde o espectador produziria significados.

Para além de questões simbólicas e imaginárias, o olhar como objeto pulsional fala sobre algo do registro do real – o espaço vazio que escapa da ordem social, resistente a qualquer forma de simbolização. É esse olhar real que McGowan (2007) propõe recuperar na teoria fílmica: ele é encontrado pelo sujeito no próprio objeto, como um ponto que o olha e o nadifica. É uma mancha onde o espectador percebe-se implicado na tessitura fílmica. É esse ponto que nos interessa no presente artigo.

A primeira cena de *De olhos bem fechados*, um plano de cerca de oito segundos, apresenta a figura de uma mulher (Nicole Kidman, no papel de Alice) despindo um longo vestido preto, de costas para a câmera e, portanto, impossibilitando a visão de sua face. Antes mesmo de o título do filme aparecer na tela, o espectador é, furtivamente, fisgado pela imagem. Kubrick nos coloca na posição de espectador impotente que já fora tão bem retratada em *Laranja mecânica* (1971). Subitamente, a imagem erótica do corpo nu é interrompida pela aparição do título em letras garrafais – *EYES WIDE SHUT* – que remetem ao não ver, mesmo que de olhos abertos. É como se o diretor brincasse com o poder do cinema de definir o que será dado a ver ao espectador e o que permanecerá oculto, ainda mais considerando a grande expectativa de cenas eróticas suscitada pelo marketing do filme antes de sua estreia.

Assim, desde o primeiro plano o filme envolve o espectador em uma fantasia voyeurística, oferecendo um campo visual erótico e instigante que acaba criando o desejo constante de ver mais. É nessa rota de busca por um objeto oculto que a narrativa conduz o espectador ao encontro com o olhar.

### SEMBLANTE E ENIGMA

Para Lacan (2008), o ser se decompõe entre seu ser e seu semblante. O autor se refere às ações de mascarar-se, travestir-se e intimidar como formas de fazer semblante, ou seja, de botar-se em cena no espetáculo visual da vida. Trata-se de uma dimensão da aparência, do parecer que, no entanto, não se opõe à verdade do inconsciente – de fato, é sustentado por esta (Lacan, 2009b). Além disso, a dimensão performática da diferença sexual transparece no semblante. Jacques Alain Miller (2010) afirma que o semblante masculino almeja proteger o *ter*, isto é, a posição fálica que utiliza o falo como significante do seu poder. Já o semblante feminino, muito discutido na literatura psicanalítica, tem o corolário de sua conceitualização no texto clássico *A feminilidade como máscara*, de Joan Riviere (2005). De acordo com a autora, a feminilidade como máscara é um artifício utilizado pela mulher quando ela pressente que precisa defender-se das agressões masculinas por suas conquistas fálicas.

Em seu texto “Mulheres e semblantes”, Jacques-Alain Miller (2010) parte do pressuposto de que o semblante vela o nada, isto é, por trás do semblante há um lugar vazio – lugar constitutivo do sujeito lacaniano e anterior à sua inscrição no registro do simbólico, onde será possível enunciar o desejo. Assim como o olhar, o que está por trás da máscara também remete ao registro do real. A função de velar o nada serviria para ambos os semblantes, feminino e masculino. No entanto, para o autor, cabe à mulher a função de perfurar o semblante masculino, isto é, de reduzir suas fantasias sobre si mesmo a mentiras. É exatamente esta operação que *De olhos bem fechados* nos apresenta em sua trama.

Aqui, faremos a decomposição plano a plano de uma cena, segundo o

método da análise fílmica desenvolvido por Raymond Bellour (2000). Em uma cena rápida e intensa, o casal Alice (Nicole Kidman) e Bill (Tom Cruise), com suas imagens refletidas em um espelho, demonstra a dinâmica narcísica de sua relação. Após voltarem de um baile de Natal onde ambos flertaram com outras pessoas, Alice está nua, de costas para a câmera e em frente a um espelho (assim como no já mencionado primeiro plano do filme). Na banda sonora, toca uma música animada com uma letra sugestiva: *Baby did a bad, bad thing*, de Chris Isaak.

Plano 1 (30 segundos): Alice balança-se, distraidamente, enquanto retira os seus brincos. A câmera atrás dela aproxima-se em *travelling in* (movimento de câmera para a frente), lentamente, em direção ao espelho. Então, vemos a imagem de Bill surgir em primeiro plano, primeiramente no espelho e, depois, de costas. Por dois segundos, ele olha para Alice enquanto toca as suas costas e ela olha por cima de seus óculos para a imagem especular de Bill. Ele fixa os olhos no próprio reflexo por cinco segundos antes de inclinar-se para beijar o pescoço de sua mulher. Alice se entrega e beija-lhe os lábios, enquanto ele a toca.

Plano 2 (17 segundos): a câmera, agora em *close-up* na imagem do rosto de Alice no espelho, aproxima-se dela cada vez mais, em *travelling in*. Ela tira os óculos do rosto, sorrindo enquanto é beijada no pescoço por Bill. Nesse momento, ela lança um olhar repentino para sua imagem no espelho, como quem se analisa, hesitante. Volta a beijar Bill. Mais uma vez, ela hesita por um instante e lança um último olhar, extremamente enigmático, que sugere um certo enfado. *Fade out*. Por cerca de quatro segundos, a tela permanece preta enquanto a música extradiegética continua.

O sutil jogo de olhares aqui descrito demonstra o encantamento narcísico que ambos os personagens sentem em relação às próprias imagens especulares. Nesse vendo-se ver-se (Lacan, 2008), eles veem o que querem ver, ou seja, a autoimagem pacificadora, o semblante que encenam. Estão no registro imaginário do olhar, e não do olhar pulsional. Bill aparece em cena, primeiramente, como uma imagem no espelho, para depois encarnar o seu corpo de costas. Ele parece querer assegurar-se desse seu semblante antes de abordar a esposa. No segundo plano, os corpos desaparecem e o que sobra é apenas a imagem especular, a câmera focando cada vez mais o rosto de Alice. Ela, enquanto é beijada, analisa a própria figura de forma hesitante e distraída. Já seu último relance, segundos antes do *fade-out*, remete a algo diferente: “do mais claro autorreconhecimento, um vislumbre incômodo do que ela realmente é” (Kreider, 2006, p. 288). E o que ela é, como demonstrado em outros momentos da trama, é uma mulher bonita, uma “esposa-troféu” cuja beleza todos admiram. Primeira pista dos desmascaramentos expostos pela trama, isto é, do desvelamento da verdade sobre o semblante.

## FANTASIA

A trama principal da obra é catalisada por uma longa cena na qual Alice, com o intuito de desestabilizar a segurança excessiva que Bill demonstrava sentir em relação à sua fidelidade como esposa, conta em detalhes um antigo desejo sexual por um oficial da Marinha. Sua performance é teatral – ela ri enquanto aponta o dedo para Bill, destruindo toda e qualquer certeza que ele tinha sobre si, ou seja, sobre ser um homem e ter uma mulher dedicada e pacificadora, sem desejos próprios. Bill chega a afirmar que as mulheres “não funcionam dessa forma”.

## ARTIGO

É o enigma do desejo de Alice – que se assemelha ao que já fora formulado por Freud, de acordo com o seu biógrafo Ernest Jones (1955), quando indagou: “o que quer uma mulher?” – que coloca Bill em movimento, perturbado e obstinado a transgredir o casamento e, talvez, achar uma resposta para essa pergunta, no encontro com outra mulher. Assim, Bill entra no reino da fantasia, ao encontrar em seu caminho diversas mulheres que o desejam, mas sem conseguir transformar fantasia em ato. Algum elemento sonoro ambiente sempre o impede – uma campainha, uma ligação no celular –, ou o mero absurdo da situação. Como descrito por McGowan (2007), a fantasia tem o poder de permitir que o sujeito se relacione com o objeto como algo inalcançável, que está por trás de uma barreira temporal ou espacial (em vez de ontológica), mas que, ainda assim, é possível de ser obtido. A fantasia possibilita a manutenção do semblante masculino perfurado por Alice, pois ela permite a encenação do papel que o sujeito imagina ocupar no desejo do Outro – nesse caso, de um homem potente e desejável.

Além disso, o protagonista passa a fantasiar, repetidamente, com cenas eróticas de Alice e o oficial da Marinha por ela mencionado. Ele fantasia na posição de voyeur do desejo de sua mulher, que se tornou para ele um mistério – um objeto impossível. Nessas cenas, é como se o espectador estivesse dentro da cabeça de Bill, compartilhando de sua condição impotente. Mais uma vez, Kubrick demonstra a possibilidade que o cinema tem de tornar imagens realidade. Quase tudo pode tornar-se imagem na tela. E o que é a fantasia, senão uma tela? Nas palavras de Rivera (2008, p. 48): “a fantasia enquadra o real (como a fotografia), lhe dá bordas”.

É interessante observar como o cenário é utilizado para ilustrar o caráter labiríntico da cidade de Nova York, como quando Bill pega um táxi de um local para outro e chega exatamente ao outro lado da rua de onde partiu. Ademais, é notória a presença constante das luzes néon nas árvores de Natal e nos letreiros dos prédios, especialmente quando elas tomam a forma de um arco-íris na entrada de uma loja de fantasias. O arco-íris é um significante que aparece no filme primeiramente através da fala de uma jovem que tenta seduzir Bill, que diz: “você quer saber onde o arco-íris termina?”. A loja de fantasias *Rainbow Fashions*, onde ele adquire uma capa e uma máscara para comparecer a uma festa misteriosa, aponta para a aproximação desse lugar-limite. Como em um sonho, o espectador é exposto a um dar a ver onde ele não vê (Lacan, 2008), isto é, não sabe onde vai dar.

### O BAILE DE MÁSCARAS E A IRRUPÇÃO DO OLHAR

Nos ambientes percorridos por Bill, vemos, por duas vezes, a presença de máscaras. No quarto de um paciente morto, uma máscara de mármore; no quarto da prostituta Mandy, várias máscaras africanas penduradas. São prenúncios quase imperceptíveis do que virá. Descreveremos, aqui, a dinâmica pulsional encenada na sequência ápice da trama: um baile de máscaras sinistro, no qual uma elite anônima performa um espetáculo voyeur que termina em uma orgia asséptica.

No centro de um amplo salão cercado de colunas brancas, um círculo de figuras cobertas por capas pretas e máscaras estilizadas é conduzido por um mestre de cerimônias – o único a vestir-se de vermelho – que carrega uma espécie de pêndulo e um longo bastão. Ao redor, diversos espectadores ocupam o salão, igualmente mascarados. Na banda sonora, ouve-se o som de um órgão tocado por um pianista vendado e vocais que parecem ser a voz de um padre,

em latim, reproduzida de trás para a frente. As figuras no círculo são incitadas a despirem suas capas, revelando corpos femininos nus quase idênticos uns aos outros. Nesse círculo pulsional, os convidados ocupam a posição de voyeur com máscaras ornamentais sinistras que servem como uma tela que exagera a função do olhar ao tornar o conjunto, ao mesmo tempo, espetacular e anônimo. As mulheres, na posição de exibicionistas, demonstram o gozo narcísico de olhar a si mesmas através de um olhar Outro. Tudo ali é encenado para o objeto olhar, como quando, em meio à orgia que se segue, as mulheres beijam-se e simulam sexo oral por trás das máscaras que cobrem as bocas.

Bill encanta-se por uma dessas mulheres e o que ele quer é, pura e simplesmente, saber o que há por trás de sua máscara. Quer, ao mesmo tempo, transgredir as regras daquela cerimônia e atravessar o próprio semblante feminino. Assim, transpõe o limite de uma fantasia sustentada por uma barreira, por um impedimento de satisfação. Essa atitude o leva à punição de ter de tirar a sua máscara em frente a todos, perdendo o poder de voyeur e tornando-se foco do olhar: “para o voyeur, o circuito da pulsão escópica só se arremata quando ele é pego em flagrante pelo olhar de outrem, isto é, quando ele, por sua vez, é olhado. Nesse *se fazer olhar*, ele se torna puro olhar” (Quinet, 2004, p. 84).

Quando o protagonista é proibido de exercer ali sua visão, o espectador também é barrado, pelo poder cinematográfico, de continuar vendo. Durante um instante sinistro, vemos as diversas máscaras ornamentais de perto, olhando diretamente para a câmera, ou seja, para nós. Por um tempo, tornamo-nos puro olhar. Eis o limite mortífero, nadificante da pulsão escópica. A partir do momento em que as máscaras ornamentais encaram a câmera – e, portanto, o espectador –, o filme continuará colocando-nos nessa posição desconcertante. A imagem de uma câmera de vigilância apontada para a própria câmera do filme; a cena de um perseguidor que caminha, sorratamente, atrás de Bill e, em certo momento, olha diretamente para a câmera; o rosto mais uma vez enigmático de Alice que, por dois segundos, lança um olhar sinistro para a câmera, abrindo um sorriso que sugere sadismo.

As imagens nos olham, como observa Lacan (2009a):

O olhar não se situa simplesmente ao nível dos olhos. Os olhos podem muito bem não aparecer, estar mascarados. O olhar não é forçosamente a face do nosso semelhante, mas também a janela atrás da qual supomos que ele nos espia. É um *x*, o objeto diante do qual o sujeito se torna objeto (p. 286).

A posição de espectador é subvertida ao ser levada ao limite: se, antes, estávamos absorvidos pelo fluxo das imagens cinematográficas, talvez ainda como sujeitos, na parte final do filme tocamos o ponto sinistro da nossa própria objetificação.

## TOCANDO O REAL

O registro do real diz respeito ao que resiste à simbolização, isto é, ao que permanece intocado pela linguagem. É a partir de perturbações da ordem simbólica que o reconhecemos (Žižek, 1994). Este registro é o domínio da pulsão escópica, do que nos afeta quando se satisfaz, quando dá gozo ao olhar (Quinet, 2004), quando nos tornamos objeto de gozo do Outro.

Na medida em que o espectador entra em contato com o objeto olhar, a

## ARTIGO

trama desenvolve-se e Bill acha a mulher misteriosa da cerimônia em um necrotério. O jogo de cena entre ele e a presença frígida daquele corpo sem vida oferece um insight sobre o que está para além do semblante, ou seja: nada, um corpo despido de fantasias, a carne desprovida de libido. Um corpo que o olha como mensageiro do inevitável por excelência: a morte.

Plano 1 (36 segundos): a câmera localiza-se em um canto do necrotério, filmando, em plano geral, a abertura da porta e a entrada no recinto de um profissional da saúde seguido por Bill. A câmera acompanha os passos de ambos até o fundo da sala em movimento panorâmico. No ambiente, predomina uma luz azul fria. O profissional abre uma gaveta revelando o corpo morto e pálido de uma mulher. Ele afasta-se de Bill.

Plano 2 (7 segundos): vemos, em primeiro plano, o corpo deitado. Em segundo plano e acima do corpo, o rosto perplexo de Bill ao fitar o rosto da mulher. Na banda sonora, ouve-se a voz da mulher misteriosa do baile de máscaras: “porque isso poderia custar a minha vida e, possivelmente, a sua”, como se estivéssemos ouvindo os pensamentos do protagonista.

Plano 3 (6 segundos): agora do ponto de vista de Bill, em *plongée* (posição de câmera que significa literalmente mergulho, onde vemos o objeto de cima para baixo), vemos o corpo da mulher com seu rosto presente no plano visual. Ela está com os olhos bem abertos, voltados para cima. Na banda sonora, ouve-se um piano intimista que tocará até o fim da cena.

Plano 4 (38 segundos): do mesmo ponto de vista do plano 2, vemos Bill aproximar-se, lentamente, do rosto da mulher. Ele está profundamente comovido e posiciona-se atrás da cabeça dela.

Plano 5 (2 segundos): vemos, brevemente, o profissional da saúde olhando para baixo, em outro ponto da sala.

Plano 6 (44 segundos): do ponto de vista dos planos 2 e 4, Bill aproxima o seu rosto, lentamente, do rosto do cadáver. Ele olha, fixamente, para os detalhes daquele rosto, como se estivesse à procura de uma resposta. A música intensifica-se no limite da aproximação, quando ele fecha os olhos e levanta a cabeça. A música suaviza. Ele abre os olhos, novamente, quando já se afastou o suficiente.

No limite do visível, é imperativo estar de olhos bem fechados. Bill encontra um olhar de morte, vindo de algo que está ausente – a presença perturbadora da ausência. Didi-Huberman (2010) esclarece:

... há aquilo ... que me olha: e o que me olha em tal situação não tem mais nada de evidente, uma vez que se trata ao contrário de uma *espécie de esvaziamento*. Um esvaziamento que de modo nenhum concerne mais ao mundo do artefato ou do simulacro, um esvaziamento que aí, diante de mim, diz respeito ao inevitável por excelência, a saber: o destino do corpo semelhante ao meu, esvaziado de sua vida, de sua fala, de seus movimentos, esvaziado de seu poder de levantar os olhos para mim. E que no entanto me olha num certo sentido – o sentido inelutável da perda posto aqui a trabalhar (p. 37).

Aqui, é demonstrada a intersecção sinistra entre fantasia e gozo: ao aproximar-se da mulher que ensinava sua fantasia de revelar o que está por trás da máscara, o personagem enfrenta a impossibilidade do objeto na lógica do desejo: “quando o sujeito acessa o objeto, a fantasia revela-o como a corporificação

de nada, como nada além da própria falta do sujeito” (McGowan, 2007, p. 209). Assim, para o espectador também é quebrado, mais uma vez, o ambiente fantasístico que antes era oferecido. Na sequência desse encontro disruptivo, Bill reconhecerá o seu semblante – sua máscara não mais grudada ao rosto, mas materializada. Ao chegar a seu quarto, percebe a máscara branca e dourada que havia usado no baile mascarado posta sob o seu travesseiro, ao lado de sua esposa adormecida. Na banda sonora, ouve-se o mesmo piano tocado na cena em que Bill foi desmascarado no baile.

## NOVOS OLHARES

De acordo com Didi-Huberman (2010), o olhar pode surgir “... quando o que vemos é suportado por uma obra de perda, e quando disto alguma coisa resta” (p. 80). O que nos olha é um resto da Coisa freudiana, *das Ding* – o objeto primário que precisa se ausentar para que o sujeito possa desejar novos objetos, ao ser inscrito em uma cadeia significante. Precisa se fazer ausente porque sua presença implicaria a impossibilidade de um sujeito advir. Dessa operação, o objeto a surge como resto e símbolo. Em *De olhos bem fechados*, o olhar irrompe como ataque súbito, ferida visual que pode remeter a um olhar perdido, do qual já fomos objeto.

A partir da análise dessa obra, as hipóteses mencionadas a respeito do olhar cinematográfico como olhar do espectador – por exemplo, em Baudry (1974); Mulvey (1975); e Metz (1983) – podem ser ressituidas. De fato, o cinema tem muito a dizer sobre o discurso do Outro, isto é, sobre o registro simbólico que enquadra os fenômenos culturais em uma determinada perspectiva. No entanto, aqui, o enfoque não se centra na dimensão ideológica colocada ao espectador, que se identifica com certa visão de mundo – como a lógica masculina, da qual fala Mulvey. Tal reviravolta no conceito de olhar pode ser sintetizada nas palavras de Lacan (2008, p. 86): “o olhar, tal como concebe Sartre, é o olhar pelo qual sou surpreendido – surpreendido na medida em que ele muda todas as perspectivas”.

Ainda em *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan (2008) define o que podemos caracterizar como uma importante tendência estética: “esse quadro [*Os embaixadores*, de Holbein] não é nada mais do que é todo quadro, uma armadilha de olhar. Em qualquer quadro que seja, é precisamente ao procurar o olhar em cada um de seus pontos que vocês o verão desaparecer” (p. 91). E prossegue Lacan, a respeito dessa tendência estética:

[ela] oferece algo como pastagem para o olho, mas convida aquele a quem o quadro é apresentado a depor ali seu olhar, como se depõem as armas. Aí está o efeito pacificador, apolíneo, da pintura. Algo é dado não tanto ao olhar quanto ao olho, algo que comporta abandono, deposição, do olhar (p. 102).

Em *Cinema: instrumento de poesia*, Buñuel (1983, p. 334) nos ajuda a compreender o que seria tal “armadilha” que nos leva a “depor o olhar”:

bastaria à branca pupila da tela de cinema poder refletir a luz que lhe é própria para fazer explodir o universo. Mas, por ora, podemos dormir em paz, porque a luz cinematográfica encontra-se convenientemente dosada e aprisionada. Em nenhuma das artes tradicionais há, como no cinema, tamanha proporção entre possibilidade e realização.

Parece-nos que Lacan e Buñuel referem-se ao que Barthes (2015, p. 29) denomina *punctum*: "... *punctum* é também picada, pequeno buraco, pequena mancha, pequeno corte – e também lance de dados. O *punctum* de uma foto é esse acaso que, nela, me *punge* (mas também me mortifica, me fere)".

Se, como propõe Quinet (2004), a pulsão escópica insere-se "... nos três registros destacados por Lacan: o imaginário do espelho, o simbólico da perspectiva e o real da topologia, em que se inclui a relação do sujeito ao objeto olhar" (p. 11), em *De olhos bem fechados* a irrupção do olhar como objeto a fere o espectador identificado ao protagonista no coração de seu narcisismo, incitando-o a rever o enquadre ideológico, a partir do qual ele se coloca em cena – portanto, a mudar sua perspectiva do mundo. É nesse sentido estético-político que nos parece potente pensar o olhar cinematográfico, desde a reviravolta lacaniana do conceito de pulsão escópica. Isso não implica deslegitimar outras abordagens do conceito de olhar cinematográfico, como as anteriormente mencionadas. E, se este artigo tende a se inclinar em favor de um cinema capaz de "explodir o universo", isso também não acarreta, necessariamente, desprestígio ao potencial analítico de obras que se oferecem como "pastagem para o olho".

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo é explorar a potência do olhar pulsional no contexto cinematográfico. O filme analisado percorre os domínios da fantasia e dos semblantes para levar a relação voyeurística do espectador com o filme até um limite visual, a partir do qual irrompe o objeto olhar. Também demonstra a possibilidade feminina de perfurar o semblante masculino e suas certezas narcísicas. É atravessando esse labirinto de imagens que podemos entrever a possibilidade de o cinema perturbar a posição narcísica e voyeur, dos semblantes utilizados pelo protagonista e emprestados ao espectador, para transferir ao próprio filme o poder do olhar – um olhar impessoal, que irrompe e remete a uma condição originária: a de que, no espetáculo do mundo, somos, antes de tudo, objetos da pulsão escópica.

Christian Metz (1983), no artigo "O significante imaginário", afirma: "toda reflexão psicanalítica sobre o cinema ... poderia se definir em termos lacanianos como um esforço para resgatar o objeto-cinema ao imaginário e para conquistá-lo para o simbólico" (p. 3). A análise fílmica pode servir ao processo de desconstrução do encanto suscitado pela tela. *De olhos bem fechados* encanta, seduz, fascina, mas só até certo ponto – o ponto de irrupção do olhar como objeto a.

No entanto, inspirados em McGowan (2007), propomos ir além da simbolização das imagens para permitir à análise fílmica a abertura ao objeto olhar, (des)encontro este possibilitado pela experiência cinematográfica. O olhar como *objet petit a* corporifica o lugar vazio na estrutura simbólica, onde a realidade falha. O contato com esse vazio permite que o sujeito perceba a incompletude do Outro, a estrutura de ficção da própria realidade e, assim, abre brechas de liberdade. Se o Outro não é absoluto e não detém todas as respostas, então podemos libertar-nos da necessidade de responder ao seu desejo, isto é, de desejar o desejo do Outro. A experiência de um filme que impõe ao espectador um encontro com o objeto olhar permite que ele se liberte da identificação à fantasia que a tela expõe, transformando imagens-muro em imagens-furo (Rivera, 2008), ou seja, imagens totalizantes e tranquilizadoras em imagens que nos põem na vertigem de um mundo onde não somos senhores.

## REFERÊNCIAS

- Barthes, R. (2015). **A câmara clara** (J. Guimarães, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1980. Título original: La chambre claire: Note sur la photographie).
- Baudry, J. (1974). Ideological effects of the cinematographic apparatus. **Film Quarterly**, **28**(2), 39-47.
- Bellour, R. (2000). A bit of history (M. Quaintance, Trad.). In C. Penley (Ed.), **The analysis of film** (pp. 1-20). Bloomington, IN: Indiana University Press. (Trabalho original publicado em 1979. Título original: D'une histoire).
- Buñuel, L. (1983). Cinema: instrumento de poesia (T. Machado, Trad., 4ª ed.). In I. Xavier (Org.), **A experiência do cinema** (pp. 333-337). Rio de Janeiro: Graal. (Trabalho original publicado em 1958. Título original: El cine, instrumento de poesía).
- Costa, A., & Bonfim, F. (2013). O homem e **Å** mulher na operação com o semblante. **Revista aSEPHallus**, **8**(16), 134-147.
- Didi-Huberman, G. (2010). **O que vemos, o que nos olha** (P. Neves, Trad., 2ª ed.). São Paulo: Editora 34. (Trabalho original publicado em 1992. Título original: Ce que nous voyons, ce qui nous regarde).
- Jones, E. (1955). **The life and work of Sigmund Freud** (Vol. 2). New York: Basic Books.
- Kreider, T. (2006). Introducing sociology. In G. Cocks, D. James, & P. Glenn (Eds.), **Depth of field: Stanley Kubrick, film, and the uses of history** (pp. 280-297). Madison, WI: The University of Wisconsin Press.
- Kubrick, S. (Producer/Director). (1999). **Eyes wide shut** [Motion Picture]. United States: Warner Bros.
- Lacan, J. (2008). **O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise** (M. D. Magno, Trad., 2ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1964. Título original: Le séminaire de Jacques Lacan, livre XI: Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse).
- Lacan, J. (2009a). **O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud** (B. Milan, Trad., 2ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1953-54. Título original: Le séminaire de Jacques Lacan, livre I: Les écrits techniques de Freud).
- Lacan, J. (2009b). **O seminário, livro 18: De um discurso que não fosse semblante** (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1971. Título original: Le séminaire de Jacques Lacan, livre XVIII: D'un discours qui ne serait pas du semblant).
- McGowan, T. (2007). **The real gaze: Film theory after Lacan**. Albany, NY: State University of New York Press.
- Metz, C. (1983). The imaginary signifier. In C. Britton, A. Williams, B. Brewster, & A. Guzzetti (Eds.), **Psychoanalysis and cinema: The imaginary signifier** (pp. 1-81). London: The Macmillan Press. (Trabalho original publicado em 1975. Título original: Le signifiant imaginaire).
- Miller, J.-A. (2010). Mulheres e semblantes I e II. **Opção Lacaniana**, **1**(1). (Trabalho original publicado em 1993. Título original: De mujeres y semblantes).
- Mulvey, L. (1975). Visual pleasure and narrative cinema. **Screen**, **16**(3), 6-27.
- Quinet, A. (2004). **Um olhar a mais: Ver e ser visto na psicanálise** (2ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rivera, T. (2008). **Cinema, imagem e psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Riviere, J. (2005). A feminilidade como máscara (A. C. Carvalho & E. Carvalho, Trans.). **Psychê**, **9**(16), 13-24. (Trabalho original publicado em 1929. Título original: Womanliness as a masquerade).

ARTIGO

Vanoye, F., & Goliot-Lété, A. (2008). **Ensaio sobre a análise fílmica** (M. Appenzeller, Trad., 7ª ed.). Campinas, SP: Papirus.

Weinmann, A. O. (2017). Sobre a análise fílmica psicanalítica. **Subjetividades**, 17(1), 1-11.

Žižek, S. (1994). **The metastases of enjoyment: Six essays on woman and causality**. New York: Verso.



# O CONTROLE QUÍMICO-SOCIAL: A MEDICALIZAÇÃO DA VIDA NA DIREÇÃO DO PHARMAGGEDON<sup>1</sup>

CHEMICAL-SOCIAL CONTROL: THE MEDICALIZATION OF  
LIFE IN THE DIRECTION OF PHARMAGGEDON

Augusto Jobim do Amaral<sup>2</sup>

Camila de Oliveira Angel<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca analisar as consequências nefastas do controle químico-social praticado pela psiquiatria e pela indústria farmacêutica, questionando-se como a (re)medicalização da vida cotidiana atrela-se aos interesses corporativos e impulsiona uma espécie de *pharmageddon*. A hipótese inicial é que existe uma prática de mercantilização das doenças mentais que objetiva, em grande medida, o incremento de um mercado consumidor, gerando, ademais, certa banalização do uso de drogas psiquiátricas (e com ela o aumento significativo de danos graves à saúde). Logo, por meio de uma revisão bibliográfica de cunho crítico e interdisciplinar, foram trazidas as possíveis respostas ao problema de pesquisa mencionado. Sendo assim, concluiu-se que existe uma atividade de controle social por trás da medicalização da população, diretamente ligada às demandas da indústria farmacêutica e dos diversos agentes atrelados a ela, ignorando-se, em nome da obtenção de lucro, a nocividade e a violência decorrentes do consumo exagerado de psicofármacos.

**Palavras-chave:** Controle social. Medicalização. Farmacoterapia.

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais e de Filosofia da PUCRS. Doutor em Altos Estudos Contemporâneos pela Universidade de Coimbra (Portugal). Doutor, Mestre e Especialista em Ciências Criminais pela PUCRS.  
E-mail: [augusto.amaral@pucrs.br](mailto:augusto.amaral@pucrs.br)

<sup>3</sup> Advogada, graduada em Ciências Jurídicas e Sociais, Especialista e Mestra em Ciências Criminais, todos pela PUCRS.  
E-mail: [camila.angel@acad.pucrs.br](mailto:camila.angel@acad.pucrs.br)

**Abstract:** *This article seeks to analyze the disastrous consequences of the chemical-social control practiced by psychiatry and the pharmaceutical industry, questioning how the (re)medicalization of everyday life is tied to corporate interests and drives a kind of pharmageddon. The initial hypothesis is that there is a practice of commodifying mental illnesses that aims, to a large extent, to increase a consumer market, generating, in addition, a certain trivialization of the use of psychiatric drugs (and with it the significant increase in serious damage to health). Thus, through a critical and interdisciplinary literature review, possible answers to the mentioned research problem were brought up. Therefore, it was concluded that there is an activity of social control behind the medicalization of the population, directly linked to the demands of the pharmaceutical industry and the various agents connected to it, ignoring, in the name of obtaining profit, harmfulness and violence resulting from the exaggerated consumption of psychotropic drugs.*

**Keywords:** *Social control. Medicalization. Pharmacotherapy.*

## INTRODUÇÃO

O artigo estará focado em verificar como a aliança entre psiquiatria e indústria farmacêutica resultou em um fenômeno massivo de medicalização da população. Embora se tenha acreditado, em alguma medida, que o problema da atividade psiquiátrica estava superado, seja pelo surgimento dos psicofármacos, seja pela superação da lógica excludente do confinamento manicomial, a verdade é que um novo modelo ampliou as hipóteses de controle social via psiquiatria baseada na ação dos psicofármacos.

Logo, conforme se demonstrará, a mercantilização da doença mental, o consumo exacerbado de psicofármacos, a possibilidade do aprimoramento cognitivo e o *digital health*, ao contrário do que se poderia acreditar, não anunciaram um progresso científico linear no âmbito da saúde mental, mas, em sua profundidade, trouxeram novos perigos e implementaram uma forma silenciosa de violência que, não raro, passa despercebida à maioria das pessoas, inclusive para profissionais da própria área da saúde.

Por isso, utilizando-se do método da revisão bibliográfica, serão analisadas as consequências negativas que decorrem dessa realidade cada vez mais medicalizada, visto que elas demonstram como o processo de governo do cotidiano pode não ser tão inofensivo quanto parece. Efetivamente, a hipótese é que danos estão sendo causados e vidas são destruídas, ao passo que a sociedade contemporânea não parece estar enfrentando – e sequer compreendendo adequadamente – este estado de sofrimento psíquico, encaminhando-se para uma espécie de *pharmageddon*.

## A MERCANTILIZAÇÃO DA DOENÇA MENTAL

Um fenômeno bastante expressivo da contemporaneidade é a mudança radical que ocorreu no tratamento do *sofrimento psíquico*, uma vez que este deixou de ser considerado um problema que atrapalha a produção, o desenvolvimento econômico e a felicidade. Hoje, o neoliberalismo descobriu que é uma atividade muito mais lucrativa criá-lo e gerenciá-lo ao invés de combatê-lo, sendo possível extrair ainda mais produção e gozo do próprio mal-estar (Safatle, Silva Junior, & Dunker, 2020).

É por isso que, ao contrário de outros cenários econômicos, o estado de crise permanente passa a ser desejado e incentivado. Ou seja, fabrica-se a infelicidade e ao mesmo tempo se oferece o antídoto: “a compra é uma suspensão da angústia, um antídoto para a solidão” (Berardi, 2003, p. 25). Este é um mecanismo inteligente, que inventa o problema e a solução, ou melhor, elabora um meio para sua manutenção. Assim, buscam-se técnicas para moderar a infelicidade e torná-la suportável, contendo possíveis pensamentos suicidas e, ao mesmo tempo, estimulando o consumo de psicofármacos. Nesta dinâmica, o transtorno psíquico é tratado como uma doença crônica, assim como o exemplo da diabetes, em que se acredita que o consumo do remédio agiria regulando aquela “insuficiência” produzida no organismo. No caso da diabetes, a insulina, e no dos transtornos mentais, os neurotransmissores.

Assim, como propõe Whitaker (2011, pp. 13-18), se essa lógica fosse verdadeira, o número de pessoas mentalmente incapacitadas teria diminuído depois que se introduziu o tratamento psicofarmacológico. Além disso, frente ao grande avanço nas vendas dos medicamentos, esperava-se que o número de indivíduos com transtornos psíquicos tivesse sido reduzido nos últimos anos, principalmente desde a chegada, em 1988, do Prozac e de outras drogas psi-

## ARTIGO

quiátricas da segunda geração (que em tese possuem menos efeitos colaterais). Entretanto, a realidade é que, em vez disso, o número de pessoas recebendo pensão por diagnósticos de incapacidade mental decolou em diversos países (Gotsche, 2016, p. 384). Eis a aparente contradição: o avanço e a reformulação das técnicas de cuidado na psiquiatria (diminuição da internação manicomial versus maior investimento na ministração de fármacos) com resultados totalmente antagônicos.

Contudo, a evidência é que, nos países em que existe a expansão desse “novo” modo de tratamento, multiplica-se, igualmente, a doença. Ademais, assim como demonstra Whitaker (2010, pp. 226-232), a Organização Mundial da Saúde também já havia alertado que os desfechos da esquizofrenia nos Estados Unidos eram muito piores do que em países como a Índia ou a Nigéria. Nestes locais, por mais incrível que pareça, as chances de o indivíduo se recuperar são visivelmente maiores do que se ele estivesse nos EUA ou em outros países desenvolvidos, em que a probabilidade é que o sujeito fique cronicamente doente. Apesar de a esquizofrenia ser apenas um dos exemplos que poderiam ser mencionados, ela ajuda a perceber qual é a verdadeira dinâmica que está por trás do paradoxo apresentado neste trabalho. A chave do enigma está mesmo no fato de que a “praga moderna” (Whitaker, 2011, p. 11-20), representada pela proliferação das doenças mentais, está diretamente ligada à forma de cuidado baseada na prescrição das drogas psiquiátricas. Ou melhor, ela é, em alguma medida, fabricada por ela.

A produção de práticas de normalização sobre saúde e doença representa, para além do debate psicanalítico, psicológico e psiquiátrico, uma oportunidade de negócio extremamente lucrativa. Sabendo disso, executivos das grandes empresas farmacêuticas passaram a objetivar a ampliação do “mercado da saúde”. É o que se pode observar quando o chefe da Merck, Henry Gadsden, disse à revista *Fortune* sobre sua angústia pelo fato de que os mercados potenciais da empresa estavam “limitados a pessoas doentes”. Gadsden disse que há muito tempo era seu sonho fazer drogas para todas as pessoas, estando propriamente doentes ou não (Moynihan & Cassels, 2005, p. 10).

Destarte, essa manifestação não está deslocada dentro da indústria, apenas demonstra o início de uma prática que, algum tempo depois, passaria a ser comum entre as empresas farmacêuticas. Por oportuno, a fala de Gadsden está conectada a um fenômeno que é chamado nos países de língua inglesa de *disease mongering*, ou seja, “produção” ou “mercantilização” de doenças. O termo foi utilizado pela primeira vez pela jornalista americana Lynn Payer e descreve o processo de ampliação das fronteiras que definem o que é ou não uma patologia, com o propósito único de aumentar a venda dos fármacos destinados ao seu tratamento (Payer, 1992). Embora o *disease mongering* não se restrinja à esfera psíquica, englobando outras classes de doenças, é evidente que a sua proporção dentro da área *psi* é ainda maior. Isso se dá, em grande medida, em razão de os diagnósticos do DSM serem sindrômicos e não propriamente nosológicos. Eles não são “tipos naturais”, embora alguns teimem afirmar o contrário. São sim “tecnologias de intervenção na estrutura psíquica a partir de valores” (Safatle, Silva Junior, & Dunker, 2020, p. 27). Frente à ausência de um marcador biológico específico (como ocorre nas doenças somáticas em geral), eles sempre guardam certo grau de indeterminação e flexibilidade.

Importa ressaltar que as categorias psicopatológicas não são estruturas descritivas, mas processos performativos. Elas criam, performativamente, uma nova situação na qual os sujeitos se veem inseridos, produzindo um nível significativo

de reorientação de ações e condutas, sejam elas conscientes, sejam involuntárias. Portanto, como o fundamento atual da tecnologia de intervenção clínica é farmacológica, a configuração dos transtornos liga-se ao espectro de atuação do fármaco em questão (Safatle, Silva Junior, & Dunker, 2020, p. 28). Isso faz com que a especialidade psiquiátrica seja ainda mais propensa à ação mercantil. Em termos objetivos, é muito mais fácil captar pacientes-consumidores.

Por isso, Gotzsche (2016, p. 371) chega a afirmar que a psiquiatria é o “paraíso da indústria de medicamentos”, já que as definições de transtornos do DSM são vagas e passíveis de manipulação. Para o autor, como se não bastasse essa “facilitação” outorgada pelo DSM, ainda há o problema de que setores psiquiátricos acabem sendo expostos ao risco de corrupção, de fato, podendo lucrar muito, para além de qualquer outra especialidade médica. Isso porque, no caso dos medicamentos vendidos sob prescrição, o médico é intermediário fundamental entre o comprador (paciente) e a mercadoria (medicamento). Para que se atinja o destinatário final, os profissionais têm de ser antes convencidos. Por isso, os representantes da indústria vão aos consultórios apresentar seu produto como se fossem porta-vozes científicos. Eles mostram ao médico o resultado dos estudos com placebo que foram realizados, trazendo as indicações e as contra-indicações (Aguiar, 2004, p. 69). Ou seja, o limite do uso é determinado pelo documento técnico que resulta do estudo controlado. Com isso, a indústria farmacêutica propõe medicamentos com imperativos de utilização já estabilizados antes mesmo do encontro entre médico e paciente.

Muitas são as estratégias da indústria. Além do investimento na instrução dos profissionais de saúde e patrocínio de grandes congressos internacionais (Kehl, 2009, p. 53), a própria população é alvo de intensa indução por meio da socialização do diagnóstico. Por isso, os trabalhos publicitários investem, cada vez mais, na divulgação da importância do autodiagnóstico. De acordo com Aguiar (2004, p. 99), um bom exemplo disso é toda a exploração que se teve do diagnóstico depressivo a partir da década de 90, quando o transtorno foi amplamente divulgado para a população do mundo todo, impulsionado, em grande medida, pelas campanhas publicitárias em torno do antidepressivo Prozac. Como não se pode vender o medicamento diretamente ao consumidor, comercializa-se o conceito da doença, divulgando-o e fazendo-o ser conhecido pela maior parte possível de pessoas.

A uma primeira vista, tais constatações podem parecer exageradas. Todavia, a ideia de que as empresas farmacêuticas ajudam a criar doenças é muito familiar para os *insiders* da indústria. Vince Parry (2003), especialista em publicidade e marketing global, já revelou as maneiras pelas quais as empresas estão envolvidas em promover a criação de transtornos médicos. O publicitário afirma, abertamente, que as empresas farmacêuticas agora assumem a liderança não apenas na comercialização das drogas *blockbusters* (Prozac, Viagra etc.), mas também na elaboração de mercados para essas pílulas. Outro fato que confirma essa realidade é bem ilustrado pelo relatório da *Reuters Business Insight*. Projetado para executivos de empresas farmacêuticas, apontava a capacidade de criar mercados de doenças e trazer bilhões incontáveis em vendas de medicamentos. Uma das principais estratégias de venda, de acordo com o relatório, é mudar a maneira como as pessoas pensam sobre suas doenças comuns, para transformar processos naturais em condições médicas (Moynihan & Cassels, 2005, p. 178).

Com isso, as hipóteses de falseamento dos números de casos confirmados de vários transtornos aumentam drasticamente (Kehl, 2009, p. 52). É por

## ARTIGO

isso que autores como Gotsche (2016, p. 372) afirmam que o DSM da APA se tornou abominável. De acordo com o autor, ela é tão ruim que até mesmo Allen Frances, que presidiu a formulação do DSM-IV, acredita que a responsabilidade por definir condições psiquiátricas precisa ser retirada da associação. Aliás, é interessante mencionar que Frances (2014) fez uma grande revisão do seu posicionamento anterior e do trabalho da nova força-tarefa que arquitetou o DSM-V. Concordando com várias críticas aqui já levantadas, ele afirma que problemas cotidianos foram transformados em transtornos mentais. Revisitando tais problemas, Frances (2013, pp. 27-34) chegou a escrever uma obra intitulada *Saving normal*, na qual adverte que o DSM-V tem o potencial de desencadear múltiplas epidemias de falsos-positivos, não apenas devido ao dinheiro da indústria, mas igualmente pela pressão de pesquisadores por um maior reconhecimento de suas condições preferenciais.

Evidentemente, existem casos graves em que há a necessidade de manipulação medicamentosa. Contudo, o problema está no fato de se expandir o diagnóstico com o propósito único de alastrar o mercado de consumo farmacêutico. Pois, como facilmente se constata, o tratamento final indicado será o psicofármaco e não uma psicoterapia, por exemplo. Desta forma, o que a mercantilização da doença faz, mais profundamente, é nutrir o processo de patologização generalizada, cujo efeito paradoxal é a produção de um horizonte em que todas as dores da vida são dispensadas e eliminadas por meio de uma pílula. Nessa busca de um grau ótimo de eficiência existencial, difunde-se uma versão medicalizável de todas as formas de inquietação, oscilação de ânimo e inadaptação. Com isso, ampliam-se constantemente as hipóteses de ação deste controle químico-social que recai sobre a população.

É por isso que na atual sociedade do desempenho, até mesmo os indivíduos considerados “saudáveis” começam a buscar os efeitos dos psicotrópicos. Assim, as “*smart drugs*” são ingeridas para melhorar atributos como a concentração, a memória e o humor. Essa é uma ferramenta que se diz capaz de deixar o sujeito “mais do que bem”, satisfazendo de melhor forma as demandas sociais (Sibilia, 2015, p. 209). Por isso, Ehrenberg (2010, p. 142) compara a sua utilização com as dopagens esportivas, entendendo que ambas seriam meios de reforçar as capacidades corporais e psicológicas a fim de encarar a “competição”. Noutros termos, ajudam um sujeito-empresa da racionalidade neoliberal a “enfrentar a realidade” competitivamente.

Ademais, essa realidade tende a se expandir ainda mais com a chegada do mercado da *digital health* e a possibilidade de levar o serviço de diagnóstico a qualquer indivíduo conectado. Desde 1994, aumentaram os investimentos em pesquisa sobre biomedicina e inteligência artificial no setor privado. Estima-se que empresas como Google e Apple destinem aproximadamente 60% do seu orçamento a pesquisas biomédicas, aplicando os saberes da área da saúde ao mundo tecnológico e virtual (Safatle, Silva Junior, & Dunker, 2020, p. 144).

Como resultado, o diagnóstico em saúde mental amplia-se cada vez mais e com ele dissipam-se ainda mais os limites entre normal e patológico. O problema envolvendo esta grande mercantilização na área da saúde mental, portanto, é que, de um modo ou doutro, acaba por produzir a disseminação ao público em geral da falsa ideia de que os mais diversos problemas existenciais podem ser resolvidos por meio da ingestão de fármacos. Embora os psicofármacos prometam resultados maravilhosos, em seus mais diversos usos, existem problemas sérios a serem discutidos. Afinal de contas, não se pode perder de vista que essas práticas na verdade auxiliam no processo de medicalização

massiva da população e escondem os danos severos que são causados pelo consumo das drogas psiquiátricas.

Mesmo que a tecnologia revolucionária dos psicotrópicos seja empregada como se não existissem consequências devastadoras – assim cresce o *Big Pharma* (Frances, 2013, p. 31) a cada ano – há uma flagrante interferência nos processos de subjetivação e na elevação de uma espécie de ideal de higienização em toda a população. No entanto, para além do controle que se exerce cotidianamente nas relações de poder, perpassadas pela tríade indústria-psiquiatria-paciente, existe um fator de suma importância que não pode ser ignorado: tais medicamentos “badalados”, por vezes, causam os mesmos danos que eles deveriam prevenir, agindo de forma brutal na exclusão-eliminação dos indivíduos indesejáveis (desajustados, inadaptados, anormais) da sociedade contemporânea. Se no passado o “higienismo social” (Anitua, 2008, p. 242) perpetuou-se com o enclausuramento dos dissidentes dentro das instituições manicomiais, hoje, essa prática, para além disso e sem renunciar a ela, realiza-se por meio da medicalização.

### O PARADIGMA DAS DROGAS PSIQUIÁTRICAS

Apesar de algumas ressalvas, não se pode negar que os psicofármacos se tornaram o *modus operandi* de grande parcela da chamada neuropsiquiatria. Se, como vimos, psicofármacos são cada vez mais vendidos aos públicos mais variados, cabe analisar os danos decorrentes disso no cérebro humano. Na década de 50, quando drogas como a clorpromazina foram trazidas ao mercado para o tratamento da esquizofrenia, acreditava-se que finalmente a psiquiatria seria “humanizada”, eliminando-se os tratamentos que eram tidos como cruéis. Tais substâncias foram aclamadas como “inovadoras” e como enorme avanço tecnocientífico. Parecia, à primeira vista, que finalmente as pessoas poderiam ser mantidas fora do hospital e, no longo prazo, a incapacidade gerada pela esquizofrenia e por outros transtornos poderia terminar (Whitaker, 2010, pp. 253-254).

Além de a expectativa não ter sido cumprida, fato é que, após o surgimento da clorpromazina, os psicofármacos tornaram-se extremamente populares, principalmente com a entrada de novas drogas em cena, chamadas de “segunda geração” ou “atípicas” que, em tese, possuiriam efeitos colaterais mais leves (Burstow, 2015, p. 60). Assim, o tratamento psiquiátrico passou a se resumir à suposta regulação da química cerebral que seria efetuada pelo fármaco, fundada na teoria do desequilíbrio químico.

De um modo geral, os psicotrópicos agem no sistema nervoso central (SNC) – ao incidir sobre os mecanismos catecolaminérgico, colinérgico e serotoninérgico – modificando direta ou indiretamente a síntese, degradação, recaptação, liberação ou armazenamento de uma ou mais monoaminas. Não obstante, assim como os demais medicamentos, para que sejam lançados no mercado, eles precisam passar por um processo de aprovação. Esse processo envolve a ação de três agentes importantes: a empresa farmacêutica, o órgão regulador (instrumento do Estado) e uma empresa de pesquisa (terceiro “independente”). Nos ensaios (testes), novas drogas são colocadas contra placebos e somente se a nova droga “funcionar” é que será permitido o uso (Burstow, 2015).

Esse processo parece isento, também porque são terceiros que conduzem os testes e não a empresa farmacêutica que, obviamente, teria interesses econômicos diretos na aprovação dos medicamentos. Sem contar que o órgão

## ARTIGO

de supervisão tem poderes para aceitar ou recusar os resultados apresentados. Porém, autores como Breggin, Healy, Whitaker e Burstow já demonstraram que existem fatores preocupantes, bem como efeitos “colaterais” que não são devidamente divulgados. Embora não seja a fabricante a realizar diretamente os testes, é a própria empresa farmacêutica, interessada na aprovação, que escolhe quais ensaios serão apresentados ao órgão regulador. Só aí já é possível suspeitar que os interesses mercantis da indústria estão interferindo na aprovação de estudos. Como já se observou, esta é a mesma indústria que cria doenças para poder vender números maiores de psicotrópicos. Haveria como esquecer a possibilidade de que ela também influencie a aprovação dos produtos?

Portanto, de acordo com Burstow (2015, pp. 195-196), apesar das diferenças, as drogas psiquiátricas trabalham de forma semelhante. Em suma, interferem na química normal, geralmente através de adulteração de um ou mais sistemas de neurotransmissores. Esta interferência provoca um desequilíbrio que, por sua vez, cria disfunções envolvendo várias partes do cérebro. Sendo um órgão autorregulador, responde quase imediatamente iniciando uma série de ações compensatórias que, por sua vez, resultam em anormalidades (efeito rebote, abstinência etc.), privando o cérebro dos meios para se regular adequadamente.

Ao nosso propósito aqui, importante, então, é entender que os danos causados não são “efeitos colaterais”, mas sim o próprio efeito terapêutico. O que “acalma” ou “ativa” o indivíduo são as disfunções e os danos contínuos. Por esta razão, independentemente da intenção, “o dano surge como elemento *sine qua non* destas substâncias” (Burstow, 2015, p. 199).

Tais constatações são imprescindíveis, pois colocam em xeque a própria teoria do desequilíbrio químico que justificaria a ministração dos psicofármacos. A ação corretiva destes medicamentos estaria presente se houvesse, de fato, desequilíbrios nos neurotransmissores. As ações compensatórias do cérebro mostram o contrário. Se realmente existissem deficiências a serem tratadas, por que o órgão tentaria, a todo custo, autorregular-se? Na verdade, o que essas observações demonstram é que os psicotrópicos não corrigem falhas bioquímicas; de alguma forma, eles as causam.

Gotzsche (2016, p. 191) chega a afirmar que a teoria do desequilíbrio químico é uma grande mentira. Mesmo frente às grandes tentativas das neurociências, da psiquiatria biológica e dos scanners cerebrais, ainda hoje não foram comprovadas quaisquer causas orgânicas absolutas para as doenças mentais. Para o professor Irving Kirsch (2010, p. 142), diretor associado do programa de estudos de placebos da Harvard Medical School, a ideia de que haveria uma deficiência de neurotransmissores nas sinapses do cérebro de indivíduos possuidores de transtornos mentais é um mito.

Na mesma direção, um estudo liderado por Kirsch (2002), na Universidade de Connecticut, publicou um trabalho de análise dos dados de eficácia entre 1987 e 1999 para Prozac, Paxil, Zoloft, Effexor, Serzone e Celexa. Conforme já referido, para aprovar um medicamento apenas dois estudos positivos devem ser enviados ao órgão regulador – no caso dos EUA, a FDA. Porém, as empresas farmacêuticas realizam muitos testes antes que possam chegar a alguns resultados positivos. Assim, Kirsch e seus colegas analisaram todos os estudos conduzidos pelas empresas – não apenas aqueles usados para obter aprovação da FDA. A conclusão geral do grupo foi de que havia pouca ou nenhuma evidência de que os medicamentos funcionavam, demonstrando, ainda, que os efeitos benéficos em comparação com o placebo eram “insignificantes”.

Não obstante, parece estanho que mesmo frente a este paradigma de funcionamento, de criação de danos e de ineficiência, ainda assim, os psicofármacos continuem sendo comercializados de maneira estratosférica. Como todos esses efeitos indesejados não aparecem nos estudos realizados? Ou melhor, como esses medicamentos continuam a ser aprovados e vendidos para o grande público como algo seguro?

Healy (2012, p. 63) desvenda o enigma, afirmando que esse sistema só se mantém porque todos os ensaios sofrem alguma interferência das empresas farmacêuticas e os artigos sobre os estudos não são escritos em revistas pelos acadêmicos cujos nomes aparecem em sua linha de autoria, mas sim por “escritores-fantasmas”. São eles que redigem manuscritos por contrato, sem revelarem sua identidade.

Além disso, os laboratórios valem-se de outras práticas para garantir que apenas resultados positivos sejam publicados, reformulando ou escondendo dados negativos e exagerando a eficácia dos medicamentos. Como bem ilustrado por Gotsche (2016, p. 221), a empresa Lilly já foi condenada por marketing ilegal do antipsicótico Zyprexa. Embora os danos fossem substanciais, levando a insuficiência cardíaca, pneumonia, ganho considerável de peso e diabetes, a droga foi fortemente comercializada. Em 2006, documentos internos da Lilly vazaram para o *The New York Times* e demonstraram que a empresa ignorava os riscos de seu medicamento. Em 2009, inclusive, ela teve de pagar uma multa de US\$ 1,4 bilhão por causa da propaganda ilegal (Kedouk, 2016, p. 64).

Outro exemplo interessante que comprova essa estratégia de manipulação foi a publicação de um periódico falso pela Merck, o *Australasian Journal of Bone and Joint Medicine*, que parecia um periódico médico revisado por pares, porém era um instrumento de marketing (Gotsche, 2016, p. 316). Ainda, em 2008, a empresa assinou 23 acordos envolvendo pagamento de US\$ 650 milhões para “encerrar processos em que era acusada, entre outras alegações, de usar vários métodos diferentes para convencer médicos a receitarem as drogas – como pagamento ilegal de remuneração pela participação em treinamentos” (Kedouk, 2016, p. 64). Conforme expõe o autor (2016, p. 63), em 2012, GlaxoSmithKline também foi multada em US\$ 3 bilhões, acusada de pagar comissão aos médicos para que receitassem seus remédios, promover medicamentos de forma ilegal, prestar informações falsas e omitir os efeitos colaterais graves, entre outras condutas ilegais.

Portanto, é esse o paradigma (preocupante) que permeia as drogas psiquiátricas. Como se observa, as fabricantes de medicamentos apenas afirmam a eficácia e a segurança dos seus produtos. A semântica preferida é sedutora, levando as pessoas a pensarem que ingerir medicamentos só pode ser bom, pois as drogas prescritas pelos psiquiatras são eficazes e seguras. Todavia, o que ocorre é exatamente o contrário. Como controla a maior parte da informação e da literatura de pesquisa sobre os reais efeitos dos fármacos, a realidade é totalmente distorcida e as pessoas colocam no cotidiano de suas vidas tais drogas que, em boa parte dos casos, mais servem como veneno do que para cura.

## RUMO AO PHARMAGEDDON

O que podemos observar é que na atualidade, as referências à medicalização começaram a ser substituídas por referências à farmacologia. Essa modificação considerável, evidentemente, alterou as bases da clínica e, juntamente com o advento da psiquiatria biológica, inaugurou uma nova fase no âmbito

## ARTIGO

da saúde mental e das forças que agem no campo do controle social, sendo, portanto, um assunto importantíssimo, inclusive em termos de controle social. Logo, como se pode observar, aquilo que um dia Foucault (1999) chamou de “poder psiquiátrico”, hoje mostra-se igualmente voltado à poderosa ação química (e financeira) dos psicofármacos, bem como seus impactos nas mais diversas áreas da vida e da própria subjetividade. Conforme verificado, praticamente tudo o que se sabe sobre medicamentos é o que as empresas escolheram dizer à população. Entretanto, o que obviamente não se transmite nas campanhas de marketing e nas apresentações dos representantes da indústria que visitam os consultórios é que essas drogas são muito mais perigosas do que muitos consumidores e até médicos imaginam. A questão é que, como refere Breggin e Cohen (2007), as reações adversas podem ser potencialmente fatais e os problemas de abstinência envolvem grande risco de vida.

Segundo a perspectiva de Gotzsche, os medicamentos sob prescrição são uma epidemia que assola o mundo contemporâneo. Isso porque os “medicamentos prescritos são a terceira causa de morte no mundo, depois das doenças cardíacas e do câncer” (2016, p. 1). O autor compara a indústria do tabaco e a indústria farmacêutica, afirmando que ambas têm muito em comum, sendo tanto um quanto o outro verdadeiros mercados da morte: “o desrespeito moralmente repugnante por vidas humanas é a norma” (Gotsche, 2016, p. 1). A afirmação de Gotzsche certamente é forte, no entanto, não é infundada e muito menos se embasa em casos isolados.

Observando essa realidade, paradoxalmente, a ação de “cuidado” da psiquiatria contemporânea está levando a sociedade na direção daquilo que Healy chamou de “*pharmageddon*” (2012). Logo, o ponto nevrálgico é que essas práticas “de farmacêuticalização” dispõem de novas formas de “saber-poder” (Foucault, 1999) médico-psiquiátrico, não reconfigurando os modos de exercício de poder disciplinar e, sobretudo, o governo das populações, para utilizar de termos foucaultianos. De modo nem tão sorrateiro, vem conduzindo a um número crescente de mortes e deficiências (incapacidades). Assim, é necessário perceber que o paradigma de danos das drogas psiquiátricas cria ou reforça a emergência de doenças graves e causa mortes.

Para além do já ressaltado, a GlaxoSmithKline vem criando, inclusive, estudos fraudulentos na tentativa de esconder os efeitos colaterais de seus fármacos. Um dos testes realizados, que foi omitido e apareceu apenas em juízo, mostrava que pelo menos oito crianças apresentaram quadros suicidas tomando Paxil. Houve 11 efeitos adversos sérios no total de 93 crianças tratadas com Paxil. Isso significa que, para cada 10 crianças tratadas com Paxil, houve um evento adverso grave a mais. Entretanto, o artigo publicado sobre o medicamento sequer mencionava o problema, concluindo que, em geral, a paroxetina era bem tolerada e eficaz para depressão em adolescentes (Gotsche, 2016, p. 209).

Além de não curar a “doença”, como visto, antidepressivos como estes ainda inflam o comportamento agressivo e suicida em jovens. Seria mera coincidência, então, que diversos atiradores (alguns suicidas) em massacres que ocorreram em escolas nos EUA estavam sob o “tratamento” de tais medicamentos? O Luvox era utilizado pelos agressores do Massacre de Columbine; Toby Sincino, atirador em Blackville-Hilda High School, utilizava Zoloft; Luke Woodham, atirador da Pearl High School e Michael Carneal, atirador da Heath High School, ambos utilizavam Prozac; Elizabeth Bush, da Bishop Neumann High School, usava Paxil; Jason Hoffman, atirador em Granite Hills High School, utilizava

Celexa; e Jesse Carrizales, atirador da Fresno, fazia uso de Lexapro (Burstow, 2015, p. 189).

A gravidade do assunto fica ainda mais evidente quando se analisam as ações corrosivas que este tipo de droga pode ter no cérebro. Cabe referir um caso trazido por Burstow (2015, pp. 196-197) que relata o suicídio de um adolescente chamado Kevin James, que havia sido colocado sob o tratamento de drogas psiquiátricas em 1997, aos 15 anos, e acabou suicidando-se em 2008 por causa do terrível estado a que os diversos agentes químicos o reduziram.

Porém, a questão é ainda mais grave, pois o consumo destes medicamentos não se restringe ao número de sujeitos diagnosticados com um transtorno (número este que é bastante amplo tendo em vista a flexibilidade do DSM), mas também abarca o aprimoramento cognitivo, ou seja, sujeitos “saudáveis”. Assim, apesar de estes fármacos – por exemplo, também estimulantes como a Ritalina, vendidos como livre de riscos – causarem reações gravíssimas, seu uso é difundido da forma mais banal possível, fazendo com que seus consumidores, literalmente, paguem um preço caro por consumirem essas substâncias e, sobretudo, jamais atrelando seus resultados maléficis como sendo decorrentes deles.

Logo, para conseguir manter no mercado drogas tão perigosas, não surpreende que a indústria farmacêutica acabe mergulhando fundo no cometimento de crimes, no suborno e na corrupção. Muito para além de mera suposição, existem pesquisas que demonstraram claramente o jogo que acompanha esse mercado de drogas psiquiátricas. Braithwaite (1984), por exemplo, no livro *Corporate crime in the pharmaceutical industry*, traz o relato de diversos *insiders* da indústria que contam como funciona o mecanismo de “eliminação” dos problemas. Neste ponto, interessante observar que o processo é montado de modo que existam camadas de executivos e trabalhadores que não têm conhecimento das atividades ilícitas que são cometidas. Muitas vezes, faz parte do trabalho de funcionários de nível inferior garantir que seus superiores não sejam contaminados com o conhecimento de conduta ilegal. Ou seja, muitos funcionários destas empresas nem mesmo fazem ideia de que a indústria farmacêutica tem um registro pior de suborno internacional e corrupção do que qualquer outra, um histórico de fraude nos testes de segurança de drogas e negligência criminal nos processos de fabricação de seus produtos.

Uma breve análise histórica sobre os primórdios da atividade farmacêutica já confirma como tradicionalmente age o setor: não raro, em desacordo com princípios éticos básicos e ceifando vidas. Antes de começar a trilhar, junto com setores psiquiátricos, o caminho rumo ao *pharmageddon*, empenhava-se, por exemplo, em auxiliar no extermínio que ocorreu no campo de concentração de Auschwitz, uma maneira rápida e eficaz de exterminar prisioneiros indesejáveis, até chegar o gás letal que matou milhões – o Zyklon B., fruto mortal da parceria político-militar-industrial entre nazistas e a I.G. Farben (Posner, 2018).

Para além dos crimes que são e foram cometidos, ao contrário dos indivíduos que eram levados aos campos de concentração, consumidores são induzidos em grande escala a utilizar os produtos ofertados pela indústria farmacêutica. Sendo assim, por que tantas pessoas tomam drogas tão prejudiciais? As respostas são variadas, mas pode-se arriscar, em primeiro lugar, a existência de uma manipulação forte das informações que são disponibilizadas. Em segundo lugar, com o advento da psiquiatria biológica e da “ideologia do cerebralismo” (Vidal & Ortega, 2019, p. 80), foi popularmente aceito e difundido que as dro-

## ARTIGO

gas psiquiátricas são seguras e eficazes. Em terceiro lugar, ainda há um fator revelado por Breggin e Cohen (2007, p. 20), percebendo em grande parte dos casos que o paciente estava “*spellbound*” (enfeitiçado) pelas drogas psiquiátricas, ou mais tecnicamente, intoxicado pela “anosognosia” (a incapacidade de reconhecer a doença em si mesmo). Grande parte das drogas psicoativas – ou seja, aquelas que afetam o cérebro e a mente – tendem a esconder ou mascarar os efeitos mentais nocivos.

Necessário sublinhar a existência de um controle químico-social, até porque não é novidade as drogas serem utilizadas como dispositivo a serviço da biopolítica. Nos anos 80, por exemplo, na Itália, substâncias foram usadas sobre corpos para torná-los dependentes e neutralizá-los. Uma operação secreta foi realizada pelos serviços secretos dos países do bloco ocidental no início da década de 70, no contexto da Guerra Fria, com o objetivo de espalhar o uso de drogas pesadas, particularmente heroína, entre jovens ativistas de movimentos de protesto jovens, a fim de torná-los viciados e desviá-los da luta política. Na atualidade, da mesma forma, drogas são usadas com o fim privilegiado de governar a população (Griziotti, 2019, p. 102).

Assim, com a mercantilização da doença mental, a expansão do *neuroenhancement* e as novas possibilidades trazidas pelo *digital health*, o número de pessoas sob o controle do poder neuro-químico-psiquiátrico só aumenta. Não seria exagero afirmar que, diante do contexto atual, a tecnociência, a psiquiatria e a indústria farmacêutica estabeleceram uma parceria que está transformando a contemporaneidade em um “Admirável Mundo Novo”, em que existem comprimidos para quase todas as infelicidades-problemas da vida, criando uma vivência totalmente fragilizada e medicalizada. Eis aquilo que se chama “neurocapitalismo” (Griziotti, 2019), produzindo um exército de zumbis sem linguagem, que entram no modo automático da máquina neoliberal e não possuem tempo para reconhecer a violência perpetuada pela esfera econômica e por discursos políticos que a respaldam. Nas palavras de Safatle, é como se os corpos tivessem perdido “a qualidade narrativa, eles são habitados pela violência dos fluxos contínuos codificados pela forma-mercadoria, mas eles ainda sabem contar. Para as sociedades neoliberais isso basta” (Safatle, 2016, p. 136).

Assim, a população cada vez mais anestesiada pelo efeito do psicotrópico pouco percebe o rumo do *pharmageddon*. Seja pela psicopatologização demasiada, seja pela via do aprimoramento, o controle do cotidiano é operado não apenas nos corpos orgânicos e suas falhas, mas, principalmente, nas almas, anulando o potencial transformativo e revolucionário do sofrimento e de sua negação à ordem social vigente.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pôde observar no desenvolvimento desta investigação, depois de realizar uma análise profunda da ação das drogas sobre a população, em realidade, os fármacos não estão reparando problemas patológicos “naturais” nos neurotransmissores. Estão, do contrário, adequando indivíduos em sofrimento psíquico a um modo de vida gerenciado pelo neoliberalismo. Ou seja, trata-se de uma tecnologia muito potente que demonstra como a clínica psiquiátrica baseada na prescrição de drogas não está curando doenças, mas aplicando um modo de vida nocivo à população.

À vista disso, constata-se que, no seio da atividade (neuro)psiquiátrica, há uma profunda forma extremamente eficiente de controle social. Se não nos

restringirmos a ver o controle social apenas materializado nos espaços físicos das prisões e manicômios, ou mesmo verificado na vigilância operada pelas agências de segurança pública, logo se percebe um ponto importante na contemporaneidade: a (neuro)psiquiatria estabelecendo relações de poder que vão produzir uma espécie de governo químico sobre os corpos e mentes. Com isso, a ciência e a própria prática médica acabam reduzidas a uma técnica habilidosa de manuseio “de um *vade mecum* de medicamentos” (Zaffaroni, 2020, p. 135).

Na desmontagem do antigo modelo asilar correccional e punitivo dos manicômios, instalou-se, em seu lugar, um sistema novo baseado na “medicalização massiva, *on demand*” (Dunker, 2015, p. 79), o qual ampliou os limites da clínica e, junto com eles, o consumo das pílulas que prometem trazer a felicidade. A partir desta lógica, neurolépticos, antidepressivos e estimulantes criam um cenário distópico, artificial e mercantilizado, que parece cada vez mais apto à disseminação de práticas como as do *digital heath*. Diante desta realidade, em breve já poderemos abrir um aplicativo de smartphone para obter um diagnóstico e pedir via “tele-entrega” o psicofármaco em questão – muito mais rápido, eficiente e lucrativo para os interesses da indústria farmacêutica e do neurocapital. Mais adequado do que trancar pessoas em manicômios é deixá-las “livres” e “on-line” para que continuem consumindo e produzindo conteúdo para as grandes *startups* do Vale do Silício e seus algoritmos (Sadin, 2020, pp. 125-130).

A medicalização de problemas psicológicos decorrentes de conflitos sociais corresponde, assim, a um novo reducionismo biológico, que é realizado diariamente por profissionais ligados à promoção do saber psiquiátrico, representantes da indústria farmacêutica e, ainda, por alguns apressados intérpretes das neurociências, em discussões que, nos últimos anos, parecem uma “disputa incomum entre Santo Agostinho e Lombroso” (Zaffaroni, 2020, p. 135).

Apesar de este tipo de terapia ser visto como progressista, não deixa de ser tão cruel quanto outros tratamentos morais já aplicados anteriormente pela psiquiatria. Sem ser ostensiva, como eletrochoques ou lobotomia, age silenciosamente de modo tão corrosivo e danoso quanto eles. Medicalização das formas de vida que até pode deixar de diretamente fritar os neurônios ou fatiar o cérebro, mas que não se afasta dos danos neurais, psíquicos e sociais, levando a sociedade contemporânea rumo a um *pharmageddon*.

Enfim, aliada às práticas de controle social contemporâneas, temos uma de enorme violência que raramente é percebida pelas pessoas. Para financiar os lucros estratosféricos de uma indústria, com enorme frequência corrupta e criminosa (*Big Pharma*), a alteridade está sendo suprimida pela robotização química, numa espécie de “domesticação social” (Zaffaroni, 2020), que parece enfraquecer as possibilidades de transformação e dopando as potencialidades insurgentes.

#### NOTA

1. O trabalho é fruto da pesquisa de dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUCRS, realizada pela mestra Camila de Oliveira Angel e orientada pelo Prof. Dr. Augusto Jobim do Amaral, e financiada pela CAPES durante o período.

## REFERÊNCIAS

- Aguiar, A. A. (2004). **A psiquiatria no divã: Entre as ciências da vida e a medicalização da sociedade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Anitua, G. I. (2008). **História dos pensamentos criminológicos**. Rio de Janeiro: Revan.
- Berardi, F. (2003). **La fábrica de la infelicidad: Nuevas formas de trabajo y movimiento global**. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Braithwaite, J. (1984). **Corporate crime in the pharmaceutical industry**. London: Routledge & Kegan Paul.
- Breggin, P., & Cohen, D. (2007). **Your drug may be your problem: How and why to stop taking psychiatric medications**. New York: Da Capo Lifelong Books.
- Burstow, B. (2015). **Psychiatry and the business of madness: An ethical and epistemological accounting**. New York: Palgrave Macmillan.
- Crews, F. C. (2007, dezembro 1). Ilusões e desacertos da era Prozac. **Estadão**. Recuperado de <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,ilusoes-e-desacertos-da-era-prozac,88999>
- Dunker, C. (2015). **Mal-estar, sofrimento e sintoma: Uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo.
- Ehrenberg, A. (2010). **O culto da performance: Da aventura empreendedora à depressão nervosa**. São Paulo: Ideias e letras.
- Foucault, M. (1999). **Vigiar e punir**. 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- Frances, A. (2013) **Saving normal: An insider's revolt against out-of-control psychiatric diagnosis, DSM-5, big pharma, and the medicalization of ordinary life**. New York: William Morrow & Company.
- Griziotti, G. (2019). **Neurocapitalism: Technological mediation and vanishing lines**. New York: Minor Compositions.
- Gorenstein, C., & Scavone, C. (1999). Avanços em psicofarmacologia – mecanismos de ação de psicofármacos hoje. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 21(1), 64-73.
- Gotzsche, P. (2016). **Medicamentos mortais e crime organizado: Como a indústria farmacêutica corrompeu a assistência médica**. Porto Alegre: Bookman.
- Healy, D. (2012). **Pharmageddon**. Los Angeles: University of California Press.
- Kedouk, M. (2016). **Tarja preta: Os segredos que os médicos não contam sobre os remédios que você toma**. São Paulo: Abril.
- Kehl, M. R. (2009). **O tempo e o cão: A atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo.
- Kirsch, I. (2002). The emperor's new drugs: An analysis of antidepressant medication data submitted to the U.S. Food and Drug Administration. **Prevention & Treatment**, 5. doi:10.1037/1522-3736.5.1.523A
- Kirsch, I. (2010). **The emperor's new drugs: Exploding the antidepressant myth**. New York: Basic Books.
- Moynihan, R., & Cassels, A (2005). **Selling sickness: How the drug companies are turning us all into patients**. New York: Nation Books.
- Oliva, M. P. (2014, setembro 28). Transformamos problemas cotidianos em transtornos mentais. **El País**. Recuperado de [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/26/sociedad/1411730295\\_336861.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/26/sociedad/1411730295_336861.html)
- Parry, V. (2003). The art of branding a condition. **Medical Marketing and Media**, 5(38), 43-9.
- Payer, L. (1992). **Disease-mongers: How doctors, drug companies, and insurers are making you feel sick**. New York: John Wiley & Sons.

Posner, P. (2018). **O farmacêutico de Auschwitz: A história real de como as gigantes da indústria farmacêutica alemã apoiaram o regime nazista, fizeram fortunas com as câmaras de gás e viraram cobaias nos campos de concentração para desenvolver medicamentos que usamos até hoje.** Rio de Janeiro: Globo Livros.

Sadin, E. (2020). **La inteligencia artificial o el desafío del siglo: Anatomia de um antihumanismo radical** (M. Martínez, Trad.). Buenos Aires: Caja Negra.

Safatle, V. (2016). **O Circuito dos Afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo.** São Paulo: Autêntica.

Safatle, V., Silva Junior, N., & Dunker, C. (2020). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Sibilia, P. (2015). **Homem Pós-orgânico: A alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais.** Rio de Janeiro: Contraponto.

Vidal, F., & Ortega, F. (2019). **Somos nosso cérebro? Neurociência, subjetividade, cultura.** São Paulo: n-1 Edições.

Whitaker, R. (2010). **Mad in America: Bad science, bad medicine, and the enduring mistreatment of the mentally ill.** New York: Basic Books.

Whitaker, R. (2011). **Anatomy of an epidemic: Magic bullets, psychiatric drugs, and the astonishing rise of mental illness in America.** New York: Crown Publisher.

Zaffaroni, E. R., & Santos, Í. D. (2020). **A nova crítica criminológica: Criminologia em tempos de totalitarismo financeiro.** São Paulo: Tirant.

# SIG INTERVENÇÕES PSICANALÍTICAS: PROBLEMATIZAÇÕES TEÓRICAS E CLÍNICA

## SIG INTERVENCIONES PSICOANALÍTICAS: PROBLEMATIZACIONES TEÓRICAS Y CLÍNICA

Bárbara de Souza Conte<sup>1</sup>

Eurema Gallo de Moraes<sup>2</sup>

Marilena Deschamps Silveira<sup>3</sup>

**Resumo:** Este trabalho analisa, por meio de algumas intervenções realizadas ao longo dos vinte anos de trabalho do SIG Intervenções Psicanalíticas, a experiência coletiva de trabalho com grupos e indivíduos em situações de angústia e traumáticas diante da violência. A partir da escuta do testemunho e de problematizar operadores clínicos que dessem conta de pensar na organização psíquica, analisamos o silenciamento como operador da violência.

**Palavras-chave:** Escuta. Grupos. Psicanálise. Silenciamento. Violência.

*Resumen:* Este trabajo analiza, a través de algunas intervenciones realizadas a lo largo de los veinte años de trabajo de Sig Intervenções Psicanalíticas, la experiencia colectiva de escucha con grupos e individuos en situaciones de angustia y traumáticas frente a la violencia. A partir de la escucha de testimonios y cuestionamientos a operadores clínicos que pudieran pensar en la organización psíquica, analizamos el silenciamento como operador de violencia.

*Palabras Clave:* Escucha. Grupos. Psicoanálisis. Silencio. Violencia.

A proposta de escrever este texto partiu de muitos pontos: a transmissão da psicanálise, seus lugares possíveis e impossíveis, as instituições e o trabalho coletivo. Têm em comum que podemos pensá-los através do trabalho do SIG Intervenções Psicanalíticas.

Em nosso desafio como psicanalistas neste mundo em que vivemos, em tempos de clivagem, dissociação, forclusão, buscamos intervir na realidade material, na direção de resgatar e recompor as versões no campo simbólico de sentidos desde o imaginário até o real do sujeito. O fato é um, o discurso é outro, como em uma postagem de WhatsApp que dizia:

a FUNAI é contra os índios, o IBAMA é contra a natureza, o INCRA é contra a reforma agrária, o MEC é contra as universidades, a FUNDAÇÃO PALMARES é contra os negros, a CULTURA é contra os artistas e o Presidente eleito é contra a democracia.

<sup>1</sup> Psicanalista, membro pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Coordenadora do Projeto SIG Intervenções Psicanalíticas. E-mail: bdesouzaconte@gmail.com

<sup>2</sup> Psicanalista, membro pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Coordenadora do Projeto SIG Intervenções Psicanalíticas. E-mail: euremagallo@gmail.com

<sup>3</sup> Psicanalista, membro pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Coordenadora do Projeto SIG Intervenções Psicanalíticas. E-mail: marilenedeschampss@gmail.com

Ao utilizarmos esta mensagem de WhatsApp para pensarmos o contexto do sujeito hoje, diríamos que é o de contradição, em que o inconsciente que não está barrado pela lei, que tem a palavra do pai como interdito, não encontra condições de operar com oposições, relações e simetria.

Os recursos psíquicos do sujeito estão no ritmo do atordoamento; nesta engrenagem as produções do inconsciente não são aquelas as quais resultam de uma cadeia associativa com seus recortes recalcados e disfarçados, mas são, sim, produções que encontram na expressão em ato a descarga que mutila a compreensão do sujeito em si mesmo e com o outro. Naquele ponto, onde o interdito civilizatório falha, há o desmentido do reconhecimento da diferença intersubjetiva e se instala a violência, em todas as suas nuances e na direção da meta arbitrária, onde o gozo é a apropriação da condição de ser do outro. Não temos como não pensar no texto de Lacan (1992), no qual afirma que “o proletário não é simplesmente explorado, ele é aquele que foi despojado de sua condição de saber. A pretensa libertação do escravo teve, como sempre, outros correlatos. Ela não é apenas progressiva. Ela é progressiva à custa de um despojamento” (p. 157).

Assim, estamos em um contexto em que buscamos nos situar em uma condição de saber que despoja o sujeito de uma existência simbólica. A convocatória deste texto é a transmissão da psicanálise em seus lugares possíveis e impossíveis. Estamos diante de um lugar (im)possível, uma vez que ao ter este espaço podemos falar de experiências construídas a partir do trabalho institucional coletivo que tem a psicanálise como objeto. A escuta do sujeito e as possibilidades de fala em vivências coletivas, até então silenciadas e despojadas do saber, tornaram-se possíveis através de testemunhos.

As experiências abordadas marcam a trajetória do SIG Intervenções Psicanalíticas e relacionam-se entre si, pois falam de violência e evidenciam importantes balizadores que apontam como foi se configurando nosso atual “estado civilizatório” na complexidade de instituir sujeitos pensantes e livres.

Na pré-história do SIG Intervenções Psicanalíticas, fizemos escutas solicitadas por escolas, no período de 2010 a 2011. Essas escolas apresentavam vários problemas entre professores e alunos, entre os próprios professores, professores e pais, e que de forma previsível reproduziam situações de violência, como forma de “apresentar” o que estava ocorrendo dentro desses espaços que apontavam para a falta de assimetria, certo desacato a partir de pequenos delitos, à autoridade que a escola representava.

A partir desses pontos entendíamos como ocorria a aceitação e/ou imposição das normas impostas nas vivências do trabalho a ser executado nos grupos com os alunos, e entre os professores. Assim, as alterações de horário ou não comparecimento reproduziam nos grupos entre os professores e nós um desafio quanto à proposta de escuta. Não havia lugar para os diferentes momentos e assuntos. Ficávamos todos atordoados pela “inundação” de queixas e exigências. Depois de concluída nossa participação entendemos que fora um pedido para “validar” um projeto da escola, tinha que acontecer e as regras já estavam formadas a priori.

A primeira experiência clínica do SIG Intervenções, ato inaugural de um projeto de intervenção psicanalítica em espaços coletivos, trouxe como problema o que é de nossa prática, o sofrimento psíquico por conflitos, neste caso: a escuta de refugiados. Pessoas que desde seus países de origem chegavam ao Rio Grande do Sul para programas de reassentamento, sem falar nossa língua nem conhecer nossa terra, tinham que ser escutadas.

## ARTIGO

Em nosso contrato de trabalho à época, 2012, propúnhamos uma abordagem clínica voltada à escuta das histórias de violência que obrigavam tais sujeitos a realizar um pedido de refúgio, ou seja, o abandono involuntário de seus países de origem. A proposta de intervenção se daria de forma complementar ao trabalho de acompanhamento social da agência que os recebia e a oferta de escuta psicanalítica junto às famílias e/ou indivíduos refugiados em processo de reassentamento.

Devido à multiplicidade de violências sofridas pelos participantes do projeto de reassentamento solidário, como perseguição política, tortura, estupro, assédio sexual, dentre outras, exigia-se uma proposta que levasse em conta a peculiaridade de cada trauma e suas manifestações. Partíamos do princípio de que o trauma é (a)temporal e, por conseguinte, se reproduzia no encontro com novas situações de angústia, dentre as quais o processo de assentamento e a própria situação de fala.

A proposta foi trabalhar individualmente, ou em grupo, quando necessário, aquilo que aparecesse em nível sintomático como expressão do sofrimento do sujeito refugiado. Partindo desta escuta clínica procuramos estabelecer um trabalho de reconstrução das cenas traumáticas que ficavam silenciadas, mas sempre produzindo efeitos. O desafio residia em construir laços de confiança para que tais sujeitos pudessem rearticular os momentos de violência que não encontravam lugar psíquico, tampouco social, para serem falados.

Nessa experiência clínica, a violência figurava nas manifestações de sintomas de uma temporalidade particular. Sintomatologia que se expressava desde o mutismo, problemas na fala, déficit no pensamento, dificuldades na aprendizagem até as expressões somáticas de grave repercussão: psicoses, depressão e fobias. Dentro desse amplo espectro de manifestações, considerávamos que a situação de reassentamento é, muitas vezes, injuntiva, isto é, traz à tona medos e feridas ainda não cicatrizados, que falam de clivagens psíquicas frente aos acontecimentos vividos por esses sujeitos em seus países de origem.

Como se estabelecer em um novo lugar quando esses se encontram desterritorializados de si mesmos? Diversas resistências e defesas se erigiam nesse momento de convocatória a assumir um novo espaço de vida que, por vezes, contradiziam suas próprias falas e desejos, uma vez que não conseguiam se ver acolhidos em uma nova pátria, como, por exemplo, a dificuldade/resistência em aprender o português e o impasse surgido quando se interrompeu o trabalho. Obstáculos que nos comprometiam com a escuta e na execução do encontro necessário entre nós e a equipe/instituição contratante de nosso no trabalho.

No mesmo ano de 2012 iniciamos outra experiência, a partir da busca de um grupo de professores por um espaço para discutir os casos dos alunos, no formato de uma supervisão. Entendemos esta proposta como reprodução do conflito do grupo entre si e na prática de seu trabalho: o lugar da identidade e da diferença na fronteira da in/exclusão. Transferência que se estabelecia na busca de que houvesse um “parecer”, um “saber” dos psicanalistas da SIG sobre o que estava ocorrendo, reproduzindo que o saber estava destinado a alguns “incluídos”.

A instituição “escola” apresentava-se, então, como uma zona privilegiada de apresentação dos sintomas sociais, que se expressavam no comportamento de alunos, professores e pais. A escola em questão atende crianças e adolescentes cujos diagnósticos os colocam como necessitados de cuidados especiais, e onde o tema da inclusão/exclusão é exaustivamente examinado. Pauta-se por

discussões que levam em conta que a inclusão não é anular a diferença, mas sim redimensioná-la. Significa

pensar a diferença dentro de um campo político, no qual experiências culturais e comunitárias e práticas sociais são colocadas como integrantes da produção dessas diferenças. A diferença não pode ser entendida como um estado indesejável ou impróprio. Ela inscreve-se na história e é produzida por ela (Conte, 2007).

Ao lado disso, havia muitas situações de violência na escola, predominando um clima tenso que eles assinalavam dizendo que “a palavra estava escapando”. Trabalhamos esta fala como uma representação da situação do grupo, onde a violência era o “não falar” entre os membros, a falta de integração entre os professores, e a ausência da diretora no grupo. Ausência da palavra de quem detinha o saber e o poder e o efeito disto, percebido na falta de identificação entre o grupo.

Tema que se desdobrou no andamento de encontros entre os velhos e os novos introduzindo o sentimento de desvalor e que reproduzia a angústia de quem detinha o saber, ou o não saber, destituição de um lugar de valor – que identificava os professores com seus alunos – que reproduzia a violência da exclusão, a ausência da palavra e um desmantelamento do investimento nas pessoas e no trabalho, o que levava os professores ao desamparo e adoecimento.

O tema do grupo passa a ser a transmissão dos velhos para os novos quando em 2016 ingressam oito professores na escola, “mas deixando um lugar aberto para a descoberta”. Contam o comentário de um professor antigo para o novo sobre um aluno: “o F quando vai para o recreio tem que levar uma chave”. Mediante o efeito do estranho na observação o professor procura criar alternativas para que o aluno aproveitasse, mais livre, o espaço da recreação.

O saber dos *velhos* precisa ser transmitido, mas necessário se faz deixar lugar para a criação dos *novos*. Fomos trabalhando exatamente o lugar de passagem e o de invenção, buscando integrar os velhos e os novos como um grupo. Uma nova chave.

Passados cinco anos desde o início do trabalho do SIG Intervenções Psicanalíticas nesta escola, no contexto da chegada de novos professores, houve uma proposta para que os novos soubessem da história do grupo. A partir daí evoluiu para que os três grupos existentes (monitores, mães e direção) fossem trabalhados conjuntamente. Esse movimento convergiu para a nossa proposta de um encontro conjunto de todos os que trabalhavam na escola.

A proposta foi aceita. No último encontro do ano de 2016, com sala cheia, um professor, recém-chegado à escola, pergunta: o que é a SIG? Brevemente apresentamos nosso trabalho de escuta ao grupo e a seguir o professor diz: “Então eu vou propor falar sobre a morte de MF, aluno que saiu da escola para o hospital e morreu dois dias depois”. Todos estavam muito mobilizados, mas silenciados. “Estou aqui há três meses e já perdi dois alunos. É muito difícil. Como se faz com isso? Ele cantava pombinha branca... e aí desapareceu. Como superar isso? E o outro que foi assassinado?”. O silêncio da violência irrompe e assim como o luto não realizado nas perdas, fragiliza o sujeito e adoce as possibilidades dos recursos no coletivo.

A extraterritorialidade da psicanálise é possível a partir de fazer trabalhar seus fundamentos, no sentido dos alicerces teóricos que sustentam a presença da psicanálise com sua inquestionável contribuição civilizatória à cultura.

Encontramos, assim, a possibilidade, como psicanalistas, de abrir processos de escuta para além da clínica privada. O material que transportamos é o mesmo, ou seja, a alteridade do encontro e a reciprocidade no contrato com a palavra.

Tal como as ilustrações mostram, a fala de testemunhos individuais encontra na escuta coletiva também uma experiência de possibilidades. Percebe-se que as intervenções psicanalíticas são processos que não operam o fechamento de uma compreensão apressada ou linear, mas, ao contrário, vão gerando, através do testemunho, um campo de enunciados, os quais se refazem em outras interpretações e nas modalidades de implicações subjetivas. Neste ponto, a palavra silenciada pela violência consegue subverter o pudor e a vergonha, tornando-se um corpo cicatrizado na responsabilidade coletiva.

Enquanto isso, em início de 2013, iniciou-se um novo desafio, o trabalho com a violência de Estado: o Clínicas do Testemunho, primeiro projeto de reparação psíquica dirigido aos afetados pela violência de Estado no período da ditadura civil-empresarial-militar (1964-1985). Temos um acervo de livros e trabalhos produzidos ao longo dos cinco anos em que o projeto foi sustentado pela Comissão de Anistia, até sua extinção pelo golpe de Temer, em 2018.

Assim, marcamos as experiências simultâneas de escutas da violência de Estado em uma escola municipal, em um projeto de reassentamento de refugiados e a partir do testemunho a reparação psíquica dos efeitos dos tempos da ditadura.

Pensamos que esta é uma data de corte importante, pois alguns operadores que observamos em nosso trabalho de 2010 até 2017 e a partir desta data apontam linhas de compreensão para o que está ocorrendo hoje, 2022, véspera das eleições para presidente, governadores e deputados federais.

### **O SILENCIAMENTO COMO OPERADOR DA VIOLÊNCIA**

A escuta da violência como política de Estado permitiu redimensionar a compreensão das formas do silêncio imposto pela tortura, exílio, desaparecimentos forçados. Experiências não faladas pelo silenciamento imposto, mas mostradas através de corpos marcados, mutilados, e no psiquismo melancolizado frente às perdas impossíveis de serem elaboradas na ausência dos corpos, nas mentiras e censura às perguntas sem respostas. Também silêncios.

Voltemos então ao início, quando apontamos que no ponto onde o interdito civilizatório falha há o desmentido do reconhecimento da diferença intersubjetiva. Instala-se, assim, a violência, o gozo, ou seja, a apropriação da condição de ser do outro. Como pensarmos o silenciamento a partir dos corpos violados e o psiquismo fraturado?

Em 1938, Freud assinala a noção de desmentido como processo defensivo, pelo qual o eu responde ao conflito com duas reações contrapostas, uma considera a realidade, e a outra nega a realidade, estabelecendo assim uma condição de apaziguamento da angústia diante do exterior ameaçador, à custa de uma cisão no eu.

Ao considerarmos a cisão, enquanto possibilidade de promover o silêncio, apontamos duas perspectivas. Por um lado, no sentido do desmentido dentro do social. Ao impor uma dúvida, marcando uma negatividade com relação à realidade da experiência, se estabelece um vazio de registro sobre o acontecido. Foi assim que, durante o desenvolvimento do Clínicas do Testemunho

em Santa Catarina, ouvimos a pergunta “mas isso também aconteceu aqui?” (Barros, Silva, & Silveira, 2018), num misto de afirmação e negação.

Em relação ao sujeito, poderíamos tomar a cisão a partir de um excesso de intensidade o qual não permite a integração ao território psíquico. Pensamos um dentro, mas “extraterritorial”, um dentro/fora. A realidade vivida por demais insuportável exige uma clivagem na tópica. Assim sendo, não consegue atender ao modelo de funcionamento do recalçamento e suas possibilidades de retorno do recalçado.

Denominamos território psíquico o espaço de funcionamento e de circulação entre os sistemas do aparelho, que deriva em formações do inconsciente, atendendo ao interdito, e por onde um tanto do pulsional se liga às representações que trazem o retorno do recalçado, e revelam o narrar de uma história singular. Portanto, o traumático causa um colapso e falha a representação por onde pudesse regular a intensidade. O sujeito encontra-se em desamparo, e neste território, o outro deixou de estar.

Nessa condição, temos um sujeito despojado do saber de si, silenciado, e sem ancoragem num laço social que lhe auxilie a não estar desterritorializado. Colocamos, então, que o desmentido cinde, desterritorializa, segrega o sujeito e, ao mesmo tempo, esses efeitos produzem consequências psíquicas que impedem trazer à tona as marcas de uma história e sua possível elaboração, no individual e no social. Falta um outro, um semelhante, que venha a conceder condições de reconhecimento, sendo presença que não retraumatize.

Poderíamos considerar, então, que quando Lacan assinala a libertação progressiva do escravo à custa de um despojamento do saber, essa progressão, ao mesmo tempo que aponta para uma impossibilidade de um saber do passado e de si, exige um movimento de compulsão à repetição, em que o que pode ser dito se restringe ao desmentido, o que promove a repetição da violência. O sujeito fica posto para fora do território da fala.

Portanto, a sustentação do testemunho como dispositivo de intervenção psicanalítica se alicerça na possibilidade de “territorializar” o sujeito, já que ao reconhecê-lo tendo sofrido a violência abre a fronteira em direção à fala e à escuta, permitindo um circuito pulsional que passe pelo(s) outro(s), pelos laços sociais. A possibilidade de circulação de formações psíquicas que historizam e desfazem o silêncio se revela no testemunho e irá estender seus efeitos no campo político-social.

Nesta direção cria-se um duplo caminho: o primeiro, as condições de recepção para que se desfça o silêncio; o segundo, a resistência à repetição da prática da censura instituída, historicamente, pelo “apagamento” de memória, distorção e desmentido da realidade dos fatos.

A censura passa a ser uma forma de dominação, pois “interdita da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas” (Orlandi, 2007, p. 76). A condição de testemunhar e reparação passam a ser impedidas, “não se trata mais do dizível sócio-historicamente definido pelas formações discursivas (o dizer possível): não se pode dizer o que foi proibido (o dizer devido). Ou seja: não se pode dizer o que se pode dizer” (Orlandi, 2007, p. 77).

Portanto, queremos marcar que há formas distintas de criar o silenciamento: o desmentido do outro que desautoriza a percepção dos fatos, e o interdito sócio-histórico, quando os fatos são ocultados e adulterados.

## ARTIGO

O silêncio da censura não torna coincidente o não dizer ao não saber. A quebra do silenciamento frente à censura também dá acesso à palavra, pois recoloca no circuito pulsional condições de recomposição simbólica e concerne ao dito e ao não dito, à ética e ao político (Orlandi, 2007). Nesse contexto buscamos ressituar uma condição de saber que restitui ao sujeito a sua existência simbólica.

Ao marcar operadores para pensarmos a diferença do silêncio do próprio sujeito frente a uma situação de violência do outro, do silenciamento ou censura imposto pela violência de Estado, que supõe a “morte” do simbólico, a desterritorialização como dominação, apontamos que o “sequestro” da palavra e da capacidade de elaboração simbólica, efeitos de excesso do traumático, obstaculiza o trabalho das perdas e das sequelas da violência.

Este é o sentido que sustentamos da experiência analítica como intervenção da psicanálise, nas palavras de Laplanche (1989) de que intervir é intrometer-se, estar presente na vida. Diferencia-se “sutilmente” de uma interferência, que é ter efeito e determinação causal. O movimento de contato com o movimento do objeto de estudo não possui a pretensão de estabelecer se é o sujeito que faz o grupo ou se ele está constituído pelo grupo, mas abre espaço para reflexão sobre de qual é o lugar do qual fala cada sujeito dentro de um grupo.

## REFERÊNCIAS

- Barros, A. F. O., Silva, J. R., & Silveira, M. D. (2018). Isso também aconteceu aqui: construção de um espaço de escuta em SC. In Instituto APPOA, **Por que uma clínica do testemunho?** Clínicas do Testemunho RS e SC. Porto Alegre: Instituto APPOA.
- Conte, B. et al. (2007). Grupo de escuta com professores: dispositivos e resultados da intervenção grupal. **Anais do Congresso da FLAPPSIP**, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Freud, S. (1938). **La escisión del yo en el proceso defensivo** (Obras Completas). Buenos Aires: Amorrortu.
- Lacan, J. (1992). **O seminário: livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar.
- Laplanche, J. (1989). **Nuevos fundamentos para el psicoanálisis, la seducción originaria**. Buenos Aires: Amorrortu.
- Orlandi, E. P. (2007). **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp.



# A TRANSMISSÃO E FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE: IMPASSES NA CULTURA

TRANSMISSION AND TRAINING IN PSYCHOANALYSIS:

RELATIONS WITH CULTURE

Cláudia Maria Perrone<sup>1</sup>

Eduardo Bayon Britz<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo examina questões do ensino e da transmissão da psicanálise partindo da análise de um fenômeno da cultura brasileira, os cursos de graduação em psicanálise e da psicanálise “evangélica”. As novas institucionalizações da psicanálise, seguindo a forma adaptativa da identificação, operam através da identificação maciça com o analista/pai/pastor, situação de alto risco quando a propensão ao autoritarismo e ao preconceito é estimulada pela dinâmica social dominante e pelas formas culturais regressivas com maior poder de disseminação. As tendências subjetivas estruturantes estariam, deste modo, sendo estimuladas pela sociedade e pela cultura: convencionalismo, agressividade, oposição a tudo que é intelectual e subjetivo, submissão autoritária.

**Palavras-chave:** Psicanálise. Transmissão. Cultura.

*Abstract: The article examines issues of the teaching and transmission of psychoanalysis starting from the analysis of a phenomenon of Brazilian culture, the undergraduate courses in psychoanalysis and “evangelical” psychoanalysis. The new institutionalizations of psychoanalysis, following the adaptive form of identification, operate through massive identification with the analyst/father/minister, a high-risk situation when the propensity to authoritarianism and prejudice is encouraged by dominant social dynamics and regressive cultural forms with greater power of dissemination. The structuring subjective tendencies would be, in this way, stimulated by society and culture: conventionalism, aggressiveness, opposition to everything that is intellectual and subjective, authoritarian submission.*

**Keywords:** Psychoanalysis. Transmission. Culture.

<sup>1</sup> Professora associada do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise Clínica e Cultura da UFRGS, pesquisadora do NUPPEC - Eixo-3 UFRGS.  
E-mail: claudia.perrone@ufrgs.br

<sup>2</sup> Cientista Social e graduando em Psicologia pela UFRGS.  
E-mail: edubritz@hotmail.com

## PALAVRAS INICIAIS

Em poucos meses, mais de cem anos de debates, prescrições técnicas e controvérsias psicanalíticas entraram em suspensão devido à quarentena provocada pela crise sanitária da COVID-19. O conjunto de fatores espaço-temporais e a tecnologia alteraram o que até então parecia impensável: analista e analisando compartilhavam o mesmo espaço físico, cada um com sua postura, tom de voz, gestos que fazem parte do encontro analítico.

Mais do que defender ou recusar a mudança, precisamos de tempo para compreender os efeitos das sessões virtuais e a sua permanência no mundo pós-pandêmico. A catástrofe sanitária nos impeliu de modo brutal ao século XXI e ainda é preciso situar-se no novo mundo. Analista e analisando já não estão necessariamente no mesmo espaço-tempo, talvez até estejam em países diferentes. O trabalho seguirá com a voz, com ou sem analista aparecendo na tela.

A mesma mudança se aplica à formação/transmissão da psicanálise. As análises podem ser realizadas com qualquer analista ao redor do mundo. Seminários, grupos de estudo, *lives* tornam possível uma transmissão sujeita ao desejo de cada analista e não as prescritas nas injunções institucionais. E, se for assim, tal caráter, que poderíamos chamar de constelatório de uma formação, não ganha em singularidade e alteridade diante da homogeneização/identificação de uma instituição?

Há muito discutimos os efeitos de reverência, de emblemas identificatórios e detenção do pensamento na formação dos psicanalistas diante da complexidade crescente da cultura. Acaso não há um porvir, na constituição de uma posição singular da escuta do psicanalista diante das novas possibilidades que o espaço-tempo tecnológico tornam possíveis? Enfim, neste artigo gostaríamos de discutir uma “ideia fora do lugar” tão característica da cultura brasileira: a graduação em psicanálise.

#### A IDEIA FORA DO LUGAR: GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE

Ao longo da história da psicanálise, o processo de sua transmissão e o sentido da análise do analista constituíram um ponto de tensões e ruptura. O caso incontornável de ruptura remete à saída da IPA de Jacques Lacan. O psicanalista francês seguiu todas as normas da Sociedade Psicanalítica de Paris, filiada à IPA, analisando-se com Lowenstein. A partir dos impasses da subjetividade de sua época, propôs sessões curtas, o que, certamente, desencadeou o processo de expulsão, mas o determinante foi o fato institucional de que os padrões determinados pela sociedade não poderiam ser quebrados. A saída de Lacan da IPA foi relacionada ao fato de que ele não aceitou que a questão institucional determinasse as questões teóricas e clínicas. O que corrobora essa afirmativa foi o desdobramento da ruptura, pois Lacan, em sua nova sociedade, defendeu o abrandamento das regras institucionais, uma redução da interferência normativo-institucional no seu movimento de retorno teórico a Freud, sem que isso gerasse nova celeuma quanto ao modelo institucional. Ele esperava o seu reingresso à IPA, o que não ocorreu.

Nesta ruptura, gerada pela crítica ao modelo institucional das identificações, aparece o fenômeno que podemos chamar de mal-estar da formação. O gesto de Freud de aceitar que a IPA reproduzisse o modelo da Igreja e do Exército, com seus mestres e sua hierarquia, deixou claras as consequências e impasses gerados pelo modelo identificatório, inclusive na concepção que se formaliza em “análise terminável e interminável” dos futuros analistas, que só encontra uma finalização com a identificação com a hierarquia institucional. O final da análise para Lacan abrirá um longo capítulo da história da psicanálise. A IPA colocou como condição para o reconhecimento da escola que Lacan não conduzisse análises didáticas, o que resultou na sua exclusão na instituição oficial de psicanálise, ainda que seu ensino já lhe designasse um lugar.

Nossa discussão neste breve texto tem como objetivo pensar os modos de institucionalização da formação do psicanalista, em detrimento da transmissão

da psicanálise tal como esse fenômeno tem se apresentado na sociedade brasileira. Ou, em outras palavras, a psicanálise em luta pela sua sobrevivência em tempos neoliberais.

### **MOMENTOS NEOLIBERAIS DA PSICANÁLISE NO BRASIL**

Passemos à narrativa de alguns episódios da psicanálise em terras brasileiras. O senador Telmário da Mota apresentou dois projetos de lei no Senado Federal visando a regulamentar a prática do psicanalista. O projeto de lei nº 174 de 2017 e o projeto de lei nº 101 de 2018. O primeiro propõe a regulamentação da psicanálise de forma conjunta com as terapias naturistas e o segundo uma regulação independente da psicanálise (Camargo, 2019). Mais recentemente, em 2020, o Centro Universitário Internacional Uninter aprovou o curso de graduação em psicanálise para formação de “profissionais de saúde” e justifica a sua abertura com o aumento de demanda de atendimento em saúde mental devido à epidemia da COVID-19 (Uninter, 2022). Hoje a maior sociedade de psicanálise brasileira e da América Latina é a Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil, que já formou cerca de três mil psicanalistas (Massuela, 2014). O único requisito para a formação é ter um diploma de graduação em qualquer área. A formação é realizada em dois anos, com aulas duas vezes por semana e oitenta sessões de análise. Ao final, o aluno recebe o diploma de psicanalista.

### **A FORMAÇÃO DO PSICANALISTA**

É fato indiscutível que todos aqueles que desejam ser analistas devem fazer uma análise. Nela, os futuros analistas encontram a transmissão na medida em que ela implica uma experiência com o inconsciente. É uma experiência paradoxal de lidar com o objeto que se transmite ao mesmo tempo que ele é transmitido. No entanto, a transmissão da psicanálise não se esgota na análise do analista. A transmissão na clínica e na teoria implica atenção aos modos singulares de passagem ao inconsciente e o seu eixo será a transferência. No eixo transferencial há a suposição de saber que o analisante ficcionaliza no encontro analítico e que deverá ser destituído no final de sua análise.

Retornando ao caso brasileiro, tanto a formação da Sociedade Psicanalítica Ortodoxa como a graduação em psicanálise respeitam a “regra” da análise pessoal. A Uninter esclarece que:

O principal instrumento de trabalho do psicanalista é o seu próprio aparelho psíquico, pois para a relação com seu paciente precisará ter não apenas estudos teóricos como também autoconhecimento. É recomendado que a formação do analista seja pautada no tripé: estudos teóricos, análise pessoal e supervisão da sua prática clínica, especialmente durante os primeiros atendimentos clínicos.

A lógica da nova formação do psicanalista está preocupada em como atingir sua meta de levar a psicanálise para as massas e, para tanto, precisa formar o maior número possível de psicanalistas. A iniciativa não é exatamente nova e a própria história da psicanálise já lidou com desvios e manipulações do discurso psicanalítico.

O próprio campo psicanalítico já demonstrou que nenhum dispositivo utilizado nas experiências de formação foi capaz de garantir que, no final de uma análise, teremos um analista. No entanto, de uma “análise”, entre aspas,

todas as que assim o dizem, temos o direito de esperar efeitos terapêuticos. Sem eles, nada prova que a elaboração analítica teve alguma consequência real. Mas o inverso já não é verdadeiro: nem todo efeito terapêutico é analítico.

Nenhuma “análise” pode produzir um sujeito sem sintomas nem pode prometer o apaziguamento ou “extinção” do inconsciente. O inconsciente é irreduzível (a tese já estava em Freud), e não há sujeito sem sintomas. No universo da “formação” neopentecostal ou da graduação dos psicanalistas, o inconsciente desapareceu. No informativo da graduação em psicanálise fala-se em “subjetividade” e, no universo pastoral, de fórmulas teológicas.

A problematização dos mecanismos e riscos das instituições de formação tem uma longa história na psicanálise. Conhecemos o caso Ferenczi, o caso Tausk e até mesmo as primeiras mulheres psicanalistas, além dos problemas causados pela universalidade na formação de um analista, constituída pelo caminho formativo standard da análise pessoal, práticas de estudo e supervisão em uma associação psicanalítica. Como a exclusão de Lacan deixou claro, a instituição de formação pode ser fundamental no processo formativo, mas também pode onerá-lo, por exemplo, se interferir nas análises, ou pode até mesmo se tornar um obstáculo. Basta que pensemos nos efeitos identificatórios que uma instituição pode produzir.

Até o momento em que Lacan rompe com a IPA e propõe o passe, podemos dizer que a análise didática era, em primeiro lugar, uma demanda de análise institucional. Seu caráter didático não é uma qualidade adicional, mas algo que deve ser considerado como uma possível fonte de obstáculos, uma contradição, porque a análise posta de forma institucional pressupõe que já existe um desejo de analista. Até Lacan, não pensávamos no desejo do psicanalista no final da análise. A análise didática era realizada dentro de parâmetros institucionais, sem nenhuma preocupação com o desejo do analista que deveria se fazer presente no final de uma análise.

Se partirmos do fato de que nossas instituições se baseiam em ideais comuns, devemos estar atentos ao modo como as identificações são construídas. Porque (e isso estava na origem das discussões entre Freud e Ferenczi) a ideia de que se poderia obter um fim, esgotando a análise que deveria ser resolvida por meio de uma identificação para prover de analistas as instituições psicanalíticas, bloqueou qualquer possibilidade de pensamento sobre o que consideramos hoje o fim de uma análise: o esforço de dessubjetivação, precisamente para questionar o modelo da identificação normativa. Para isso, as instituições não devem interferir nas análises, que precisam ser tanto mais livres quanto possível, pois esta é a única forma de preservar a função da transmissão.

Como nomear a condição de transmissão, e sobretudo, como reconhecer os efeitos da análise do analista? Em que tempo e lugar o analista pode dar testemunho desses efeitos? Não é da ordem da competência, do domínio de uma técnica ou da aptidão, trata-se de uma ética, e nada é mais difícil de identificar. Era isso que se esperava, entre outras coisas, do dispositivo do passe, que também fracassou.

Aqui há a tensão, ou mesmo a contradição, que existe entre a singularidade do analista e uma análise finita, e a instituição a que pertence, pois como manter no mesmo espaço institucional um conjunto de singularidades, um conjunto de analistas? O procedimento do passe, tal como Lacan o propõe na escola, é um procedimento que vai muito mais no sentido de obrigar a instituição a apoiar a singularidade do que no sentido contrário.

Cabe à instituição buscar uma forma de acentuar os efeitos singulares implicados pela transmissão. Ou como coloca Porge (2009, p. 54), a transmissão implica cada um, que coloca algo de si e reinventa a psicanálise e, ao colocar algo de si, transmite o impossível de transmitir.

### SOBRE O MAL-ESTAR NA FORMAÇÃO

Quanto mais se legisla sobre a formação do analista, mais se favorece o controle político do poder e menos se permite o processo de transmissão, o encontro amoroso de singularidades. É preciso reconhecer que as propostas das “novas formações” ocorrem em um momento histórico muito específico de recuo do Estado como elemento mediador e simbólico da sociedade. Esse recuo se faz pela contenção de recursos financeiros investidos em equipamentos e soluções públicas/coletivas, abrindo espaço para investimentos privados lucrativos e pela retirada de garantias legais no âmbito do trabalho e da seguridade, aumentando os níveis de precarização da população e diminuindo a margem para que pessoas vivam segundo lógicas alternativas à economia competitiva.

Aliado ao Estado mínimo neoliberal e antidemocrático, encontramos o conservadorismo moral. O reacionarismo moral atualizou traços arcaicos da sociedade brasileira, e fez investidas contra a agenda ampla dos direitos humanos, e da inclusão afirmativa de grupos subalternizados. Tem como linha de frente de sua atuação a contestação das transformações sociais de homens e mulheres, na conjugalidade e na moral sexual.

As novas institucionalizações da psicanálise, seguindo a forma adaptativa da identificação, operam através da identificação maciça com o analista/pai/pastor, situação de alto risco quando a propensão ao autoritarismo e ao preconceito é estimulada pela dinâmica social dominante e pelas formas culturais regressivas com maior poder de disseminação. Em outros termos, em dadas situações, certas pessoas não terão de fazer um grande esforço subjetivo para aderir a pautas discriminatórias e antidemocráticas, uma vez que elas já estarão instaladas nos seus modos subjetivos de reação ao mundo, quando as tendências subjetivas estruturantes estariam sendo estimuladas pela sociedade e pela cultura: convencionalismo, agressividade, oposição a tudo que é intelectual e subjetivo, submissão autoritária, ênfase em estruturas rígidas de poder e dureza, tendência ao pensamento estereotipado, tendência a uma desconfiança geral de tudo que é “outro”. E ao final, mas não menos importante, funda-se a “psicanálise como negócio”.

### REFERÊNCIAS

- Camargo, L. F. E. (2019, dezembro 20). Sobre as novas tentativas de regulamentação da psicanálise. **Correios Express**. Recuperado de [https://www.ebp.org.br/correo\\_express/2019/12/20/sobre-as-novas-tentativas-de-regulamentacao-da-psicanalise/](https://www.ebp.org.br/correo_express/2019/12/20/sobre-as-novas-tentativas-de-regulamentacao-da-psicanalise/)
- Massuela, A. (2014, setembro 5). Pastores brasileiros usam psicanálise para cativar fiéis evangélicos. **Opera Mundi**. Recuperado de <https://operamundi.uol.com.br/samuel/37724/pastores-brasileiros-usam-psicanalise-para-cativar-fieis-evangelicos>
- Porge, E. (2009). **Transmitir a clínica psicanalítica: Freud, Lacan, hoje**. Campinas: Unicamp.
- Uninter (2022). **Bacharelado em Psicanálise**. Recuperado de <https://www.uninter.com/graduacao-ead/bacharelado-em-psicanalise/>



## PARAGEM E MOVIMENTO: DESDOBRAMENTOS DO PESQUISAR EM PSICANÁLISE

STOPPAGE AND MOVEMENT: DEVELOPMENTS OF RESEARCH IN PSYCHOANALYSIS

Mônica Medeiros Kother Macedo<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo aborda os desdobramentos do pesquisar em psicanálise na referência à paragem e ao movimento, condições ancoradas tanto na estabilização como na incompletude do descoberto. Na obra freudiana, o reconhecimento da história constituída alimenta a força e a convicção do movimento a ser empreendido no passo a mais, fazendo com que a incompletude do saber e o não dogmatismo instituem uma psicanálise que não pode prescindir da prática investigativa. Na reflexão proposta neste artigo, entende-se que a relação de um psicanalista com o legado freudiano e com seu exercício de escuta pode encontrar, na modalidade de pesquisa desenvolvida no cenário da universidade, importante linha de força em defesa de uma psicanálise que reconhece, tanto na história construída como no futuro a construir, profícuas condições de presença.

**Palavras-chave:** Psicanálise. Pesquisa. Universidade. Formação analítica.

*Abstract: The article discusses the developments of research in psychoanalysis in reference to stoppage and movement, conditions anchored both in the stabilization and in the incompleteness of the discovery. In Freud's work, the recognition of constituted history feeds the strength and conviction of the movement to be undertaken in the extra step, causing the incompleteness of knowledge and the non-dogmatism to institute a psychoanalysis that cannot do without the investigative practice. In the reflection proposed in this article, it is understood that the relationship of a psychoanalyst with the Freudian legacy and with their exercise of listening can find, in the modality of research developed in the university scenario, an important line of force in defense of a psychoanalysis that recognizes, both in the history built and in the future to be built, fruitful conditions of presence.*

**Keywords:** Psychoanalysis. Research. University. Analytical training.

<sup>1</sup> Psicanalista. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq. Professora do Programa de Pós-Graduação Psicanálise - Clínica e Cultura - UFRGS. Membro do GT Psicanálise, subjetivação e cultura contemporânea da ANPEPP e do Grupo Brasileiro de Pesquisa Sándor Ferenczi.  
E-mail: monicamkm@icloud.com

“Somente uma pesquisa paciente e perseverante, na qual tudo esteja subordinado à única exigência da certeza, poderá gradativamente ocasionar uma transformação. O viajante surpreendido pela noite pode cantar alto no escuro para negar os seus próprios temores; mas, apesar de tudo isto, não enxergará mais que um palmo adiante do nariz” (Freud, 1976b, p. 118).

Pesquisar, como prática da capacidade humana investigativa, está, *pari passu*, vinculado à condição inesgotável do conhecimento. Reconhecidas as condições diversas, mediante as quais se define conhecimento, sabe-se que cada ciência exerce, no campo demarcado por especificidades teóricas e metodológicas, a prática da pesquisa voltada aos objetos e fenômenos que se propõe explorar.

O curso de uma investigação, quando distante da imposição ditatorial do que é ou não ciência e do rechaço à heterogeneidade do saber, não se restringe a protocolos ou medidas de verificação e replicabilidade. No amplo e diverso contexto das disciplinas, a psicanálise encontra na especificidade das investigações às quais se propõe ecos fundamentais referentes à sua origem e vigência. Sustentadas no acento conferido ao não dogmatismo próprio à sua prática, as investigações em psicanálise serão consideradas, neste texto, como desdobramentos da alternância entre o que se denomina paragem e o movimento que lhe sucede. Assim, a fecundidade dessa intercalação confere e imprime ao desdobramento do pesquisar, em psicanálise, um ritmo no qual a história e a incompletude do saber sustentam condições para que o método se consolide, a teoria se amplie e a especificidade de sua leitura sobre o psíquico seja sempre revigorada.

Nessa direção, paragem remete, no contexto que se propõe explorar neste artigo, à condição de admitir, no caminho investigativo percorrido, o valor dos achados presentes na história, sob uma modalidade de intervalo que tem como substrato o reconhecimento permanente e instigante da incompletude do saber. Destarte, o tempo anterior à paragem alude a um movimento que ocorre, ancorado tanto na estabilização como na incompletude do descoberto, imprimindo ritmo de movimento ao incessante desejo de seguir a investigação. No olhar que se detém na paragem reside, também, a impulsão do movimento em direção a uma nova busca. Nesse sentido, o reconhecimento do valor e do limite próprio ao já sabido antecede e ancora o desejo de seguir desfrutando da investigação sobre o enigmático.

Sigmund Freud explicitou o desejo de que sua criação não coincidissem, tampouco ambicionasse, um saber totalizante, com assinalamentos que marcam presença em diferentes momentos de sua obra. Encontra-se, na definição de psicanálise, apresentada por Freud (1976a), o valor atribuído à pesquisa ao ser descrita como um procedimento para a *investigação* de processos mentais inconscientes (inacessíveis a outras formas de pesquisa), um procedimento terapêutico e um conjunto de conhecimentos em *contínua expansão* e *reformulação* sobre seu objeto. Em *Inibição, sintoma e ansiedade*, Freud (1976b) discorre sobre os obstáculos encontrados no desenvolvimento de sua teoria pulsional e, novamente, destaca sua disposição à investigação ao afirmar que: “decidimos nada simplificar e nada ocultar. Se não conseguirmos ver as coisas claramente, pelo menos veremos claramente quais são as obscuridades” (p. 147). A associação tecida entre *investigação*, *contínua expansão* e *reformulação* tem como efeito uma psicanálise concebida na abertura ao seu entorno, calcada no valor de necessária incompletude, e estimulada a ampliar-se, no potencial investigativo que as *obscuridades* continuamente lhe demandam.

Em outro momento da obra, o reconhecimento à incompletude do saber ressurgiu na escrita freudiana, enfatizando a diferença entre a psicanálise e outra forma de produção de saber que pretenda ser uma cosmovisão (*Weltanschauung*). É nesse contexto que Freud (2006) escreve, claramente, o que *não deveria ser a psicanálise*: “uma construção intelectual que soluciona

todos os problemas de nossa existência, uniformemente, com base em uma hipótese superior dominante, a qual, por conseguinte, não deixa nenhuma pergunta sem resposta e na qual tudo que nos interessa encontra um lugar fixo” (p. 193).

Como decorrência do percurso investigativo de Freud no universo acadêmico-científico do final do século XIX, as influências positivistas e a prática de experimentação própria à sua formação como médico encontram, paulatinamente, outros destinos, transformando radicalmente a prática inicial. Contrariando até mesmo suas pretensões iniciais de inclusão e reconhecimento nesta comunidade científica, Sigmund Freud não se furta a assumir o impacto de surpresas e imprevistos que se apresentam a partir de suas investigações. Na medida em que a teoria e a técnica são sempre secundárias em relação à força dinâmica dos fenômenos clínicos, impõe-se a necessidade de criação e inovação teórica e técnica, deixando evidente a Freud o alto custo de acomodar-se aos ditames da “maioria” científica. No reconhecimento a tais movimentos na obra freudiana, encontra-se, nos ensaios de psicanálise e filosofia escritos por Birman (2021), relevante ilustração. O título atribuído – *Ser justo com a psicanálise* – decorre da inspiração de Birman (2021), a partir de uma passagem de *História da loucura na Idade Clássica*, obra publicada por Michel Foucault em 1961. Nessa passagem, o filósofo francês menciona que Freud “reconheceu efetivamente a experiência da loucura em sua verdade, pois não concebeu mais o delírio como erro da razão, ao inscrevê-lo de forma eloquente como forma de linguagem e de discurso na sua positividade” (Birman, 2021, p. 16). Tal reconhecimento ao legado freudiano dá testemunho do distanciamento, cada vez mais evidente, da psicanálise em relação aos ditames de uma ciência psicológica da consciência e de uma psiquiatria anátomo-clínica. Para Birman (2021), o discurso freudiano constata os “estritos limites existentes para o registro do eu e da consciência no psiquismo”, permitindo, assim, que o conceito de inconsciente encontre “as suas condições concretas de possibilidades” (p. 37). Tais considerações ilustram a potência de uma obra aberta que se transforma e avança à medida que assume efeitos tanto da superação conceitual como das consequências de seus enunciados.

A investigação psicanalítica não se distancia ou desconhece aquilo que, desde a clínica, impõe-se à teoria. Nessa direção, escreve Hornstein (1989) que “o valor de uma teoria não é dado por sua coerência interna, mas por sua capacidade explicativa dos fenômenos” (p. 19). As articulações com a realidade são, portanto, essenciais. Delas decorre, continuamente, o fomento à alternância entre paragem e movimento, demarcando, na singularidade do caminho, a especificidade e o rigor da pesquisa psicanalítica.

Na obra freudiana, o reconhecimento da história constituída alimenta a força e a convicção do movimento a ser empreendido no passo a mais. Sem a investigação e exploração dos limites da consciência, a proposição do inconsciente não adquiriria tamanha relevância. O campo da pesquisa, paulatinamente, expande-se; os conceitos psicanalíticos ganham mobilidade e densidade; da escuta dos sintomas histéricos chega-se à complexidade dos sonhos e dos atos cotidianos, confirmando, assim, a suspeita de que equivar consciência ao psíquico e reprodução à sexualidade eram equívocos insustentáveis. A escuta dos padecimentos psíquicos adensa o campo teórico e fomenta transformações técnicas e, dessa forma, a interpretação amplia-se no recurso à construção. A neurose perde seu lugar de primazia no trabalho analítico, uma vez que se alargam as fronteiras de estudo, a compreensão das forças psíquicas e a singu-

laridade de seus efeitos. Ao propor a denominação de *borda* para descrever o “território de legitimidade teórica da psicanálise”, Birman (2021) contribui para a reflexão sobre como a fluidez, a mobilidade e a porosidade são essenciais à leitura do discurso freudiano como uma obra que “foi sendo constituída como um processo sempre recomeçado” (p. 29).

Na consideração sobre as modalidades de relação dos psicanalistas com o legado freudiano, Mayer (1989) aborda temas que se mantêm atuais. Segundo o autor, “há muitas formas de afastar-se de um caminho, de uma pessoa ou de uma obra, e também são muitas as maneiras de voltar” (p. 11). Ao discorrer sobre o movimento de voltar a Freud, o autor enfatiza não se tratar de promover a repetição mecânica e literal de sua obra. Mayer (1989) esclarece que sua forma de voltar aos escritos freudianos remete a “um convite a nos submergirmos neles, a explorar novas arestas, deixando-nos surpreender por sentidos insuspeitados, seguir até o que acreditamos ser um limite e depois... avançar um passo a mais” (p. 11). Trata-se de um convite singular, cuja essência alude à contínua demanda investigativa inerente ao labor de um psicanalista, dando condições para que se vislumbrem cenários que se apresentam além da clínica. Para Macedo e Dockhorn (2015), “a solidez das ferramentas em operação nesse campo e o valor do método permitem adentrar territórios nos quais, a partir de outras configurações do exercício investigativo, também se alimenta e se qualifica a prática de um psicanalista” (p. 85). São territórios nos quais a prática investigativa e seus desdobramentos fazem com que o pesquisar em psicanálise adquira outras especificidades.

A universidade tem sido, nos últimos anos, importante espaço de problematização e produção de conhecimentos em psicanálise. Sua relevância e sua contribuição à psicanálise evidenciam-se por meio do expressivo número de publicações em periódicos reconhecidos na área, bem como pela publicação primorosa de livros oriundos de programas de pós-graduação. São produções que contribuem, com muita qualidade e potência, para que a prática e a teoria psicanalítica sigam estimulando continuamente a reflexão necessária a respeito das condições humanas e das circunstâncias históricas (Macedo, 2022).

A universidade brasileira, mais especialmente, e seus diversos programas de pós-graduação são referência quando se trata de considerar a ampliação dos espaços de inserção e trabalho de psicanalistas nos tempos atuais. Cabe mencionar que, a partir dos anos de 1980, mediante a criação de programas de pós-graduação em psicanálise, a modalidade de inserção da psicanálise na universidade sofreu importante transformação (Birman, 2013). Já não se tratava apenas de uma inserção nos cursos de psicologia, psiquiatria ou outras áreas, mas, sim, de ocupar um espaço próprio ligado à formação de *pesquisadores* no campo da psicanálise (Birman, 2013; Fortes & Macedo, 2018). Nessa perspectiva, a universidade exerce seu papel fundamental quando, segundo Bleichmar (2005), não se limita a promover capacitações técnicas, mas, sim, aspira à formação de intelectuais críticos e atentos à complexidade dos mais diversos fenômenos humanos. Para a psicanálise os ganhos também são consideráveis.

São evidentes as diferenças entre a psicanálise exercida no campo clínico e aquela que se faz presente na Academia. Em seu texto de 1919, *Sobre o ensino da psicanálise nas universidades*, Freud afirmava, claramente, o quanto a universidade teria a ganhar com a inclusão do ensino da psicanálise e enunciava outras exigências pertinentes à prática da clínica psicanalítica. A demarcação de fronteiras entre universidades e instituições de formação de psicanalistas não deveria, porém, excluir o reconhecimento ao valor do convívio com a plurali-

dade de pensamento e às diferentes formas de relação com a psicanálise que a universidade proporciona.<sup>2</sup>

Importantes argumentos e reflexões sobre a relação entre psicanálise e universidade constam em capítulo escrito por Jean Laplanche (2015), intitulado “A favor da psicanálise na universidade”. Nesse texto, o autor aborda elementos que indicam ricas possibilidades para a favorável relação de reciprocidade entre ambas. A universidade oferecerá à psicanálise a experiência valiosa da confrontação rigorosa de posições, do exercício da argumentação, da pesquisa extramuros. Logo, a universidade funcionaria, segundo Laplanche (2015), como um antídoto às submissões institucionais – mesmo que não seja um antídoto infalível – com sua universalidade e liberdade de pensamento. No que se refere à universidade, abrigar o rigor e a ousadia do debate, a partir do reconhecimento de um campo epistemológico independente e plenamente legítimo como é a psicanálise, segundo Laplanche (2015), contempla inquestionável valor de contribuição à instituição. A crescente procura por parte de psicanalistas para cursar mestrado e doutorado dá testemunho das potencialidades advindas da inserção da psicanálise na universidade, bem como respalda a possibilidade de que, nesta relação recíproca, ambas se beneficiem (Macedo, 2022).

No intuito de ilustrar elementos referentes a contribuições da universidade ao interminável processo de formação de um psicanalista, desenvolvem-se, na sequência, considerações sobre a temática do método na pesquisa e o papel da escrita. Trata-se de questões que convocam o pesquisador a empreender singular trabalho que tem como base sua própria transferência com a psicanálise.

São inúmeras as situações nas quais o desafio do psicanalista, como pesquisador neste campo, remete a impasses relativos ao método. Quando não se trata de empreender uma pesquisa teórica, inevitavelmente, o caminho metodológico a ser percorrido se apresenta como demanda de trabalho ao pesquisador. É sempre oportuno reafirmar que

o trabalho com o método psicanalítico está pautado na consideração do sujeito em sua singularidade e como portador de um saber inconsciente. Logo, como não é apenas na clínica psicanalítica que este sujeito se faz presente, não deve ser somente no âmbito técnico a intervenção sobre os questionamentos que a existência humana convoca (Dockhorn & Macedo, 2015, p. 530).

A temática do método na pesquisa tem convocado os psicanalistas inseridos em programas de pós-graduação a um interessante trabalho de argumentação sobre a aproximação da psicanálise a diferentes contextos além da clínica resultando em expressiva escrita de artigos e livros (Birman, 1994; Caon, 1999; Iribarry, 2003; Rosa, 2004; Figueiredo & Minerbo, 2006; Dunker, 2011; Dockhorn & Macedo, 2015; Fulgêncio, Birman, Kupermann, & Cunha, 2018; Dal Forno & Macedo, 2021). Tais produções desenvolvem problemáticas e argumentos que permitem delimitar o método próprio à pesquisa em psicanálise alinhado à ética da psicanálise. A pesquisa em psicanálise assume, portanto, sua indissociabilidade com a proposição de um sujeito de inconsciente, da transferência, da escuta do singular e da interpretação. A argumentação, proposta por Dockhorn e Macedo (2015), contempla e sintetiza, em linhas gerais, o cerne da questão:

a pesquisa com o método psicanalítico atribui valor à produção de conhecimento oriundo da escuta singular da subjetividade, sendo imprescindí-

vel o conhecimento construído não a fim de generalizações, mas, sim, no sentido do aprofundamento e da problematização da questão ou problema de pesquisa. Logo, a especificidade do método psicanalítico sustenta-se na possibilidade de interpretação do que é desvelado do fenômeno que se estuda (p. 530).

É possível ampliar a reflexão a partir da consideração de Dal Forno e Macedo (2021) sobre o fato de que a “pesquisa psicanalítica começa na clínica, mais exatamente na clínica de Freud, estendendo seu método investigativo a outros espaços e fazendo valer sua epistemologia em uma nova concepção de sujeito a ser investigado pelo pesquisador psicanalítico nos mais variados contextos existenciais” (p. 4). A proximidade entre pesquisa e psicanálise, mais especificamente a aproximação da pesquisa às diretrizes cunhadas na clínica, mediante as quais as condições de escuta se vinculam à análise pessoal do analista, ganham repercussão na pesquisa desenvolvida na Academia. No recurso ao método psicanalítico, o pesquisador tem suas condições de trabalho também vinculadas à sua análise pessoal. Logo, “para a ação investigativa do pesquisador psicanalítico, a análise pessoal é a base de sustentação de seu ofício” (Dal Forno & Macedo, 2021, p. 5). Assim, não se equivale uma formação analítica ao exercício de pesquisa na pós-graduação, bem como não se trata de desconsiderar a inegável importância, para o trabalho de um pesquisador psicanalítico, da experiência primeira da análise pessoal empreendida (Caon, 1999). A condição de paragem, no processo de investigação de si mesmo, institui e consolida condições de movimento no pesquisar sobre o que está além do aparente, reconhecendo na subjetividade e no campo alteritário imprescindíveis condições para a especificidade e o rigor da pesquisa psicanalítica.

Cabe, a fim de concluir, mencionar, no escopo de reflexão sobre o pesquisar em psicanálise, algumas questões sobre a experiência da escrita. Em uma pesquisa de revisão sistemática realizada sobre a escrita psicanalítica a respeito de violência e preconceito (Macedo, Rosa, Felin, Friedrich, & Kother, no prelo), encontrou-se um dado relevante a respeito da circulação do conhecimento psicanalítico em revistas científicas. Foram observadas diferenças significativas de abrangência e circulação entre revistas científicas vinculadas aos programas de pós-graduação de universidades brasileiras e as provenientes de instituições de formação psicanalítica. Segundo os autores,

enquanto os estudos produzidos em instituições de ensino superior são mais numerosos, rigorosos e ganham maior destaque, aqueles produzidos em instituições de formação, além de serem pouco expressivos numericamente, apresentam menor qualidade metodológica, circulação restrita e impacto limitado quando observada a classificação de periódico Qualis.<sup>3</sup>

Dessa forma, a produção, decorrente de instituições voltadas à formação psicanalítica, tem, na maior parte das vezes, uma circulação restrita apenas entre pares, ou seja, entre aqueles que já compartilham do interesse pela psicanálise. De fato, importantes reflexões, denúncias e argumentações próprias à psicanálise, referentes à complexidade dos processos de subjetivação (implicações históricas, políticas e sociais), bem como o desvelamento de condições que marcam o laço social, perdem potência e impacto devido a essas restrições. Logo, a ausência de interlocução no campo interdisciplinar, a respeito de investigações e estudos realizados, empobrece a capacidade argumentativa assim como o acesso a indicadores potenciais de novas e necessárias investigações.

Desse modo, entende-se que um dos desdobramentos do pesquisar em psicanálise, vinculado à contínua formação de um psicanalista, inclui a atenção ao exercício de escrita que busque fomentar a potência da circulação de ideias e a fecunda interlocução com outras disciplinas.

Para finalizar, ressalta-se que a incompletude do saber e o não dogmatismo instituem uma psicanálise que não pode prescindir da prática investigativa. Tal reconhecimento parece estar mais consolidado como uma condição inerente ao exercício clínico. Na reflexão proposta neste texto, entende-se que a relação de um psicanalista com o legado freudiano e com seu exercício de escuta pode encontrar, na prática da pesquisa desenvolvida no cenário da universidade, importante linha de força em defesa de uma psicanálise que reconhece, tanto na história construída como no futuro a construir, profícuas condições de presença.

#### NOTAS

2. Atualmente nos deparamos com uma situação que comporta importante ataque à psicanálise. Trata-se do arдил presente na proposta de implementação na universidade de um bacharelado em psicanálise. Tal falácia confirma mais uma tentativa de imposição do projeto neoliberal ao mercantilizar e desmentir, via poder, regulamentação e controle, elementos irredutíveis à ética da psicanálise. O processo de formação analítica não prescinde de condições que são, definitivamente, incompatíveis à universidade.
3. Sistema de avaliação de publicações utilizado como matriz pelas instituições de ensino superior, notadamente nos programas de pós-graduação e do qual decorre uma série de ações relativas a fomentos e a classificações institucionais.

#### REFERÊNCIAS

- Bleichmar, S. (2005). **La subjetividade en riesgo**. Buenos Aires: Topía.
- Birman, J. (1994). **Psicanálise, ciência e cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Birman, J. (2013). *Psychanalyse, politique et université*. In R. Chemama & C. Hoffmann (Orgs.), **Pratique psychanalytique et politique** (pp. 75-85). Paris: Editions Hermann.
- Birman, J. (2021). **Ser justo com a psicanálise: ensaios de psicanálise e filosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Caon, J. L. (1999). O pesquisador psicanalítico e a pesquisa psicanalítica. In J. A. T. Machado (Org.), **Filosofia e psicanálise: um diálogo** (pp. 35-73). Porto Alegre: Edipucrs.
- Dal Forno, C., & Macedo, M. M. K. (2021). Pesquisa psicanalítica: da transferência com a psicanálise à produção do ensaio metapsicológico. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, **37**(e37406).
- Dockhorn, C. N. B. F., & Macedo, M. M. K. (2015). Estratégia clínico-interpretativa: um recurso à pesquisa psicanalítica. **Psic.: Teor. e Pesq.**, **31**(4), 529-535. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/0102-37722015042473529535>



# FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE, TRANSMISSÃO DA PSICANÁLISE: REAL, TRAUMA, RITO

TRAINING IN PSYCHOANALYSIS, TRANSMISSION OF PSYCHOANALYSIS: REAL, TRAUMA, RITE

Gabriel Inticher Binkowski<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo propõe que a formação em psicanálise e sua transmissão constituem modalidades de tratamento do encontro com o real e o traumático da experiência analítica. Essa experiência retoma na singularidade do sujeito dramas que estão na base do recalque que engendra a cultura, o social, e que cimentam a civilização como um esforço de amparo e, ao mesmo tempo, de inibição e controle. Propomos que essa ideia tem consequências importantes para pensar a história e a configuração institucional da psicanálise e de seus ritos de formação e de transmissão, assim como a possibilidade de que o discurso analítico possa produzir efeitos a partir do sujeito da modernidade.

**Palavras-chave:** Psicanálise. Formação. Transmissão. Real. Trauma.

*Abstract: This article proposes that training in psychoanalysis and its transmission constitute modalities of treatment of the encounter with the real and the traumatic of the analytic experience. This experience takes up dramas in the singularity of the subject that are at the base of the repression that engenders culture, the social, and that cement civilization as an effort of support and, at the same time, of inhibition and control. We propose that this idea has important consequences for thinking about the history and institutional configuration of psychoanalysis and its rites of formation and transmission, as well as the possibility that the analytical discourse can produce effects from the subject of modernity.*

*Keywords: Psychoanalysis. Training. Transmission. Real. Trauma.*

## INTRODUÇÃO

A psicanálise morre e nasce a cada dia, na boca de cada um de seus pacientes, nos ouvidos de cada analista e clínicos que dela fazem uso, nos encontros, desencontros e tragédias que se produzem em nossos grupos, associações, institutos, coletivos e laboratórios. Nesse movimento, costumamos nos perguntar muito sobre como sustentar uma formação e transmissão de uma prática impossível. Se Freud resumiu alguns desses paradoxos apontando nossa ciência do inconsciente como profissão impossível, ao lado do educar e do governar, é porque o risco de confundir o sujeito com o qual trabalhamos com nosso objeto de investigação leva seguidamente à perversão em ato sobre o outro. O desejo de modular o outro conforme sua própria imagem e ideais acompanha o drama da transmissão humana.

<sup>1</sup> Psicanalista e Professor no Departamento de Psicologia Clínica Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Mestre em Clínica Transcultural e Doutor em Psicologia pela Université Sorbonne Paris Nord. Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política. E-mail: gabriel.binkowski@gmail.com

Quanto a Lacan, ao profetizar que a psicanálise morreria, vendo a religião triunfar justamente por oferecer sentido, ele diagnosticou a psicanálise como uma prática que se encontra em uma posição insustentável, visto que lida com aquilo que não anda, ou seja, com o real (Lacan, 2005a). Enquanto o mundo atual deve andar, o real des-anda, o que é insuportável justamente porque o sujeito da modernidade, aparelhado pelo discurso científico, se forja a partir da fantasia de um real domesticado, mesmo colonizado. Isso já fora parte da distinção operada por Lacan sobre o conceito de real, avançando para além em relação às definições de Alexandre Koyré de que o real poderia ser conhecido através da formalização de um matematismo na ciência (Lima & Ferreira, 2015).

Em relação ao sujeito da modernidade, já fora proposto por Freud (2015) que o mal-estar permanecia como um resto da própria modernidade, num estranho emparelhamento entre sujeito e resto que passamos a antever a partir do ensino de Lacan, uma vez que é do resto que se criam as condições do desejo e também da força avassaladora da irrupção do real. Portanto, se o mal-estar decorre dos efeitos da ciência e é ampliado pelos ideais advindos do campo do Outro [I(A)], que, afinal, são ideais regidos por fantasias de sutura, para pensarmos sobre o estatuto de sujeito na psicanálise precisamos apontar, citando Lacan, “uma estrutura que dá conta do estado da fenda, de *Spaltung* em que o psicanalista o situa em sua práxis” (Lacan, 1966, p. 869).

No mesmo *A ciência e a verdade*, Lacan situa que a práxis da psicanálise implica precisamente o próprio sujeito da ciência, que é aquele que a ciência trata de suturar, sem, justamente, deixar de cair em sua impossibilidade. Diante disso, passando por Jacques-Alain Miller, a psicanálise revela os ideais sociais em sua natureza de semblantes, semblante de um real que é aquele do gozo (Miller, 2008). Então, desse modo, situamos que o nasce e morre da psicanálise, diante de cada um de seus pacientes, em cada instante de suas práticas e de sua transmissão, remete ao encontro de uma experiência que é aquela que singularmente pode se dar quando de um tratamento oferecido por um psicanalista.

Essa última afirmação, posta por Lacan em *Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956*, guarda ressonâncias com aquilo que fora discutido por Freud em *A questão da análise leiga* (1998), onde lemos sobre o tripé da formação analítica: estudo teórico, análise pessoal e supervisão clínica. Porém, um dos destaques da discussão proposta no ensaio freudiano é o da indissociabilidade entre tratar e investigar na experiência do analista, o que combina a regra da livre associação discursiva imposta ao paciente (numa estranha e relevante imposição de liberdade associativa) com a atenção flutuante por parte do analista: tratamos ao investigar, investigamos ao tratar; já o paciente, como indicou Freud, tem uma experiência com sua realidade psíquica inconsciente, retirando desta os balizadores essenciais que podem levá-lo até a posição de analista.

O que é essa experiência então, esse encontro com determinações inconscientes que, por sua vez, expõem os semblantes e a própria estrutura das formações de recalque que a civilização nos imprime em troca de certo amparo diante da natureza, da morte e do imprevisível? Propomos pensar neste artigo que o encontro com o real da experiência analítica, seja pela repetição, seja pela quebra da cadeia significativa, constitui uma modalidade nodal do próprio trauma constituinte da experiência psíquica e do laço social. Toda forma de psicanálise, como discutiremos mais tarde, ritualiza esse encontro de modo a dar condições de que a fatura das composições imaginário-simbólicas nas quais nos apoiamos através da cultura se transforme em uma experiência de

nomeação que é aquela do encontro do desejo. Isso produziria consequências sobre as próprias modalidades de formação e da transmissão da psicanálise? É o que pretendemos desenovelar.

### MORTE NO DIVÃ?

Ao caracterizarmos o sujeito como evanescente, uma vez que ele promove a função de representar um significante para outro significante, entendemos o sujeito como um evento homólogo ao ponto de capitonê da amarração entre significante e significante do qual surge a metáfora (Menicucci & Santiago, 2012). Tal como a metáfora faz um nó que detém, mesmo que provisoriamente, o deslizamento da cadeia significante e o aparelho de gozo que funciona através da linguagem, o sujeito tem por condição um nó articulado a partir de um entrelaçamento no qual real, simbólico e imaginário são arranjados, enodamento que chamamos de Nome-do-Pai. A psicanálise, enquanto tratamento, é uma práxis que impõe ao pensamento, ou seja, ao gozo do deslocamento metonímico na linguagem, um respeito à primazia do significante, já que este prescinde de qualquer cogitação (Lacan, 1956), tomando aqui a cogitação como referência à função do *cogito* arvorada por Descartes como ponto basal e fundador da razão do sujeito moderno, em seus aspectos éticos e epistemológicos – relembrando aqui a íntima conexão entre o advento do sujeito moderno, sujeito da ciência, e a noção de sutura.

Um tratamento psicanalítico constitui uma novidade cultural por oferecer uma passagem discursiva ao sujeito através de um laço social que impõe o falar sem censura (Lacan, 1992), dizendo algo que propõe estranhamento. Estamos diante de um laço social que é estranho, estranho às configurações regulares da cultura e do social que são compostas pela censura, pela repressão pulsional e pela renúncia do objeto de satisfação. O discurso analítico, portanto, é um discurso estranho.

Betty Milan (2021), ao testemunhar seu percurso de analisanda com Lacan, dá relevo ao estranhamento, que “era para Lacan um sinal de que o inconsciente havia se manifestado e, na sua prática, ele também se valia desse sinal” (Milan, 2021, p. 67). Segundo a autora, a função do corte também passava por provocar o estranhamento, desfazendo, por um lado, formações cristalizadas no simbólico e, ao mesmo tempo, como o próprio Lacan salienta em *Nomes-do-Pai* (2005b), uma “tarefa do analista” é a de simbolizar um símbolo (p. 41).

Tais afirmativas podem soar bastante *estranhas*, pois nos acostumamos a ouvir em debates psicanalíticos que a palavra é a morte da coisa, ou, para citar o próprio Lacan, “o símbolo manifesta-se em primeiro lugar como assassinato da coisa” (Lacan, 1966, p. 319), que retoma o que São Paulo escrevera no Novo Testamento: a letra mata, o espírito dá vida. Assim, quando escutamos nossos pacientes, a tentativa de fazer advir o sujeito por meio de formações desejantes, do inconsciente, atravessa necessariamente composições de esfarelamento de palavras e de símbolos – haja vista que estes últimos são composições da malha simbólico-imaginária que operam pela sutura do real, numa espécie de amparo-tampão para o regime de excesso que é o do gozo e do próprio jogo metonímico da linguagem. Ao testemunharmos esses esfarelamentos e mesmo esfarelamentos, estamos nos encontrando com manifestações da morte sobre o divã, para daí nascer o desejo, essa nossa aposta-bússola na direção do sujeito do inconsciente.

Desse modo, a prática analítica se dá paradoxalmente num morrer e sobreviver, num encontro com o desamparo do sujeito diante das impossibilidades do símbolo e da cultura diante do real e da pulsão de morte, mas, também ainda, da sobrevivência do desejo enquanto o projetar-se do sujeito através da conquista do próximo significante. Pode parecer poesia de boteco, contudo, nos interessa pensar nisso como um dos morreres no divã: o que se falou morre ali, dando espaço para o próximo dito e o enlaçamento que dele pode advir. Por isso, a psicanálise pode se integrar à cultura (constituindo uma modalidade de discurso que faz laço social) mesmo que devendo sustentar uma certa posição de extraterritorialidade em relação à ciência e às práticas e instituições do social e da cultura (Lacan, 1955; Léclaire, 1990).

Disso decorre que nos encontramos constantemente, enquanto humanos e coletivos que desejam continuar sustentando esse desafio, reformulando e repensando nossas formas de continuar a promover tais experiências e transmiti-las para as próximas gerações. Ingrato esforço, haja vista que o próprio mito freudiano do pai da horda primitiva (Freud, 2010), evento hipotético que tenta dar um contorno (uma formulação simbólico-imaginária) ao surgimento da cultura enquanto um projeto de vida em comum, e seu subsequente reaparecimento enquanto totem, dá o tom dos efeitos da morte da coisa e de seu reaparecimento na cadeira significante (Castro, 2011). Nossas tentativas de sustentar e transmitir invariavelmente terminam na recriação de totens, seja pela forma de autores, seja pela forma de instituições cultuadas e inibidoras.

Num jogo composto entre morte e vida, estranho e familiar, temos a expressão lacaniana *extimidade* (Lacan, 2005c) como um nome que pré-figura esse encontro com um objeto íntimo do lado de fora, ou um encontro com o estrangeiro no que se considerava como dentro. Em outros trabalhos (Binkowski, 2021), chamamos de *objetos êxtimos* aqueles que se encontram num mais-além interno, atualizando bordas a partir de um objeto que não está lá, seja perdido, seja esquecido ou escondido, porém, dando margem a promessas de satisfação e amparo – como se dá na relação do sujeito com a coisa religiosa. Aqui, quando nos desafiamos a pensar a transmissão e a formação em psicanálise, a associação com a noção de *extimidade* surge diante da necessidade de pensar que a função que a psicanálise pode ter enquanto modalidade discursiva é que ela necessariamente estará tentando operar pelas vias do êxtimo, ficando relegada por vezes a ser experimentada enquanto um trabalho de Sísifo.

Contudo, mantemos isso vivo porque há efeitos importantes e estes também têm proximidades com outras formas culturais de tratamento do estranho e do mal-estar. Com efeito, a própria sugestão de que há morte no divã não deixa passar a íntima ligação entre a morte iniciática das experiências mágico-religiosas ligadas às tradições ameríndias, africanas e, em geral, ao xamanismo. Quando Lacan iniciou seu retorno a Freud a partir de uma aplicação do estruturalismo na empreitada da reforma das chaves de leitura da psicanálise, foi com a obra de Claude Lévi-Strauss que foi possível associar a estrutura simbólico-imaginária da fantasia neurótica com o mito como analisado na antropologia. Ao aplicar tal esquema ao caso do *Homem dos ratos* em seu *O mito individual do neurótico* (2008), Lacan mostrou que há algo de inconsciente no mito e que há algo de indizível no mito individual, a morte, o que ao longo de seu ensino ganhou uma rede conceitual que associa indizível-morte-castração-impossível-resto-conjunto vazio-objeto a (Tardits, 2009).

Como viemos tratando, mesmo que o discurso analítico seja uma novidade na cultura, haveria para pesquisadores como o próprio Lévi-Strauss e o

historiador das religiões Mircea Eliade uma proximidade formal e mesmo de conteúdo entre a cura analítica e a doença iniciática e a morte ritual presentes nas tradições xamânicas. Se os humanos das sociedades tradicionais tentaram vencer a morte ao retirar dela seu estatuto de *parada* ao torná-la um *rito de passagem* (Eliade, 1957), foi para indicar que aquilo que morria não era o essencial, logo, a morte seria uma iniciação suprema de deixar-se morrer para a vida profana. Tal seria a experiência de transformação de um indivíduo acometido por um mal espiritual que, ao receber o tratamento adequado, renasceria como xamã, curandeiro, aquele que maneja as fronteiras entre o visível e o invisível e que tem conhecimentos sobre os segredos da natureza, os enigmas da vida e do próprio futuro (Eliade, 1957).

Do mesmo modo, Lévi-Strauss (1958) associa essas experiências de doenças iniciáticas com o tratamento analítico: a técnica surgida com Freud seria uma retomada secularizada do reencontro com as experiências arcaicas e do infantil, estes sendo, por sua vez, nossos pontos de ancoragem, nossos eventos primordiais e que também estão na gênese dos processos místicos. Esse lugar para a psicanálise na cultura ocidental é um efeito do recalque da coisa religiosa no seio da cultura, tornando aquilo que era da ordem do sagrado uma experiência profana. Por conta disso, a própria noção de eficácia simbólica que Lacan retoma de Lévi-Strauss desde o texto sobre o estádio do espelho (Lacan, 1949) denota a eficácia do eu enquanto imagem unificadora no júbilo do sujeito e de sua experiência corporal e psíquica fragmentada.

Um xamã se forma com uma cura iniciática, assim como um analista também se forma através do atravessamento de uma experiência analítica na qual ele encontra seu desejo e as condições de conduzir outros nessa encruzilhada. Muito embora seja um paralelo comum, sabemos que se trata, tanto para Lévi-Strauss como para Eliade, de uma aproximação um tanto exagerada. Mesmo assim, se as tradições mágico-religiosas foram tecendo estruturas e modalidades de formação e de hierarquia em torno da experiência de encontro com o invisível e com o sagrado, isso se dava porque havia um objeto a ser transmitido. De que objeto se trata então?

#### **DO QUE SE TRANSMITE, ALIANÇAS E PACTOS: QUAIS RETORNOS E VIOLÊNCIAS NA TRANSMISSÃO E NA FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE?**

A experiência freudiana mostrou que os caminhos da verdade são capilares. No entanto, é a partir de suas repetições que desbravamos tais capilaridades de modo a salientarmos que as bordas que traçamos em torno das fissuras do real são modalidades de composição com a falta, diante do vazio, daquilo que escapa. Gerard Haddad, psicanalista conhecido por escrever sobre a transmissão da psicanálise (*O dia que Lacan me adotou*, 2003) e sobre a transmissão da religião e suas íntimas conexões com a psicanálise (*Lacan et le judaïsme: précédé de les sources talmudiques de la psychanalyse*, 1996), deu relevo à dimensão do estranho retorno da coisa religiosa tanto na prática hermenêutica que define o método interpretativo psicanalítico como também no tipo de aliança que se forja em meio às formações grupais e de transmissão da psicanálise – um pacto de transmissão.

Ao escrever sobre o Talmude, que é a compilação de comentários, interpretações jurídicas e interpretações éticas relativas à Torá, Haddad chama atenção para o fato de que o próprio Talmude, como a literatura rabínica, foi escrito por homens e com sua leitura sendo desaconselhada – mas não proibida – a mulheres (Haddad, 1996). Paradoxalmente – como são os paradoxos e contradições que

envolvem o estranho –, a questão das mulheres é de longe a mais importante. Mais ainda, o próprio pertencimento ao povo judeu se dá exclusivamente pela transmissão feminina. A mulher, entretanto, aparece ali pintada num tom decididamente injurioso, como um ser superficial, vão, vaidoso, ligado a superstições e dominado pela sensualidade e pelo nervosismo. Conforme pensa Haddad, a tradição hebraica reconhece essa tendência de fazer com que a mulher encarne o Outro, aquele de onde vem e ao qual se endereça o desejo.

O desejo de transmissão, portanto, parece se encontrar na psicanálise através de uma série de pactos, rupturas, desacordos e defesas obsessivas contra a ideia de que a própria psicanálise seja contaminada pela impureza que vem do outro. Aqui remetemos às construções de Jacques Derrida a propósito da pulsão de crueldade e de como esta também deve ser encarada como estando presente dentro da própria instituição psicanalítica (Derrida, 2000). Escrevemos alhures (Binkowski, 2018) sobre a presença da crueldade na organização e na história das instituições psicanalíticas, onde se repetem recalques e recusas ligados a dramas e rupturas do movimento psicanalítico – Jung e Freud, Freud e Ferenczi, numa série infindável. Mais recentemente, nas últimas décadas, muita pena foi gasta para tentar dar diferentes versões dos eventos, disputas e transformações da psicanálise francesa, notadamente a partir da figura de Lacan e de sua dita excomunhão da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP) em 1953 e dos dramas posteriores, que levaram a uma série histórica de dissoluções e recriações de associações, institutos, grupos, etc., numa verdadeira fenomenologia da cissiparidade que chega a dar inveja a incautas agremiações políticas e/ou religiosas.

De nossa parte, alguns anos de frequentação de diferentes espaços psicanalíticos na França nos mostraram na crueza da empiria que há uma lógica da transmissão e da formação de psicanalistas bastante diferente do que conhecemos no Brasil. Se aqui há uma valorização de psicanalistas-celebridades (Binkowski, 2022) e de mestres que se portem como verdadeiros proprietários das chaves de leitura e de interpretação de textos analíticos – guardando uma semelhança com a figura do bacharel de fala bonita, como dizia Buarque de Holanda (2015) –, a psicanálise francesa é menos marcada pela transmissão a partir e com o texto e mais por uma espécie de lógica aristocrática e extremamente hierárquica. Isso resulta, baseando-nos especialmente em nossa imersão social e cultural na terra de guilhotina, em relações de transmissão e mesmo de formação de pares muito mais hierarquizadas, violentas e mesmo inibitórias. Não é incomum que conferências e atividades psicanalíticas na França terminem com o som dos grilos, ou, em outras tantas vezes, com a desconsideração total do trabalho de outrem. Pensamos que isso se dá como um resto amaldiçoado e pouco simbolizado das rupturas, crises e transformações da história da psicanálise francesa, sobretudo em torno da figura de Lacan.

Ademais, não podemos deixar passar batido que a figura do mestre ainda faz sombra e é bastante totemizada: é bastante comum que discussões sejam entremeadas por frases como “eu conheci Lacan, estive em seu divã” ou mesmo “foi o próprio Lacan que me disse isso numa sessão de supervisão” (aliás, na França, supervisão se chama *controle*, o que dá uma ideia da fixação cultural por hierarquias, do mesmo modo que os psiquiatras insistem em se fazerem chamar de *Docteur*, sobretudo aqueles que não passaram nem perto de uma tese de doutorado). Também haveria aqui toda uma discussão sobre o dispositivo do passe, que algumas associações e escolas insistem em usar, contudo, o

ponto essencial a que queremos dar relevo é o de uma ritualização extrema não apenas das experiências de formação e de transmissão, mas de todo o entorno destas. Muitas vezes o pacto pela suposta transmissão da psicanálise acaba sendo um verdadeiro pacto totêmico: regurgitar as pretensas palavras de um mestre e fomentar ambientes de controle – literalmente –, de inibição e de falta de indicadores importantes em qualquer prática de transmissão e cultura: alegria, leveza e desejo em se deparar com novas possibilidades.

Por isso, faz-se necessário que continuamente façamos um inventário da história e das próprias noções de formação em psicanálise, pois é muito fácil confundir transmissão com herança. Como recupera Freud a partir de Goethe, temos de merecer aquilo que herdamos e essa parece ser uma confusão que se reproduz no meio psicanalítico: tentar garantir obsessivamente uma certa pureza da teoria, da técnica e da própria organização da formação. Isso é deveras impossível porque justamente cabe sempre às novas gerações o desafio de reinventar práticas, estilos e, conseqüentemente, de fazer um trabalho tanto genealógico sobre a obra dos precursores como afetivo para com a relação libidinal que temos com obras e figuras. Além disso, o que se transmite é um estilo que é fruto da experiência de encontro com o inconsciente e com o real. Passa-se por algo da ordem do traumático e da confusão, levando até uma relação ética e de artesanania com o fazer e o saber.

Caso contrário, no lugar de uma aliança pela transmissão de um saber-fazer, fazemos um pacto que lembra aquele fatalmente descrito por Freud em *Totem e tabu*: uma comunidade de repressão e de recalque, na qual cada irmão parece viver sob o terror da violência e do ódio alheio. No caso da psicanálise, isso fica mais evidente tendo em vista que trabalhamos a partir de formações do inconsciente, algo que histórica e politicamente a civilização tenta evitar. Trata-las, no sentido de acolhê-las, responde por um efeito de sideração que remete ao traumático presente na formação da subjetividade e da cultura. A linguagem é uma via de encontro e de desencontro com o real, tanto é que criamos coisas belas a partir de nosso falar e do discurso, contudo, isso só é possível porque criamos máquinas languageiras de produção de diferença a partir das irrupções do próprio real. Aqui vale uma referência ao *Seminário 17, o avesso da psicanálise* – avesso que é uma referência ao discurso do mestre: para Lacan, o Deus da Talmude, Yahvé, é um deus de ignorância, que se anuncia ao povo hebreu ignorando tudo acerca do sexual, algo no qual estavam fundadas as outras religiões que existiam. Yahvé estaria, diz Lacan, tomado pela paixão feroz, sendo atravessado pelas três paixões fundamentais: amor, ódio e ignorância, as paixões que estão presentes em seu discurso. Já o analista, atuando a partir dessa novidade cultural que é o discurso psicanalítico, não participa dessas paixões, pois se oferece ao outro enquanto objeto a.

Diante disso, o que mobilizamos aqui é que o próprio analista, no ato analítico – ou seja, tanto no tratamento como na formação, visto que em ambos há formação de transferência através do fenômeno e da estrutura do *sujeito suposto fazer* –, coloca-se como espaço vazio para que o outro possa com ele fazer borda. Este é o único ritual decididamente psicanalítico, ou seja, não dependemos de mobiliário, de títulos ou de certas expressões linguísticas ou caras e caretas, mas de um oferecer-se ao outro como lugar de borda, lugar que dê-borda e de bordado. Este deveria ser nosso único rito.

## REFERÊNCIAS

- Binkowski, G. I. (2018). Crueldade e álibi na técnica psicanalítica: uma leitura da carta de Derrida aos psicanalistas. **Analytica**, 7(13). Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/analytica/v7n13/05.pdf>
- Binkowski, G. I. (2021). A psicanálise e sua estranheza frente à religião. Rastros e implicações de um objeto êxtimo entre clínica, cultura, política e sociedade. **Boletim Formação em Psicanálise**, 29(29), 39-55. Recuperado de <http://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/2021-sedes-boletim-formacao-v29-3.pdf>
- Binkowski, G. I. (2022). O psicanalista celebridade e o psicanalista militante. Variantes do tratamento padrão? In M. Kamers, M. A. C. Jorge, & R. M. Mariotto (Orgs.). **Psicanálise, clínica e cultura**. Salvador: Ágalma.
- Castro, J. C. L. (2011). A palavra é a morte da coisa: simbólico, gozo e pulsão de morte. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, 6(4), 1405-1428. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v11n4/05.pdf>
- Derrida, J. (2000). **États d'âme de la psychanalyse**. Adresse aux états généraux de la psychanalyse. Paris: Galilée.
- Eliade, M. (1957). **Mythes, rêves et mystères**. Paris: Gallimard.
- Freud, S. (1998). **La question de l'analyse profane**. Paris: Folie Essais.
- Freud, S. (2010). **Totem et tabou**. Paris: Éditions Points.
- Freud, S. (2015). Le malaise dans la civilisation. In S. Freud, **Écrits philosophiques et littéraires**. Paris: Seuil.
- Haddad, G. (1996). **Lacan et le judaïsme: précédé de les sources talmudiques de la psychanalyse**. Paris: Desclée de Brouwer.
- Haddad, G. (2003). **O dia em que Lacan me adotou**. São Paulo: Companhia de Freud.
- Holanda, S. B. (2015). **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lacan, J. (1949). O estádio do espelho como formador da função do eu. In J. Lacan, **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1955). Variantes do tratamento-padrão. In J. Lacan, **Escritos** (pp. 325-364). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1956). Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956. In J. Lacan, **Escritos** (pp. 461-495). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1966). A ciência e a verdade. In J. Lacan, **Escritos** (pp. 869-892). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1967). Proposition du 9 octobre 1967 sur la psychanalyse de l'École. In J. Lacan, **Autres écrits** (pp. 575-591). Paris: Éditions du Seuil.
- Lacan, J. (1992). **O seminário: livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (2005a). **Le triomphe de la religion**. Précédé de discours aux catholiques. Paris: Seuil.
- Lacan, J. (2005b). **Nomes-do-Pai**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (2005c). **O seminário: livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (2008). **O mito individual do neurótico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Léclaire, S. (1990). Débat avec P. Guyomard et A. Finkielkraut. **Le Feuillet, journal de la Convention psychanalytique**, 22.
- Lévi-Strauss, C. (1958). **Anthropologie structurale**. Paris: Plon.

## EM PAUTA

Lima, C.H., & Ferreira, M.R. (2015). Lacan com Koyré: teoria do sujeito e suas incidências clínicas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, **67**(1), 37-50. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672015000100004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000100004&lng=pt&tlng=pt)

Menicucci, J. G., & Santiago, J. (2012). A metáfora enquanto ponto de base: uma articulação possível entre a noção de metáfora e a teoria dos nós. **Mental**, **10**(19), 203-220. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-44272012000200003&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272012000200003&lng=pt&tlng=pt)

Milan, B. (2021). **Lacan ainda: testemunho de uma análise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Miller, J.-A. (2008). La psychanalyse, la cité, les communautés. **La Cause Freudienne**, **68**, 105-119. Recuperado de <https://www.cairn.info/revue-la-cause-freudienne-2008-1-page-105.htm>

Tardits, A. (2009). Lévi-Strauss et Lacan en 1956, une rencontre qui éloigne. **Figures de la Psychanalyse**, **17**(1), 27-42.



## A TRANSMISSÃO DA PSICANÁLISE E OS GRUPOS

THE TRANSMISSION OF PSYCHOANALYSIS AND THE GROUPS

Emília Estivalet Broide<sup>1</sup>

**Resumo:** A psicanálise tem em seu cerne a experiência de um saber, o do inconsciente. Um saber que o sujeito não conhece, um saber imprevisível, um saber que não se sabe. Portanto, o ofício do psicanalista é uma práxis aberta à inquietação. Freud criou e colocou em circulação na cultura um método específico de escuta do sofrimento humano. Além das regras técnicas para o exercício da psicanálise, transmitiu um saber-fazer (*savoir-faire*) que só se adquire por uma experiência pessoal com o trabalho sobre si mesmo e no compartilhamento dessa aventura solitária com outros. Portanto, a transmissão da psicanálise não é sem os grupos. Nesse sentido, é importante pensar os grupos onde vigora o discurso psicanalítico, como locus de produção de saber – tanto na relação entre analistas na construção viva da psicanálise quanto na realização de grupos fundados no discurso psicanalítico com fins terapêuticos.

**Palavras-chave:** Transmissão da Psicanálise. Psicanálise e Grupos. Pichon-Rivière e os Grupos.

*Abstract: Psychoanalysis has at its core the experience of a certain knowledge: the unconscious. A knowledge that the subject does not know, an unpredictable knowledge. Therefore, the psychoanalyst's role is a praxis open to disquiet. Freud created and circulated in culture a specific method of listening to human suffering. In addition to the technical rules for the exercise of psychoanalysis, he transmitted a know-how (savoir-faire) that can only be acquired through personal experience working on oneself and sharing this solitary adventure with others. Thus, the transmission of psychoanalysis is not without groups. In this sense, it is important to think about the groups where the psychoanalytic discourse prevails, as a locus of knowledge production – both in the relationship between analysts in the living construction of psychoanalysis and in the creation of groups based on psychoanalytic discourse for therapeutic purposes.*

**Keywords:** Transmission of Psychoanalysis. Psychoanalysis and Groups. Pichon-Rivière and Groups.

### OFÍCIO DE PSICANALISTA

Nosso ofício como psicanalistas implica o contato direto com a dor do analisante. Ninguém chega a uma análise “a passeio”, sempre algo intriga, instiga, incomoda, desassossega. Impõe-se então uma tarefa que nos concerne, qual seja, a escuta do sofrimento do outro. Nessa escuta não assumimos o lugar de assistente do drama, testemunhas da queixa do mal-estar do sujeito. O analista

<sup>1</sup> Psicanalista. Psicóloga/ PUCRS. Mestre em Saúde Pública/FSPUSP. Doutora em Psicologia Social/ PUCSP. Pós-doutoranda em Psicologia Clínica/ USP. Consultora na saúde, assistência social, educação e direitos humanos. Autora de artigos e livros em psicanálise. E-mail: emilia\_bro@uol.com.br

embrenha-se e acompanha o analisante no labiríntico caminho em busca da causa, daquilo que o causa, da causa de seu sofrimento, daquilo que o funda.

Essa atitude é em si uma posição ética que não permite que nos guiemos por soluções aparentemente simples, respondendo ao sofrimento com palavras de conforto, que serviriam mais para obstaculizar e conformar o sujeito ao seu drama. Nosso propósito, ao invés disso, é confrontar o sujeito com seus pontos de impasse. E confrontar o sujeito com seus impasses é acolhê-lo. E nesse acolhimento, ao colocar em cena e operação a transferência, é convocá-lo, incitando-o à associação livre, a fim de que o sujeito do inconsciente possa advir no dito daquele que fala.

O analista oferta uma escuta que cria uma fala orientada pela transferência. A transferência é o nome do laço que se produz na cena analítica entre analista e analisante, que possibilita o estabelecimento de uma relação de entrega e confiança para que o sofrimento ganhe lugar de expressão e possa desdobrar-se associativamente potencializando novas significações àquilo que se encontrava cristalizado e/ou insabido.

A transferência não é exclusiva da análise, uma vez que se faz presente nas mais variadas formas de relação entre as pessoas, mas a resposta à transferência por parte do analista confere a esta um caráter específico, que vai significar uma forma de tratamento e cura das questões psíquicas do sujeito e uma forma de transmissão da teoria. Portanto, a transferência e a resposta do analista, à altura do discurso analítico, são operadores necessários na clínica para que uma análise aconteça, e também na transmissão da psicanálise, uma vez que há uma peculiaridade no ensino do corpo teórico e do ofício analítico.

#### **PASSAGEM DO AMOR TRANSFERENCIAL AO DESEJO DE SABER**

Além de a transferência operar em uma análise, ela também é motor de trabalho entre analistas no modo de transmissão da psicanálise desde Freud. As cartas trocadas entre Freud e seus interlocutores nos mostram que a correspondência era baseada em uma relação de amizade e de suposição de saber. Nesses diálogos, havia trocas de admirações e apresentação de hipóteses clínico-teóricas. Além das correspondências, as Atas das Reuniões Psicológicas das Quartas-Feiras atestam a transferência em operação – dessa vez, de forma grupal, em um período inaugural e essencial para o desenvolvimento da psicanálise. Em torno de Freud se reunia um grupo de intelectuais para conversar sobre as questões que envolviam os impasses, as dificuldades, os êxitos, os fracassos e as novas teorizações em psicanálise. Esses encontros marcam a passagem do amor transferencial ao desejo de saber. Laço que unia os integrantes do seletivo grupo à construção da clínica e da teoria, a partir da experiência psicanalítica, que também era composta pelas narrativas das experiências pessoais dos participantes.

No outono de 1902, um médico vienense, Wilhelm Stekel, que havia feito e se beneficiado de uma curta psicanálise com Freud devido a dificuldades sexuais, sugeriu que montassem um grupo de discussão. Carente de uma caixa de ressonância para suas ideias, Freud enviou cartões para Alfred Adler. Estava formada a Sociedade Psicológica das Quartas-Feiras que se reunia na sala de espera de “Herr Professor” (Checchia, Torres, & Hoffmann, 2015, p. 12).

## CONVIDADO

Estava formado o primeiro pequeno grupo baseado na transferência de trabalho da história da psicanálise. As discussões que surgiram desses encontros só começaram a ser registradas a partir de 1906, quando Otto Rank foi nomeado secretário e começou a escrever as Atas.<sup>2</sup> A partir de 1908, as reuniões da Sociedade Psicológica das Quartas-Feiras constituíram a Sociedade Psicanalítica de Viena.

Nessas minutas, esses senhores – em sua maioria médicos, mas também educadores e escritores – debatem sobre os mais diversos assuntos: psicanálise, inconsciente, etiologia e terapia das neuroses, sexualidade, onanismo, impotência, homossexualidade, em suma, vinham à tona ali os temas que a clínica psicanalítica recém-criada por Freud revelava... (Checchia et al., 2015, p. 13).

As Atas atestam a existência de um pequeno grupo que, nos primórdios da psicanálise, colocou-se a trabalhar orientado por uma tarefa. As Atas das Reuniões Psicológicas das Quartas-Feiras nos possibilitam hoje acompanhar os debates que ocorriam entre os fundadores da nova ciência. “Elas são o registro do posicionamento que cada um assumiu frente a um determinado assunto e um registro de que tal posicionamento não era consensual” (Checchia et al., 2015, p. 13).

Isso nos parece bastante interessante, pois a teoria se configura a partir de discussões e embates que colocam em atrito formas de pensar que fazem surgir o novo, dialetizando verdades cristalizadas. “As Atas revelam um espírito investigativo marcado por uma capacidade de acompanhar uma discussão, reconhecer o ponto de vista do outro, expandir os limites do entendimento e debater propósitos alternativos possíveis” (Checchia et al., 2015, p. 13).

Nos encontros eram discutidos textos de Freud, resenhas de livros e artigos, novas conquistas nas artes, literatura, biologia, mitologia, etc. As Atas apresentam questões como o papel dos fatores sociais na formação das neuroses, a concepção de cura para a psicanálise. Como transmitir um caso clínico? Como a literatura e a filosofia podiam contribuir para a psicanálise? Como organizar uma instituição psicanalítica?

Insistimos aqui que essa experiência psicanalítica foi tecida em grupo, sob forma de compartilhamento da solidão em comum – que ocorre no exercício da práxis psicanalítica – junto a outros. A transferência fez laço entre os participantes das reuniões das quartas-feiras na construção da psicanálise e na formação dos primeiros analistas. A transferência como amor “que se dirige ao saber” é fundamento e caminho para que o sujeito possa aceder ao desejo. “Aquele a quem suponho o saber, eu o amo”, resume Lacan (1985, p. 91). As Atas das Reuniões Psicológicas das Quartas-Feiras nos possibilitam examinar a experiência grupal nos primórdios da psicanálise: do amor ao mestre encarnado, em sua faceta imaginária, gerando efeitos de ruptura, rivalizações e disputas, ao desejo de saber, no qual algo das discussões foi transmitido e passou de resto à causa de desejo, presentificando a psicanálise no mundo.

A vivência grupal que ocorreu nos primórdios da psicanálise nas reuniões das quartas-feiras gerou frutos, ganhou outros contextos. Foram criadas sociedades, associações e fóruns de discussão mundo afora. A vivência grupal também foi elaborada e desenvolvida por vários psicanalistas ao longo da história da psicanálise, como método de trabalho em situações terapêuticas e na transmissão e formação de psicanalistas. Vamos abordar as teorizações de Enrique Pichon-

Rivière, com a sua formulação dos grupos operativos, ou grupos centrados na tarefa, e a de Jacques Lacan, com a criação do dispositivo de cartel. Propomos que o conceito de “tarefa” originário do grupo operativo pichoniano e o conceito do “Mais-Um” do cartel lacaniano constituem-se como operadores que nos auxiliam a fazer frente à adesão às identificações imaginárias que transformam o grupo em massa. Ou seja, os conceitos de “tarefa” e “Mais-Um” nos alertam para os efeitos de massa que sobrepujam o que nos grupos pode operar contra a abertura ao discurso psicanalítico, enquanto enlace social.

Quando se fala no trabalho coletivo com/em grupo, imediatamente se imagina o grupo como uma unidade fechada: “o grupo pensa”, “o grupo sente”... Essa visão propõe que o grupo faça um. Um todo integrado, ligado a pares de complementariedade, de forma que o grupo seja tomado como massa de indivíduos. Mas nossa compreensão é a de que não existe um “ente” grupal, pois não existe enunciação coletiva. Nos grupos há sujeitos atravessados pelas dimensões desejantes, pulsionais, passionais, sociais, econômicas e históricas em uma pluralidade transferencial que o coletivo promove. Nessa perspectiva, situamos o inconsciente no cerne da experiência grupal onde o sujeito se apresenta em sua divisão constitutiva, emergente de uma complexa trama vincular constituída por suas relações familiares, sociais, grupais e comunitárias.<sup>3</sup>

#### **PICHON-RIVIÈRE E JACQUES LACAN: COLOCANDO EM DIÁLOGO PROXIMIDADES E DIFERENÇAS**

Ao aproximarmos Pichon-Rivière e Jacques Lacan estamos cientes de suas diferenças. Contudo, entendemos que existem pontos de aproximação entre os dois psicanalistas: o surrealismo, a língua francesa, a psicose, a loucura e os “pequenos grupos”. Ambos propuseram novas formas de compreensão e abordagem das psicopatologias e da técnica psicanalítica. Foram questionadores das regras estabelecidas pelas associações às quais pertenceram (Associação Psicanalítica Argentina e Sociedade de Psicanálise de Paris) e fizeram do conflito um valor. Colocaram em questão a técnica e a lógica institucional sobre as quais estava assentada a formação dos psicanalistas nas sociedades. Recaiu sobre eles a mesma penalização, qual seja, o cerceamento da atividade didática no interior das instituições das quais faziam parte.

Cada um deles fundou sua escola. Apesar das diferenças conceituais, dedicaram-se a formalizar o dispositivo grupal, tornando-o um elemento estrutural da escola. Pichon-Rivière, criador dos grupos operativos ou grupos centrados na tarefa, incidiu na formação de analistas de muitas gerações, criando práticas inovadoras e instituindo o materialismo histórico e dialético no campo psicanalítico, ampliando a abordagem do sujeito para além do intrapsíquico e promovendo a intervenção em psicanálise para além da própria disciplina em diferentes contextos como a família, as instituições, pesquisas, ensino, etc.

O grupo operativo constitui-se como uma unidade básica de trabalho e investigação; “designa uma pequena porção do tecido social que sendo coletivo, permite o envolvimento subjetivo” (Adamson, 2018, p. 17). Pichon-Rivière o define como um “conjunto restrito de pessoas ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, e articuladas por uma mútua representação interna, que se propõe, de forma explícita ou implícita, uma tarefa que constitui sua finalidade” (Pichon-Rivière, 2005b, p. 243).

A centralidade da tarefa no grupo operativo indica que o coordenador do grupo não está no lugar do mestre. Quem guia o grupo é a tarefa. Ela é o refe-

## CONVIDADO

rente em torno do qual os integrantes do grupo estão ligados. O coordenador do grupo também está a serviço da tarefa, tal qual seus integrantes. A tarefa, portanto, é o caminho, a práxis que possibilita chegar ao objetivo, não se resumindo ao objetivo do grupo. É um “fazer” e um “fazer-se” no grupo. A tarefa introduz o furo no grupo, assim como o vaso que se cria em torno do vazio. No vaso encontramos a matriz da mão do oleiro, a soma das impressões da pele do oleiro sobre o vaso (Didi-Huberman, 2009, p. 55). No grupo, vetorizado pela tarefa, podemos encontrar a marca, a soma das impressões do discurso analítico pelo qual o coordenador é atravessado, provocando e revelando o lugar paradoxal para o alojamento das singularidades no coletivo.

Já Lacan (2003a) propôs em sua escola o cartel como um dispositivo grupal de produção em psicanálise entre os pares institucionais, a partir da transferência de trabalho. Assim como Pichon-Rivière (2005b) instituiu a tarefa como o eixo do trabalho grupal, descentrando a figura do coordenador e com isso minimizando o efeito de mestria, Lacan instituiu os cartéis como pequenos grupos para promover a transferência de trabalho e transmissão da psicanálise. Nos cartéis, Lacan criou a função do Mais-Um, a fim de minimizar os efeitos de identificação imaginária dos membros do grupo entre si e com o coordenador. A lógica que Lacan deu ao Mais-Um propicia manter a comunidade do grupo, e ao mesmo tempo descompletá-lo. O Mais-Um introduz um resto que não permite a indução a um ideal de unidade ou de saber completo. Aquele que desempenha a função do Mais-Um não deve ceder à tentação de encarnar o líder, que “pode ser qualquer um, mas deve ser alguém”, representante de uma função de alteridade.

Na Ata de Fundação da Escola Freudiana de Paris, Lacan (2003a) introduz o pequeno grupo como uma forma inovadora de trabalho entre os analistas. Lançou o cartel como dispositivo grupal que propiciava a elaboração, produção e difusão do trabalho dos membros da escola. O cartel é o lócus no qual os membros da escola apresentam tanto suas produções quanto os impasses e as crises de trabalho, elaboração que se dá, portanto, no nível do pequeno grupo. Lacan sustentava que o ensino da psicanálise não poderia se transmitir de um sujeito a outro, se não for pelas vias da transferência de trabalho. Explica:

Aqueles que vierem a esta Escola se comprometerão a realizar uma tarefa submetida a um controle interno e externo: os que assim se comprometerem podem estar seguros de que nada se economizará para que tudo o que façam de valor tenha a difusão que merece no lugar que convenha. Para a execução desse trabalho adotaremos o princípio de uma elaboração sustentada em um pequeno grupo. Cada um deles (temos um nome para designar esses grupos) se comporá de pelo menos três pessoas e de no máximo cinco, sendo quatro o tamanho ideal. Mais-Um, encarregado da seleção, da discussão e do destino que se reservará ao trabalho de cada um (Lacan, 2003a, p. 8).

Já em 1980, Lacan, em “D’Écolage” (1980), ao relançar “A Causa freudiana”, afina cinco pressupostos e formaliza a estrutura do cartel como “órgão de base” da fundação da escola, “que não é Escola, senão Campo”.

*Primeiro* – quatro se elegem para realizar um trabalho que deve ter seu produto. Esclareço: produto próprio a cada um e não coletivo.

*Segundo* – a reunião dos quatro se efetua em torno de um Mais-Um que,

sendo qualquer um, deve ser alguém. Caberá a ele velar pelos efeitos internos do empreendimento e provocar sua elaboração.

*Terceiro* – para prevenir o efeito cola, uma permutação deve ser feita em um ano, no máximo dois.

*Quarto* – nenhum progresso é esperado salvo colocar a céu aberto, periodicamente, tanto os resultados como as crises do trabalho.

*Quinto* – o sorteio assegurará a renovação regular das referências criadas com o objetivo de vetorizar o conjunto. A Causa freudiana não é Escola, senão Campo – onde cada um terá via livre para demonstrar o que faz com o saber que a experiência deposita (Lacan, 1980, p. 14).

Novamente aqui Lacan vai precisar a função do pequeno grupo como ferramenta privilegiada do trabalho em comum entre os analistas, “órgão de base da Escola”, pelo qual se espera um “produto próprio de cada um e não coletivo”. A elaboração e a produção singular são elementos fundamentais na estrutura do cartel. O cartel deve ter um produto e seus membros devem colocar “a céu aberto”, periodicamente, tanto os resultados como os dilemas de trabalho. O cartel é uma aposta de resposta ao nó que está presente na constituição dos grupos pautado nas identificações imaginárias. O grupo como formação social favorece a identificação ao líder como lugar do ideal, propiciando também outro tipo de identificação, daquela que se dá entre os pares.

Em Lacan, portanto, não se trata de objetar as práticas chamadas de grupo, senão que ele assinala a importância de estarmos atentos para identificar como operam os efeitos imaginários que se produzem, evitando o efeito massa e, com isso, contornar o real, o buraco, o vazio, que funda o grupo. A produção singular de cada um no cartel é o testemunho dos impasses e de seus avanços e pode servir para indicar a passagem dos efeitos imaginários a uma produção que se sabe sempre incompleta. O cartel é dispositivo que busca interrogar o real que funda o trabalho grupal e obstaculiza a densidade imaginária.

Entender, portanto, os grupos como lugar de produção de interrogantes, de questionamentos do óbvio e do instituído, promovendo novos saberes a partir de novas articulações do já conhecido, é a perspectiva que articula esses dois psicanalistas herdeiros do pensamento e da aposta freudiana.

Uma entrevista publicada na revista *Actualidad Psicológica* datada de dezembro de 1975 (e republicada em 2017) nos mostra a premissa de que o diálogo entre psicanalistas com distintas formações não deve estar fundamentado na busca da construção de uma identidade; ao contrário, pode incluir a discrepância e, ao mesmo tempo, encontrar pontos de conexão e interesses comuns. O entrevistador pergunta a Pichon-Rivière: “Se você fosse Jacques Lacan, que autocrítica se faria?” O psiquiatra e psicanalista responde: “Se Pichon-Rivière fosse Jacques Lacan, sua autocrítica se realizaria sempre desde a perspectiva de Pichon-Rivière, já que nossa amizade não se fundou em identidades, senão em coincidências, em uma modalidade de pensamento que como diálogo inclui a discrepância” (Pichon-Rivière, 1975, p. 2).

Nessa entrevista, Pichon ainda diz que o que os aproximou foi a paixão pela psicanálise. O encontro entre ambos se deu no congresso de psicanalistas de fala francesa realizado em 1951, em um momento bastante fecundo da psicanálise francesa, no qual o pensamento psicanalítico se abria à influência da fenomenologia, do estruturalismo, do existencialismo e do marxismo.

Uniu-me a Lacan – entre outras coisas – uma convicção militante em relação às imensas possibilidades criativas do pensamento freudiano. E falo de militância porque nesse momento a criatividade no marco das sociedades psicanalíticas significava enfrentamentos, combate, quem sabe rupturas. De tudo isso sabíamos bem Lacan e eu. Creio que Lacan me sentiu “lacaniano” assim como eu o senti “pichoniano”. Não somos nem um nem outro, mas Freud, o surrealismo e a cultura francesa foram as chaves de uma amizade imediata, que permaneceu inalterável no tempo (Pichon-Rivière, 1975, p. 2).

A transmissão da psicanálise não é sem os grupos. Portanto, é importante pensar os grupos como lócus de produção de saber, sempre que estruturados a partir do discurso analítico, de uma exterioridade que os funda. “Direi que meço o efeito grupo pelo que ele acrescenta de obscenidade imaginária ao efeito de discurso” (Lacan, 1985, p. 475).

Menos surpreso se há de ficar com este dizer, espero, por ser historicamente verdadeiro, que foi a entrada em jogo do discurso analítico que abriu caminho para as práticas ditas de grupo, e que essas práticas desvelam apenas um efeito purificado, se me atrevo a dizê-lo, do próprio discurso que permitiu sua experiência. Não há nisso nenhuma objeção à prática dita de grupo, desde que ela seja bem indicada” (Lacan, 2003b, p. 475).

### **OS GRUPOS COMO LÓCUS DE PRODUÇÃO DE SABER**

Coordenar grupos é uma obra de arte. Trata-se de fazer advir as narrativas associativamente e com isso contornar o furo, o ponto cego, aquilo que não foi escutado no que já foi dito. Diz respeito a aguentar a angústia da suspensão do sentido e sustentar o trabalho clínico consigo próprio. Sustentar o trabalho a partir da tarefa e do enquadre do grupo, para que possa surgir no grupo aquilo que escapa da fala corriqueira e não adere à fórmula de fixação do gozo na queixa. Caso o coordenador preencha o sentido do dito do integrante do grupo, fixa o gozo no jogo da queixa. Ele tem a responsabilidade de deixar ressoar os ditos, possibilitando a construção de uma trama que constitui um comum; de partir de um conjunto de afetos e pensamentos para captar o entredito presente e permitir que algo novo possa advir. Não se trata de inventar, ou acrescentar sentidos ao que é dito no grupo, e dar significados às falas dos seus integrantes, mas, a partir do que foi dito, recuperar a densidade da palavra, a sonoridade da palavra, a sua cadência.

No grupo, é entre o que é dito e o que é escutado que pode surgir um efeito de suspensão do sentido. Isso é importante, uma vez que a posição do coordenador analista é a de poder escutar no dito dos integrantes do grupo, a partir do discurso psicanalítico, o que está além da intenção de cada fala. Escutar mais além de toda massa sonora. Faz-se fundamental que o coordenador possa garantir a fala dos diversos integrantes do grupo, a partir do não saber de cada um, e não do senso comum. Para isso deve esvaziar evidências, circunscrever o real e não traduzi-lo, fazendo surgir a questão de cada um, como emergente do grupo, possibilitando ainda que cada integrante possa tomar para si as ressonâncias do dito.

A função de analista na coordenação do grupo põe em movimento o discurso analítico. Essa função possibilita a aposta na radicalidade do inconsciente

no cerne da experiência grupal, a fim de que ali se produza algo inédito, um encontro surpreendente do sujeito com a verdade que o constitui, onde inicialmente existe a angústia, a busca de uma resolução. A tarefa do analista no grupo é fazer advir a verdade que, embora presente, não se fazia visível (audível) antes. A aparição de um saber não sabido, por parte do integrante, implica a presença do analista enquanto função.

A produção de saber gerada no grupo é um saber fora de previsão. Embora o grupo operativo tenha uma tarefa, esta se desenrola com o coordenador em posição de causa e não de oráculo. A posição de oráculo que garante a resposta pronta e preenche de sentido, ou ainda, a resposta senso comum, é resistência do grupo em relação à tarefa à qual ele se propõe. Pichon-Rivière nomeia esse momento de pré-tarefa. A pré-tarefa é resistência, contraface da transferência como motor do trabalho analítico. A função de causa, operada pelo coordenador, visa a impedir os efeitos imaginários que tendem a surgir quando a palavra falta, quando o simbólico não dá conta e clama pelo imaginário para contornar o real, o que poderá fazer advir algo novo, inédito.

Quando um analista está presente como coordenador de um grupo ele segue guiado pela transferência como operador do encontro terapêutico. Contudo, existem outros presentes na cena analítica, os outros participantes. Então, como criar espaços para a aparição da divisão do sujeito no espaço coletivo, a fim de que um saber se produza e possa advir? Em que momento a fala de alguém adquire sentido para produzir espaços que promovam a associação livre dos participantes do grupo em direção da tarefa? Que estilo adquire a produção grupal? Quando algo que é falado no grupo adquire status de um devir associativo e não simplesmente o tamponamento da questão? As falas no grupo são laboriosamente construídas, ou fugazes como um lapso, um piscar de olhos? Precisas? Cômicas? Divertidas? Inadvertidas? Interpretativas? Equivocadas? Todas essas questões tornam o trabalho psicanalítico com os grupos inquietante, uma vez que indaga a função de analista em transferências cruzadas.

#### **CONCLUINDO: O LAÇO NOS GRUPOS É UM ENCONTRO FALTOSO**

O ser humano é dependente do outro. Freud, em *Psicologia das massas e análise do eu* (2011), ressalta que na vida psíquica do sujeito o outro sempre aparecerá como modelo, objeto, auxiliar ou inimigo. Pichon-Rivière situa que a subjetividade é sempre social, resultante da interação entre indivíduos, grupos ou classes. Portanto, a subjetividade é a um só tempo singular e emergente das tramas vinculares que transcendem o próprio sujeito, uma vez que se vive o mal-entendido da linguagem. Sem roteiro prévio, a palavra no campo do dizer não tem um sentido único. O destino daquilo que o sujeito fala não é previsível. A presença do analista coordenador coloca em jogo essa estrutura.

Nos grupos, os sofrimentos, quando compartilhados, encontram ressonâncias e dissonâncias. O outro semelhante é também meu desconhecido e sua presença no grupo inclui ao mesmo tempo acolhimento e estrangeiridade. O trabalho com grupos visa à inscrição da questão singular de cada um, e não a simples manifestação catártica da emoção vivida pela questão falada no grupo. A dramatização produz cadeias associativas que podem desvelar cenas cristalizadas, fazer circular os significantes, e não somente interpretar. Perguntar não para obturar o lugar da dúvida, mas para fazer deslizar significados sintomatologicamente pregnantes.

## CONVIDADO

O encontro do integrante do grupo é com a sua própria falta e com a falta do analista enquanto pessoa, com a falta existente em outro integrante do grupo. Logo, o que articula a presença das pessoas no grupo é o encontro faltoso. Cada participante do grupo vai buscar respostas à angústia que o levou para um tempo-espaço em comum com outros. Nessa perspectiva, todos estão também enlaçados à transferência com a tarefa, esta tomada como transferência de trabalho na relação entre os integrantes do grupo entre si e destes com o coordenador – desde Freud e seus primeiros discípulos, nas Reuniões Psicológicas das Quartas-Feiras, até os dias de hoje na transmissão entre pares nas instituições, associações, sociedades, e no exercício clínico, fundante de nossa práxis.

## NOTAS

2. As atas são redigidas por Otto Rank de 1906 a 1915, período no qual ele exerce a função de secretário remunerado da Sociedade. Em 1915, Rank deixa Viena para cumprir serviço militar na Primeira Guerra Mundial. De 1915 a 1933 há registros dessas reuniões, mas os relatos são breves e relativos a assuntos administrativos, registros dos presentes, sem o teor e o calor das discussões científicas descritas nas atas de Rank.
3. A noção de sujeito para Pichon-Rivière (2005a) é de alguém produzido pela sua interação no mundo (indivíduo, sociedade, classe social), *na e pela* práxis em um interjogo entre o psicossocial (grupo interno) e o sociodinâmico (grupo externo). Porta-voz das questões de sua época.

## REFERÊNCIAS

- Adamson, G. I. (2018). **Coordinación y intervención em el grupo operativo**. Buenos Aires: Lugar Editorial.
- Checchia, M., Torres, R., & Hoffmann, W. (2015). **Os primeiros psicanalistas: atas da Sociedade Psicanalítica de Viena 1906-1908**. S.l.: Scriptorium.
- Didi-Huberman, G. (2009). **Ser crânio: lugar, contato, pensamento, escultura**. Belo Horizonte: C/Arte. Recuperado de <https://bax-uva.github.io/fantasma/arquivos/Ser-Cranio.pdf>
- Lacan, J. (1980). D'Écolage. In J. Lacan, **O seminário: 27: dissolução** (inédito). Recuperado de <https://www.ebp.org.br/wp-content/uploads/2020/02/22DE%CC%81colage22-Jacques-Lacan.pdf>
- Lacan, J. (1985). **O seminário: livro 20: mais ainda** (M. D. Magno, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1972-73).
- Lacan, J. (2003a). Ato de fundação da Escola Freudiana de Paris. In J. Lacan, **Outros escritos** (pp. 235-247). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1964).
- Lacan, J. (2003b). O aturdido. In J. Lacan, **Outros escritos** (pp. 448-497). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1973).
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do Eu. In S. Freud, **Obras completas** (P. C. de Souza, trad., vol. 15, pp. 13-113). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921).
- Pichon-Rivière, E. (1975, dezembro). Pichon-Rivière habla sobre Lacan. **Revista Actualidad Psicológica**, 12. Recuperado de <http://www.area3.org.es/sp/item/16/PichonRivi%C3%A8re%20habla%20sobre%20J.%20Lacan>

Pichon-Rivière, E. (2005a). Contribuições à didática da psicologia social (em colaboração com Ana P. de Quiroga, agosto de 1972). In E. Pichon-Rivière, **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes.

Pichon-Rivière, E. (2005b). História da técnica dos grupos operativos. In E. Pichon-Rivière, **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes.

CONVIDADO

## ENTREVISTA COM EX-EDITORAS DA SIG REVISTA DE PSICANÁLISE<sup>1</sup>

INTERVIEW WITH FORMER EDITORS OF SIG REVISTA DE PSICANÁLISE

**NESTA EDIÇÃO 20, CHEGAMOS AOS DEZ ANOS DA SIG REVISTA E PENSAMOS EM COMEMORAR EM UMA ENTREVISTA QUE NOS CONTE A SUA HISTÓRIA. MESMO NÃO SENDO UMA EDIÇÃO TEMÁTICA, ACREDITAMOS QUE O TEMA DA TRANSMISSÃO EM PSICANÁLISE É RELEVANTE E APROPRIADO PARA MARCAR ESSA DATA E O SIGNIFICADO DE COMEMORAR DEZ ANOS TRANSMITINDO A PSICANÁLISE ATRAVÉS DE UMA REVISTA CIENTÍFICA. NINGUÉM MELHOR DO QUE AS EDITORAS QUE FIZERAM PARTE DESSA TRAJETÓRIA PARA HISTORICIZAR ESSE PERCURSO, MOSTRANDO OS MOVIMENTOS DA REVISTA, OS DESAFIOS, AS COMPLEXIDADES DESSE TIPO DE TRANSMISSÃO DA PSICANÁLISE EM UM PERIÓDICO. NOSSAS CONVIDADAS SÃO SISSI VIGIL CASTIEL (S), EUREMA GALLO DE MORAES (E), DÉBORA FARINATI (D), CLARICE MOREIRA DA SILVA (C) E LÍSIA DA LUZ REFOSCO (L).**

**SIG REVISTA (SR) – BOM DIA A TODAS, MUITO OBRIGADA PELA PRESENÇA, AINDA SOB O EFEITO DO LANÇAMENTO DA EDIÇÃO 19 NO DIA DE ONTEM. VAMOS INICIAR NOSSA ENTREVISTA COM A PRIMEIRA EDITORA. SISSI, COMO SURTIU A IDEIA DE PRODUZIR UMA REVISTA CIENTÍFICA NA SIG, QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS DESAFIOS E COMO FOI COLOCÁ-LA EM PRÁTICA?**

S – Primeiro, muito obrigada pelo convite, e segundo, quero dizer o quanto gostei da ideia de uma entrevista para marcar esse momento. A ideia da criação da *SIG Revista* é muito antiga, ela remonta a 1998. O NEP<sup>2</sup> tinha tido a revista *Projeto*, então, quando a Eurema Gallo de Moraes foi presidente e eu fui diretora administrativa, pensávamos em fazer uma revista. Mas antes a gente começou com um jornal, o *Jornal da SIG*. Acreditávamos que o jornal seria algo mais dinâmico e que poderia trazer informações de forma mais instantânea. E as diretorias que se sucederam também mantiveram a ideia de que um dia a gente faria uma revista. Em 2012, o Almerindo Boff era presidente, e a Bárbara Conte, diretora científica. Eles entenderam que aquele era o momento de fazer a revista e me convidaram para fazer a primeira. Eu não tinha nenhuma proximidade com isso, com ser editora, eu era doutora, e eu era parecerista de algumas revistas, era o meu maior contato com esse meio. Aí a gente teve algumas reuniões entre a diretoria da ocasião e eu, para entender coisas administrativas, qual era a autonomia da revista, como ela ia ser financeiramente colocada e a quem ela respondia. E eu acho que na época a revista respondia diretamente à diretoria científica. Aí, então, acordou-se que eu faria uma comissão, e que a gente contrataria para fazer questões administrativas a Débora Dutra, que já trabalhava na SIG e entendia também de design. Para minha comissão, eu chamei a Luciana Rocha, a Elenara Faviero e a Eurema Gallo de Moraes, e a gente entendeu que precisaria contratar uma estagiária. Começamos a nos reunir e o trabalho era muito difícil porque tinha que começar do zero. E eu não sei dizer como a gente conseguiu, talvez a gente tenha levado todo o primeiro ano, todo o 2012 para montar a primeira revista, ou talvez a gente tenha levado 2011 para montar, e

<sup>1</sup> Psicanalistas, membros da Sigmund Freud Associação Psicanalítica.

E-mails:

sissi.castiel@gmail.com;  
euremagallo@gmail.com;  
debfarinati@yahoo.com.br;  
claricems@gmail.com;  
lisiarefosco@gmail.com

em 2012 saiu a primeira edição, deve ser isso. Foi muito trabalho, mas eu me lembro de reuniões muito lindas. A Débora Dutra fez uma primeira sugestão de capa, que a gente não gostou, era muito “OK”, dizia: “Sigmund Freud Revista” e tal. E o nome da revista, a gente também decidiu, e eu vejo que nessa atual editoria é muito valorizado dizer o nome *SIG Revista*. A gente gostava de se referir à revista como *SIG Revista*. Não *SIG Revista de Psicanálise*, ou *Revista da SIG*. Aí a Débora Dutra trouxe outra sugestão de capa, que todos conhecem, a atual, e a gente entendeu que aquelas ondas davam uma ideia de continuidade, de longevidade, a gente amou as ondas.

**SR – E AS ONDAS REPRESENTAM UM DIVÃ TAMBÉM?**

E – Não, ela tirou um pedaço de uma obra de arte.

**SR – SIM, MAS SIMBOLICAMENTE PARA QUEM PEGA, REVISTA DE PSICANÁLISE, O FORMATO DÁ UMA IDEIA DE DIVÃ...**

S – Pode ser, aí é ao gosto do freguês. Nós queríamos dar ideia de ondas, porque a gente queria dar ideia de continuidade. Enviamos então vários convites para as pessoas fazerem parte da primeira edição, montamos as seções da revista pensando e olhando dezenas de revistas científicas para ter ideias. A gente queria uma seção que falasse de diálogo, que é o “Em Pauta”, queríamos uma entrevista e que sempre tivesse a seção “Convidado”. Não era uma ideia clara para nós se queríamos indexar no futuro ou não, ora a diretoria pensava que sim, ora a diretoria pensava que não. Ora a comissão da revista pensava que sim, ora pensava que não. A ideia era que a gente pudesse resgatar uma publicação que fosse eminentemente psicanalítica e que trouxesse o pensamento profundo de psicanalistas. E que a gente pudesse ter na revista perspectivas de diferentes psicanalistas da SIG e de fora. Então, a ideia proposta não era que fosse uma revista para que os membros da SIG ali colocassem os seus trabalhos semestrais ou anuais. Não era isso, era uma revista de psicanálise, para a qual os membros da SIG pudessem mandar artigos e que iriam receber o mesmo tratamento de todas as outras pessoas que submetessem. Falar e publicar psicanálise e poder dar voz a um pensamento psicanalítico interessante, essa era a ideia da revista. Então, não era nossa proposta, naquele momento, que a *SIG Revista* desse voz a artigos que fossem metodológica e academicamente perfeitos, porque não era o nosso objetivo. A ideia era publicar psicanálise, na nossa vã opinião, de qualidade. E aí a gente foi, então, fazendo isso, com as seções montadas. Tinha uma seção, sempre, de resenhas, os artigos, o “Em Pauta”, e a “Entrevista”. E assim montamos a revista. Eu só não me lembro de quantas edições a gente fez, se foi uma, se foram duas, três ou quatro, mas acho que não mais que duas.

**SR – OBRIGADA, SISSI, MUITO BONITO E IMPORTANTE OUVIR AS HISTÓRIAS DOS INÍCIOS. VAMOS SEGUIR COM A SEGUNDA EDITORA, A EUREMA.**

E – Então, quando vocês estavam falando e eu acompanhando a Sissi, me remeteu à forma que a gente tem na psicanálise como teoria, que tem determinados pontos do alicerce que são problematizados, são trabalhados, mas que não se modificam. Ninguém ousa, como psicanalista, questionar o inconsciente, a sexualidade, a pulsão... Então, isso que alicerça vai sempre sendo renovado, investido, problematizado. A mesma coisa tem na *SIG Revista*, nos alicerces era a manutenção daquilo que tem movimentado esta instituição: a construção de liberdade e de autonomia, sempre renovada. Então, assim, para nada de nos-

## ENTREVISTA

talgia, mas eu não abro mão de vestígios, vestígios são experiências da história, e isso me encanta. E uma revista, uma produção em psicanálise precisa manter o vigor da autonomia e da liberdade da psicanálise, porque a produção sempre vai fazer pensar. No meu grupo de trabalho estavam a Cláudia Perrone, a Lizana Dallazen e a Carolina Falcão. Como a Sissi disse, a nossa questão não era uma produção em psicanálise visando à academia, mas visando à comunidade psi. E cada grupo tem um movimento para ser feito, que surpreende porque a gente não sabe, e não tem que saber, não precisa, mas é exatamente esse trabalho em grupo e essas experiências que acabam colaborando e construindo, porque as pessoas vêm de lugares diferentes. Por isso eu acho que tem uma marca no alicerce que realmente é a nossa matéria-prima, a liberdade e a autonomia como um exercício na nossa experiência de transmissão. Então, assim, eu tenho um encanto, acho que eu aprendi muito mais do que pude dar, porque realmente eu não sabia nada, hoje eu sou uma pessoa capaz de dizer algumas coisas sobre uma revista, mas naquela época eu só aprendi e tive excelentes companheiras nesse trajeto. Por enquanto é isso e qualquer coisa a gente vai pensando mais.

**SR – MUITO LINDO TEU RELATO, EUREMA, MUITO OBRIGADA! DÉBORA, VAMOS SEGUIR, ENTÃO.**

D – Bom, a consigna deste convite tem a ver com a transmissão, e escutando a Sissi e a Eurema, eu me dei conta de que tem algo na SIG que vai além da transmissão da psicanálise como teoria, prática, método, tem algo que se transmite na SIG que é da ordem do entusiasmo que começou já na nossa formação. Quando escutei a Sissi, hoje, falar do jornal, e naquela época eu era da comissão, ali já tinha algo, não só de ser picada por esse entusiasmo pela instituição e pela psicanálise, mas que tem a ver também, aí sim, quem sabe, com todo o caminho de participar de uma primeira publicação e aprender como se faz. E de passo a passo, de alguma maneira, participando de outras instâncias dentro da SIG, até chegar o dia que, não diferente da Sissi e da Eurema, vem o convite, pela Eurema, de que eu pudesse, então, assumir como editora da revista. Eu não tinha a menor ideia de como se fazia isso. Eu não tinha participado de comissões de revista. Eu tinha um mestrado, foi a minha passagem pela academia, que, de alguma maneira, nos estrutura, para entender um pouco da dinâmica dos artigos, da constituição de um periódico. Mas o desafio para mim era, além disso, de aprender como se faz uma revista, ter muita clareza do que a instituição esperava da *SIG Revista*. Tem a singularidade daquilo que nós gostaríamos de veicular e marcar através dela. E foi um tempo em que ainda se estava discutindo muito a questão da indexação ou não. Eu confesso que era uma pessoa muito preocupada que isso nos amarrasse, que isso nos fizesse ser uma revista acadêmica, e não de psicanálise. E eu por muito tempo resisti à ideia de indexação. O que me convenceu a começar a poder trabalhar para que isso fosse possível foi o alcance. Esse foi o argumento de muitas de vocês aqui, das nossas discussões, da SIG, que essa revista teria que, pela sua qualidade, pelo seu vigor, pela sua potência, ser mais acessada. E o caminho para este acesso seria buscar a indexação. Claro que com isso, então, a revista teria que ter toda uma estrutura absolutamente mais rigorosa em relação à periodicidade e à forma de seleção de artigos. Então, já se tinha todo um cuidado a partir da questão da avaliação em duplo cego para que a gente não fosse uma revista apenas de convidados. Mas como era uma revista de muita qualidade, mas ainda de pouca inserção, chegavam poucos artigos. Então, nós tínhamos dificuldades de fechar os números para a revista, era um trabalho que demandava que a gente pudesse, muitas vezes, ainda seguir fazendo convites para que os números saíssem. E isso

foi, claro, pensando na indexação e na necessidade de que saíssem publicações de pelo menos dois números por ano e que elas estivessem em dia a cada ano. Então, foi um trabalho que, na verdade, se começou, mas que lá adiante com a Clarice (depois a Clarice vai contar) é que se começa a botar em dia a possibilidade da periodicidade, que era algo que ainda nós não conseguíamos fazer com a estrutura que tínhamos naquele momento e alcance. Nunca se faz nada sozinho, e isso é outro entusiasmo que a SIG nos passa, que é trabalhar juntos, que é crescer juntos. E naquele tempo em que eu fui editora da revista, quem estava na minha comissão era a Eneida Braga, junto com a Cláudia Perrone. Tudo tem um ritmo e um tempo e a gente precisa também poder ir respeitando esses movimentos que são de cada tempo, de cada grupo, e foi uma experiência, para mim, ímpar. É uma daquelas experiências sem as quais a gente não cresce na vida e a gente não se enriquece, e a gente não cumpre, na verdade, aquilo que é do nosso compromisso com a psicanálise, mas do nosso compromisso com a SIG, de manter vivo o nosso entusiasmo, e acho que é isso o que se tem tentado ano a ano, nos diferentes espaços, e é uma alegria poder ver a revista publicando cada vez mais, cada vez com mais qualidade. Acho que isso foi uma coisa que nunca se perdeu, a qualidade da *SIG Revista*. É uma revista de psicanálise que não perde para nenhuma revista de boa qualidade, daquelas que a gente admira. Então, quando se tem eventos como o de ontem, Eneida, a gente vai vendo que são dez anos que a gente só cresceu. Então, sou muito grata à SIG pelas oportunidades que ela sempre me dá de crescer. Era isso.

**SR – OBRIGADA, DÉBORA. MUITO BOM TE ESCUTAR. VAMOS SEGUIR COM A CLARICE.**

C – O convite que me chegou para ser editora mostra também mais uma marca da SIG, que é justamente isso que a Débora estava falando, o espaço para crescer. A confiança depositada em mim, que sou uma psicanalista formada na SIG, na terceira ou quarta geração, mostra o quanto, além de sermos muito entusiasmados, temos essa marca e essa identidade, temos o espaço para crescer. Então quando chegou o convite, além de me sentir muito honrada, eu fui ver a dimensão dessa dificuldade falada por todas vocês. Era bastante trabalho, e o peso da responsabilidade de ter tanta gente que eu admiro, que iniciou a revista, que seguiu, então, era uma alegria, mas também era um susto, “bah, tudo isso!”. E a Débora Farinati falou das passagens, e vocês estão falando dos movimentos, o que significa a capa, ainda que cada um projete algo na capa, a SR enxerga um divã, mas tem as ondas. É um pedaço, bem como a Eureka lembrou, da obra acho que do Matisse, que a Débora Dutra utilizou. É muito interessante o que provoca em cada um. Mas como editora e com esse legado de todas vocês, anterior a mim, era um espaço de honra e muito trabalho. E foi na minha gestão que, então, se conseguiu discutir ainda mais e se aprovar em assembleia, imagino, depois de discutida no conselho, a indexação. Eu também pensava que a indexação poderia ter esse risco de engessar, e, ainda, como seria fazer esse processo, com o objetivo da revista ter mais alcance? A gente tinha uma publicação de alta qualidade, com ótimos autores e grandes contribuições, sabíamos que a revista mereceria ser mais conhecida, e que isso facilitaria, justamente, o recebimento de mais artigos. Então, foi a partir de 2016 que assumi, já estava sendo produzida na gestão da Débora Farinati a revista número 8, com um tema lindo, que era o amor. E aí a gente tinha aquela decisão: vamos continuar com esse tema ou vamos começar do zero? E dar continuidade a um projeto já pensado também mostra a marca do que é uma produção coletiva. A SIG e a *SIG Revista* reforçam que a gente não faz nada sozinho, é de uma gestão para outra. Já tinha artigos, já tinha produções, tanto na minha entrada quanto na minha

## ENTREVISTA

saída a gente teve isso, de eu continuar o trabalho que a Débora Farinati vinha fazendo e na minha saída também. A Lísia, que foi a outra editora, seguiu com a edição número 12, que também já estava bem encaminhada. E assim foi o cuidado, o carinho com toda a gestão, entendendo que era uma continuidade, por mais que eu estivesse ali responsável por aquilo. Eu tô cuidando de algo que não é meu, é nosso, é da instituição. Tínhamos o compromisso de indexar, mas sabíamos que na nossa gestão iria ser muito difícil, porque a revista tinha que estar “em dia”, manter a periodicidade semestral regular. Então, foram cinco edições produzidas ao longo daqueles dois anos, naquela gestão. Claro que a número 8 já estava bem encaminhada pela Débora Farinati. E fizemos até a número 12. Então foi bastante trabalho. A marca que a Eurema, Sissi, e tu, Débora, falaram, sobre a importância de uma comissão, responsável pelo cuidado e pela gestão da revista, que tenha participado de comissão ou que tenha essa experiência acadêmica, ainda que não seja uma revista acadêmica, é muito importante. Comigo trabalharam a Cristina Gudolle Herbstrith, a Lísia da Luz Refosco, o Felipe Gerchman e a Cláudia Perrone. E assim foi, fomos produzindo. Outra marca que vocês falaram, e que eu também senti, foi muito aprendizado, além da responsabilidade, da seriedade, do amor investido em cada revista. Quando, então, na gestão seguinte, eu iniciei como diretora de comunicação, pensamos em convidar a Lísia da Luz Refosco, que anteriormente estava na comissão, pela questão da experiência, para ser a nova editora e poder seguir com esse legado. É muito bom ouvir de vocês, tão experientes, pessoas que admiro, dizerem: “eu não sabia nada, eu fui ser editora, eu fui aprendendo fazendo”. O caminho, a roda já estava andando, vocês tiveram o trabalho de pensar e construir, o meu trabalho era de manter esse legado, com a responsabilidade e o cuidado teórico para manter a qualidade. Então, foi muito trabalho e tempo investidos, mas foi muito prazeroso, e os lançamentos da revista eram sempre muito especiais. E isso que a Sissi também falou, que é uma marca que todas mantiveram, e eu, quando fui editora, a gente insistia muito, nós da comissão corrigíamos às vezes os sócios, não é *Revista da SIG*, é *SIG Revista*. É revista da instituição, tem a marca do nome, mas é para o mundo, é da psicanálise. E isso é muito bonito, essa marca nos une. Mas é isso, foi muito trabalho, mas foi muito bom.

**SR – IMPORTANTE TEU RELATO. MUITO OBRIGADA, CLARICE!**

D – Sobre isso que a Clarice trouxe de revistas que ficaram e que seguiram, quando a Eurema foi editora, e me convidou depois para sucedê-la, também já tinha um número encaminhado. Então, eu acho que isso é a continuidade, de se trabalhar e deixar a revista andando, porque a gente trabalha para a revista. Acho que sempre, assim como tu recebeste essa encaminhada e foi tão legal poder continuar, e a Lísia recebeu de ti, eu já tinha recebido da Eurema. Então, eu acho que isso é uma marca da própria revista, de que a gente sabe da condição de passagem enquanto editora. A *SIG Revista* anda independentemente da gente, ela vai se construindo com as chegadas e as partidas.

**SR – ENTÃO, LÍZIA, CONTA TUA EXPERIÊNCIA.**

L – Pessoalmente foi uma experiência incrível, em termos de continuação de formação desse ofício de psicanalista que é interminável. E para mim, foi num momento que me gerou muita alegria, muita sensação de reconhecimento, mas também de muita apreensão: “vou conseguir dar conta do recado ou não?” Porque afinal de contas, muito jovem, ao redor dos trinta anos, tinha terminado há pouco a minha formação. E aí ficava pensando e olhando para a história

da *SIG Revista*, vendo a Eurema, a Sissi, Débora, Clarice, pessoas que sempre admirei... Aceitei o desafio. Achei muito bom em termos da possibilidade de estar inserida no que tem de mais novo sendo produzido em psicanálise. Então poder conhecer pessoas, fazer amizades, acho que foi muito importante, muito interessante para mim. Em relação a questões institucionais também, poder viver a instituição, e vê-la de um outro lugar. Quanto ao trabalho em equipe, as experiências são muito conectadas, mas a Clarice já comentou, e todas falaram um pouco, a questão da comissão é essencial. Como eu já estava na comissão executiva da Clarice, eu já estava bastante envolvida com a produção da revista. Claro que algumas coisas, eu, como pertencendo à comissão, não executava, pois algumas coisas quem executava era apenas a editora. E também, na nossa gestão, continuamos com algumas pessoas da comissão executiva anterior, a Cristina Gudolle Herbstrith e o Felipe Gerchman. Isso foi para mim imprescindível, fundamental. A gente já tinha um alinhamento, uma amizade, o que foi interessante para o desenvolvimento do trabalho. Depois, a Emylle Savi, a Nathalia Hammerschmitt e o Gabriel Teitelbaum entraram a partir do nosso convite. E acho que o tema da continuidade, e agora pensando essa coisa das ondas, do movimento, faz todo o sentido da capa da *SIG Revista*. Porque cada uma tá podendo testemunhar aqui do seu percurso enquanto editora e cada uma teve uma particularidade. Então, depois de um certo momento, nós começamos efetivamente a nos preocupar com a questão da indexação e com o tema da periodicidade. Então, quando assumimos, como a Clarice comentou, a edição 12 já estava bastante encaminhada, que era uma edição muito bonita, alusiva à jornada da SIG "Indiferenças", uma jornada lindíssima. Seguimos e publicamos cinco edições, e foi uma satisfação poder terminar a gestão entregando o ano de 2020 "em dia". E acho que também tem uma outra questão que foi colocada e que eu queria reforçar, que é o tema da autonomia junto com a transmissão. Claro, a gente também sempre pontuava a *SIG Revista de Psicanálise* com essa ideia de uma revista que, obviamente, por estar vinculada e dentro de uma instituição, terá marcas, registros do campo psicanalítico daquela instituição e da história daquele lugar. Mas, além disso, cada editoria também terá o seu estilo, a sua forma de conduzir as coisas, seu pensamento. Isso é importante poder destacar, sem esquecer desses registros e de uma política editorial, e, principalmente, desse tema da transmissão independente e com rigor teórico. E aí eu pego essas duas palavras (autonomia e transmissão), tava olhando agora de manhã a entrevista na edição 19 com o Luis Cláudio Figueiredo, em que ele fala exatamente da transmissão da psicanálise, é na parte da formação que ele fala isso. E acho que eu pego para poder falar da transmissão da *SIG Revista*, da questão do pensamento independente e com esse rigor, rigor dentro do possível, ele vai dizer. Porque é um campo completamente cheio de incógnitas. Então, eu acho que é disso que se trata a psicanálise, é um campo que não é unívoco, então, é plural e tem que estar aberto à alteridade, e eu acho que a *SIG Revista* conseguiu fazer isso. Desde o início até agora isso se mantém. Então, para mim foi uma alegria participar desse tempo que também teve todo um desafio em relação à pandemia, com a necessidade de fazermos todas as reuniões e alguns lançamentos on-line. Foi um desafio bem grande. Acho que é isso.

**SR – MUITO OBRIGADA PELO TEU RELATO, LÍSIA. EU QUERIA DIZER A TODAS COMO FOI BONITO ESCUTÁ-LAS, COMO VAI FICAR LINDA ESSA ENTREVISTA. FOI NA COMISSÃO EXECUTIVA QUE SURTIU ESSA IDEIA DE MOSTRAR ESSA LINHA DO TEMPO E OS MOVIMENTOS, A CONSOLIDAÇÃO E O CONSTANTE CRESCIMENTO DA REVISTA. É MUITO BONITO**

## ENTREVISTA

**VER COMO AS COISAS SE CONSTROEM. A GENTE VAI APRENDENDO, SOMANDO, UNINDO ESFORÇOS, UMA COISA NÃO ACONTECERIA SE NÃO TIVESSE A ANTERIOR. E TUDO SE FAZ POSSÍVEL A PARTIR DOS ALICERCES QUE VOCÊS DEIXARAM ANTERIORMENTE.**

S – Uma das coisas que mais me ficou, olhando a trajetória da revista, é isso de que todas as editoras e todas as comissões têm o objetivo de fazer a revista acontecer. É um trabalho de continuidade que uma editora começa, a outra segue adiante, continua, e é muito integrado. É um modelo que acontece de uma forma muito tranquila. É muito bonito isso dentro da SIG, o caminho da revista.

C – E tem uma coisa que a gente não pode esquecer também, que é o grupo de leitura que foi criado para ler artigos da *SIG Revista*. Esse também era um reconhecimento duplo para os autores que eram convidados para discutir, porque o grupo lia o texto escolhido da revista e convidava o autor daquele texto para conversar sobre. Acho importante marcar esse novo espaço, bonito, criativo, de uma consistência, que mostra a seriedade da instituição, o compromisso com o rigor teórico, e com a transmissão da psicanálise.

**SR – E AGORA TAMBÉM TEMOS A CONTINUIDADE E O CRESCIMENTO ATRAVÉS DO TRABALHO DA INDEXAÇÃO, QUE FAZ PARTE DO PRÓXIMO PASSO QUE ESTAMOS DANDO. UM PASSO QUE TRATA DO CRESCIMENTO DA *SIG REVISTA*, QUE A LEVA PARA MAIS LONGE. E LEVA A PRÓPRIA SIG TAMBÉM.**

D – É tão bonito isso que tu diz de levar a SIG, porque eu acho que isso é outra marca, quando eu estava me deliciando com a revista nova, vendo ali os temas, e o quanto tem uma integração. A SIG promove alguma atividade e a revista já contata pessoas, faz uma entrevista, articula um “Em Pauta” a partir de uma atividade que foi realizada. Então, a *SIG Revista* tem sua autonomia, sua liberdade, mas ela é claramente uma revista que mostra também a marca da instituição.

**SR – GOSTARIA DE AGRADECER MUITO A TODAS POR ESSES RELATOS PRECIOSOS DAS TRAJETÓRIAS DE VOCÊS COMO EDITORAS, OS DESAFIOS, MARCAS, MOVIMENTOS QUE FIZERAM PARTE DA HISTÓRIA DOS DEZ ANOS DA *SIG REVISTA*. COMO NA NOSSA IMAGEM DE CAPA, QUE REPRESENTA ONDAS, CONTINUIDADE, ESSA ENTREVISTA EVIDENCIOU O QUANTO ESSES MOVIMENTOS TÊM NOS IMPULSIONADO E FORTALECIDO. MUITO OBRIGADA PELA PRESENÇA, PELA DISPONIBILIDADE E CONTRIBUIÇÃO COM A *SIG REVISTA*.**

NOTA

2. Núcleo de Estudos Psicanalíticos, primeiro nome da Sigmund Freud Associação Psicanalítica.



## PSICANÁLISE E HIBRIDEZ: POR UM RESGATE DE UMA PSICANÁLISE TRANSFORMADORA

PSYCHOANALYSIS AND HYBRIDITY: RESCUE OF A TRANSFORMATIVE PSYCHOANALYSIS

Ana Carolina Mello Pechansky

**LIVRO: PSICANÁLISE E HIBRIDEZ: GÊNERO, COLONIALIDADE E SUBJETIVAÇÕES**

**AUTOR: THAMY AYOUC**

**CURITIBA: CALLIGRAPHIE, 2021, 240 P.**

Thamy Ayouch, psicanalista e professor da Universidade de Paris (Paris 7), encerra o instigante livro *Psicanálise e hibridez* com o seguinte questionamento: “Em seus aspectos mais ortodoxos, tanto como na perspectiva aqui apresentada, a teoria psicanalítica é *descritiva ou prescritiva*?” (p. 228). Para responder a tal pergunta, ao longo desta obra, Ayouch introduz com maestria interlocuções frutíferas entre o corpo teórico psicanalítico e os estudos da filosofia, da sociologia, estudos feministas e de gênero, *queer*, pós-coloniais e decoloniais, entre outros, em uma tentativa de resgatar a potência subversiva da teoria e da clínica psicanalítica frente à subjetividade dos sujeitos contemporâneos, muito diferentes dos sujeitos inscritos no contexto histórico-social de onde Freud teorizou a psicanálise inicialmente.

No decorrer do livro, apoiado em autores como Lacan, Laplanche, Foucault, Deleuze, Guattari, Butler e muitos outros, Ayouch aponta a universalização de conceitos psicanalíticos como um dos principais entraves para a atualização de uma teoria que possa fazer-se trabalhar a partir das subjetividades atuais. Conceitos como a percepção da alteridade por meio da diferença entre os sexos, Édipo, falo, castração, cena primária e outros são apontados pelo autor como mitos e esquemas narrativos de determinada época “tomados em sua literalidade” e introjetados dentro de um esquema metapsicológico, além de serem convenções terminológicas que buscam abarcar a complexidade dos fenômenos inconscientes, mas que não devem ser tomadas como a-históricas e fixas. Ayouch somente problematiza estes conceitos para, em seguida, apontar soluções possíveis a fim de que tais concepções teóricas não levem, automaticamente, à patologização de sujeitos alterizados, minoritários – os “outros”, que se constituíram diferentemente de uma prescrição homogênea cis-heteronormativa e ocidental.

A segunda parte de seu livro propõe tomar em extensa análise o conceito de hibridez, principal instrumento pelo qual tornar-se-ia possível tal reposicionamento da psicanálise. Acompanhamos Ayouch em uma revisão cuidadosa sobre seu significado (de modo genérico, a inclusão de elementos estrangeiros, díspares, heterogêneos), sublinhando que a hibridez é central para a teoria psicanalítica: a própria noção de aparelho psíquico, dificilmente separável entre instâncias, trabalha em constante hibridação operando deslocamentos,

formações de compromisso, associações livres e perlaborações. Para além de sua importância metapsicológica, Ayouch sustenta que a alteridade, centro da escuta clínica, produz hibridez quando não busca reduzir o desconhecido do inconsciente do paciente ao conhecido pelo analista.

Colocadas as bases de seu pensamento, Ayouch debruça-se sobre a hibridação da psicanálise sob os vértices do gênero e da colonialidade. Para isso, não sustenta uma clínica particular dos sujeitos minoritários nem uma criação de uma teoria das minorias, mas sugere a possibilidade de uma psicanálise “menor” – emprestando-se do termo de Deleuze e de Guattari. Esta psicanálise buscaria conversar com outros campos de saber para pôr à prova e combater o universalismo de algumas de suas concepções, pois existe uma dificuldade posta em questionar-se acerca de formações discursivas de uma subjetividade da qual se participa. Uma psicanálise menor também levaria em consideração a especificidade da inscrição da violência nas subjetivações dos sujeitos alterizados, o que implica não se isentar de críticas.

Um importante aspecto da hibridez na perspectiva de Ayouch é que esta carrega consigo uma dimensão política de tensionamento das relações de poder dentro da psicanálise, não colocando, sobretudo, uma fantasia implícita de pureza dos corpos ou das raças “maculadas” por uma hibridação das sexualidades dissidentes ou de culturas não ocidentais, em termos geográficos ou simbólicos. Trata-se de acompanhar a psicanálise até os limites de sua estrutura teórica até sua diferença frente a outros campos para que um “pensamento dos confins”, utilizando o termo de Fethi Benslama, possa emergir e produzir novos saberes a partir de sua desterritorialização.

Ao primeiro olhar, pode parecer que a psicanálise já opera de forma híbrida na interlocução com diferentes campos – artes, literatura, filosofia –, correndo-se o risco de se cair em um lugar-comum de inércia e autossuficiência. Um segundo olhar, mais cauteloso, compreende que Ayouch almeja, com isto, fornecer instrumentos teóricos para que a psicanálise se torne habitável a sujeitos excluídos de seu corpus de inteligibilidade.

Respondendo a seu próprio questionamento, ao autor parece que a psicanálise não tem a incumbência de prescrever ou de descrever, mas de *transformar* – tomar cada mudança no campo social e das identidades como um enunciado de algo novo que se inscreve nas subjetividades e modifica o pensamento teórico e a prática clínica. Acreditando na capacidade da psicanálise em mitigar o sofrimento psíquico, este livro é um convite a resgatar a potência de um pensamento que deve hibridar-se para manter-se vivo, atual e o mais psicanalítico possível: o mais alteritário possível.

*Psicóloga formada pela PUCRS, aluna do Curso de Psicoterapia da Infância e da Adolescência do CEAPIA e colaboradora do Laboratório de Sexualidade, Gênero e Psicanálise.  
Email: anapechans@gmail.com*

## ESTAR PARA VIR A SER

TO BE AS TO BECOME

Gabriel Teitelbaum

**LIVRO: A PSICANÁLISE DO VIR A SER****AUTOR: CLAUDIO CASTELO FILHO****SÃO PAULO: BLUCHER, 2020, 306 P.**

Quando iniciamos o aprendizado de um novo idioma, uma língua estrangeira, costumamos aprender o verbo *ser* logo nos primeiros momentos. A partir deste verbo é possível começar a conjugar e depois a expandir o vocabulário, as construções frasais e conseqüentemente textuais. No inglês, por exemplo, é comum que as primeiras aulas sejam a respeito do verbo *to be*. No francês ocorre o mesmo com o *être*, e assim por diante. No português, entretanto, há uma particularidade interessante: a nossa é uma das poucas línguas que diferenciam o ser e o estar. Nos exemplos citados, por exemplo, os verbos *to be*, do inglês, e *être*, do francês, servem aos dois significados que se diferenciam no português. A diferença diz respeito, entre outros detalhes, à perenidade ou transitoriedade de determinado estado ou condição. É possível estar doente temporariamente ou ser doente de forma crônica, assim como é possível estar alegre por determinada situação ou ser alegre por definição. O livro de Claudio Castelo Filho, *A psicanálise do vir a ser* (Blucher, 2020), parece dar conta dessa diferenciação de um modo bastante preciso e particular.

Como o título do livro indica, o tema aqui é a psicanálise, mas de uma forma aberta, que não antecipa nem exige, que está conectada com o estar, com o ser e com o vir a ser. A obra é composta por quatorze capítulos escritos ao longo da carreira do autor, alguns deles já publicados ou apresentados e revisados para estarem nesse livro. De partida, na apresentação, o autor antecipa que seu modo de escrita se propõe a se afastar de uma linguagem hermética, o que se confirma ao longo de toda a obra. De leitura fluida e dinâmica, o livro aborda temas eminentemente clínicos sem nunca perder de vista a teoria. A perspectiva teórico-clínica ainda é enriquecida pela estética, seja tendo em vista a própria prática analítica em sua dimensão sensorial, seja tomando como objeto de estudo as artes cinematográficas, plásticas ou literárias que são referidas em diferentes capítulos.

Desde o começo, chama atenção a forma ao mesmo tempo consistente e arejada com que o autor aborda conceitos já bastante discutidos na teoria psicanalítica. Retoma, por exemplo, a contratransferência, a importância da análise do analista e a própria razão de ser de um processo analítico. Assim como afirma que a psicanálise serve para apresentar uma pessoa a ela mesma, Castelo Filho trata de nos colocar diante de velhos conhecidos de forma a observá-los, sem memória e sem desejo, para que algo se produza desse encontro, para que algo possa ser pensado e *venha a ser*. Ou seja, ao transmitir a teoria psicanalítica, coloca em palavras aquilo que propõe para a prática clínica: ser capaz de

observar, perceber, sentir o encontro analítico (e também a teoria), para poder analisar aquilo que se produz nesse encontro e, assim, integrar partes não reconhecidas, expandir-se. O autor demonstra também que o caminho para vir a ser implica o desprendimento do que deve ser, diferenciando de forma aguçada a existência da exigência. Em determinado momento, coloca que a transmissão só terá sentido se o leitor o der “por meio de sua prática, de sua experiência clínica e, principalmente, de sua análise pessoal” (p. 60). Em diversos momentos se vale dos conceitos de Bion, o que é somado a uma forma de abordar a teoria de acordo com Freud, ou seja, sempre aberta a novas versões e revisões, longe da rigidez.

A seleção dos capítulos parece seguir um curso sutil que parte de conceitos mais teóricos e passeia pelo infantil, pela sensorialidade (como coloca o autor, o “sensa-cional”), pela moral e pela ética, pelas artes, e culmina na relação com a morte. Assim, o percurso do trabalho conduz a diferentes formas de uma pessoa ter contato consigo mesma, conhecer-se; pelas observações, percepções e sensações que podem ser pensadas a partir de um trabalho analítico; por fazer arte, criando ou brincando; por poder se constituir eticamente sem estar moralmente engessado; ou ainda se relacionando da forma possível com a finitude da vida própria e daqueles que ama.

É particularmente prazerosa a leitura dos trabalhos em que o autor demonstra sua relação com as artes, especificamente o cinema, mas também abordando temas literários. O caminho para esses capítulos (“A grande beleza” e “Luchino Visconti e a sensualidade das imagens”) parece construído como em um roteiro, já que anteriormente o autor coloca ênfase nas percepções sensoriais do analista nos encontros com seus analisandos. Assim, depois de abordar a clínica de forma a dar espaço ao sensorial, chega às artes visuais como objeto de estudo. Vale também destacar o capítulo final, que não por acaso aborda a relação com as perdas e a morte de entes queridos. Novamente há uma construção teórica consistente, recheada de vinhetas clínicas e da experiência pessoal do autor, demonstrando outra vez a sustentação firme, mas aberta ao novo de suas construções.

Como forma de concluir, além da recomendação da leitura da obra, é importante retomar nosso ponto de partida. Se por um lado *A psicanálise do vir a ser* está atenta ao momento presente do encontro entre analista e analisando – o *estar*, o transitório –, ela também visa ao *ser*, à existência renovada, integrada e ampliada que pode advir de um encontro exitoso. Dessa forma, é necessário estar em relação para vir a ser. Estar aberto ao infantil, ao potencial criativo e aos limites da vida, sem deixar que as exigências morais interfiram na constituição de uma ética própria. Da mesma forma, para que a clínica e a teoria psicanalíticas se proponham a vir a ser, precisam também *estar*, no sentido de poder constantemente observar e pensar também a si próprias, sem exigir algo de seus analisandos ou de seus conceitos a priori. Assim, tanto para a psicanálise como teoria quanto para seus analisandos e analistas, é possível ser de acordo com o que se é, e não de acordo com as exigências, deveres ou aparências.

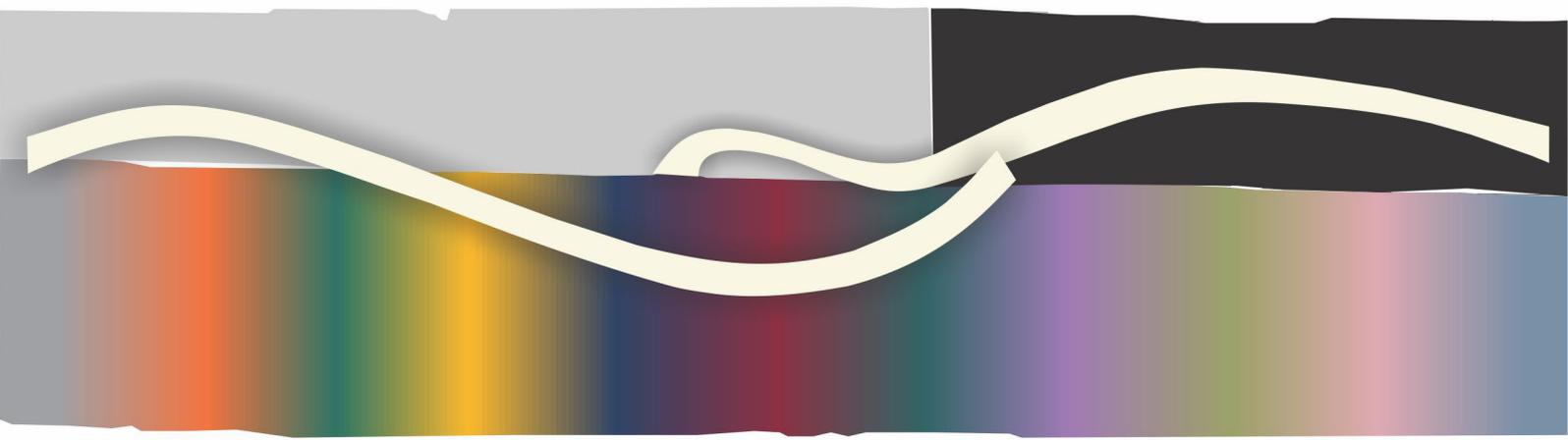
*Psicólogo. Psicanalista em formação e membro associado da Sigmund Freud Associação Psicanalítica.  
E-mail: gabrielteitelbaum@gmail.com*



**Sigmund Freud Associação Psicanalítica**  
Rua Rua Doutor Timóteo, 752  
Moinhos de Vento . Porto Alegre, RS . Brasil  
CEP 90570-140 . (51) 3062.7400  
[www.sig.org.br](http://www.sig.org.br) . [sig@sig.org.br](mailto:sig@sig.org.br)  
[revista@sig.org.br](mailto:revista@sig.org.br)







**Sigmund Freud Associação Psicanalítica**  
Rua Rua Doutor Timóteo, 752  
Moinhos de Vento · Porto Alegre, RS · Brasil  
CEP 90570-140 · (51) 3062.7400  
[www.sig.org.br](http://www.sig.org.br) · [sig@sig.org.br](mailto:sig@sig.org.br)  
[revista@sig.org.br](mailto:revista@sig.org.br)

